







PERNAMBUCO

2:::35

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO E

CARTEIRA DE PROJETOS PÚBLICOS





#### MENSAGEM DO GOVERNADOR

'Até 2035 Pernambuco será um dos melhores estados brasileiros para viver, trabalhar e prosperar." Esta Visão de Futuro, submetida à ao debate dos pernambucanos e brasileiros em Abril de 2014 pelo então Governador Eduardo Campo foi a primeira parte do Plano de Desenvolvimento Pernambuco 2035, um plano estratégico indicativo elaborado de forma participativa numa parceria Governo-Sociedade, com o apoio do setor privado. A partida precoce do Govenador Eduardo Campos nos deu ímpeto ainda maior para avançar na construção deste verdadeiro Plano Estratégico de Estado.

O presente documento compõe a segunda parte do Plano de Desenvolvimento Pernambuco 2035 e apresenta à sociedade a **Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo** ancorada em uma **Carteira com Projetos Estruturantes do Setor Público** a serem empreendidos nos próximos anos, de forma a viabilizar da Visão de Futuro Pernambuco 2035.

Ao concluir mais esta importante etapa e legá-la ao próximo Governador, Paulo Câmara, temos a certeza estarmos construindo uma verdadeira instituição Pernambucana, seu Plano de Estado de Desenvolvimento Pernambuco 2035!

Mãos à obra! Vamos fazer de Pernambuco um Estado muito melhor para esta e para as gerações do futuro.

João Soares Lyra Neto-Governador do Estado de Pernambuco

#### MENSAGEM DO SECRETÁRIO

Desenvolvimento sustentável, a taxas elevadas e para todos. Esta diretriz exprime hoje a aspiração e o esforço coletivo das lideranças públicas, empresariais e da sociedade de Pernambuco. Embalada nas expressivas conquistas que fomos capazes de realizar ao longo dos últimos anos, ganhamos confiança para ousar ainda mais e projetarmos um Pernambuco com mais qualidade de vida, mais coesão social e mais prosperidade nos próximos 20 anos.

De fato, são muito relevantes as conquistas ao longo dos últimos anos. Algumas, fruto do trabalho de várias gerações de pernambucanos, como é o caso do Porto de Suape. Outras, pelo bom aproveitamento das oportunidades criadas nacionalmente, como foi a redução da pobreza. Muitas pela grande capacidade de realização apoiada em um intenso trabalho de gestão das iniciativas do Governo do Estado, em cooperação com a sociedade, como a expressiva redução dos índices de criminalidade, alcançadas em consequência do Pacto pela Vida, e as importantes melhorias nas áreas da educação e da saúde e na atração de investimentos, com a implantação de novas cadeias produtivas em nosso Estado. Um traço em comum a todas essas entregas é a prática generalizada, no governo estadual, de um modelo de gestão e de monitoramento sistemático de ações, metas e resultados, suportado por gestores profissionais e pelo engajamento exemplar de todos os executivos da administração.

Os desafios e as prioridades de curto prazo estão bem cuidados. Mas agora é preciso fazer muito mais e ir mais longe, pois uma grande transição demográfica e a maturação de transformações econômicas, sociais, climáticas e tecnológicas nos colocam novos e grandes desafios de longo prazo.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Pernambuco 2035, para o qual concluímos a mais importante etapa, é a nossa estratégia para dar uma resposta organizada a esse desafio: alcançar um padrão elevado de desenvolvimento para Pernambuco nas dimensões econômica e social, alicerçando esse esforço em um salto de qualidade na educação. Fazer isso com base em uma agenda robusta e transparente, que explicite metas de longo prazo, defina projetos, garanta recursos e seja gerida de forma eficiente, responsável e transparente. Este é o sentido maior do Pernambuco 2035.

Os principais estudos de diagnóstico e de cenários já foram concluídos. Neles, identificamos ativos e passivos estratégicos do Estado assim como as tendências e mudanças em andamento que condicionarão o seu futuro. Os cenários antecipam grandes oportunidades por meio das quais Pernambuco poderá acelerar o passo rumo a um futuro muito melhor.

Também fizemos uma pesquisa qualitativa junto a uma amostra de pernambucanos na qual identificamos suas expectativas e aspirações em relação ao futuro. Qualidade de vida, competitividade, educação de qualidade, gestão pública profissional e governança participativa destacam-se na configuração do horizonte desejado.

Com base nesse conjunto de condicionantes construímos uma da Visão de Futuro de Pernambuco para 2035, apresentada em abril de 2014 pelo então Governador Eduardo Campos. A Visão proposta desdobrou-se em 5 pilares, 15 objetivos e 35 metas e destinou-se a estimular a reflexão, o debate e a contribuição de todos os pernambucanos nesse processo de construção do futuro desejado.

Honramos este legado de Eduardo com muito trabalho e ações concretas, detalhando a Visão de Futuro Pernambuco 2035 em uma **Estratégia de Longo Prazo**, com 15 dimensões, compondo um Plano Estratégico em sentido estrito, e desdobrando-o em uma **Carteira de Projetos Estruturantes para o Setor Público**.

Os Projetos Estruturantes estão em seu conjunto orientados para a viabilização da materialização da Visão de Futuro no horizonte de 20 anos. Além do caráter estratégico, o nível de detalhamento permite seu início imediato no próximo governo, representando um importante ganho de tempo, pois o desenvolvimento não pode esperar.

Esta segunda e principal grande entrega do Plano Pernambuco 2035 dá início de um processo vivo de planejamento e gestão do futuro. Os próximos passos serão a ampliação da carteira também com projetos estruturantes privados, a implantação de um modelo de governança para articular as diversas instituições envolvidas, bem como uma gestão ativa dos investimentos públicos e privados no estado, visando um grande salto em 20 anos.

A liderança do Governador João Lyra e o engajamento das equipes do Governo do Estado neste esforço de planejamento foram e continuarão sendo decisivos. Assim como o apoio de empresas privadas por meio do Movimento Brasil Competitivo, todos juntos com o mesmo objetivo de garantir a continuidade desse importante ciclo de desenvolvimento.

Cumprimos uma etapa importante deste esforço de planejamento de longo prazo. Mas ainda há um caminho pela frente. Afinal, sabemos que não há atalho para o desenvolvimento, e que trilhar este caminho requer trabalho continuado, persistência, compromisso e competência para que esse futuro se concretize. A participação de todos é muito importante. Juntos estaremos participando da construção de um Pernambuco cada vez melhor.

Frederico Amancio – Secretário de Planejamento e Gestão

#### **SOBRE O DOCUMENTO**

Este documento apresenta a **Estratégia de Desenvolvimento de Pernambuco** para o período 2015/2035, e a **Carteira de projetos públicos** que deve viabilizar e operacionalizar a estratégia nos próximos cinco anos. Constitui a primeira parte do "Pernambuco 2035- Plano Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo" explicitando o referencial que deve orientar as ações e iniciativas dos governos e da sociedade nas próximas décadas com capacidade para a construção do futuro de Pernambuco. A Estratégia de Desenvolvimento de Pernambuco e Carteira de projetos públicos contém uma breve análise da evolução socioeconômica, ambiental e institucional de Pernambuco nas últimas décadas, apresenta a visão de futuro de Pernambuco, expressão do desejo plausível de desenvolvimento nas próximas décadas, e formula os eixos estratégicos e áreas prioritárias de atuação que se desdobra em projetos estruturantes.

Com esta estrutura, o documento está dividido em quatro grandes capítulos que são precedidos de uma introdução geral que apresenta a metodologia utilizada para a formulação da estratégia. O primeiro capítulo — **Pernambuco em movimento** (*Onde estamos?*) - analisa a evolução recente de Pernambuco em termos econômicos, sociais, políticos e ambientais. O capítulo II — **Visão de futuro de Pernambuco** (*Aonde queremos chegar?*) — apresenta o futuro de Pernambuco esperado e desejado pela sociedade. A partir da formulação qualitativa do futuro desejado, a Visão de Futuro se objetiva na definição de metas a serem perseguidas pela estratégia, utilizando indicadores pra a evolução de Pernambuco nos próximos anos.

Finalmente, o capítulo III – **Estratégia de desenvolvimento de Pernambuco** (*Como chegar lá?*) – explicita a estratégia propriamente dita, como um conjunto articulado e organizado de iniciativas agrupadas em cinco eixos estratégicos que se desagregam em catorze **Áreas de Resultado**. Finalmente, o IV capítulo apresenta **Projetos estruturadores** de dez Áreas de Resultado que tratam de ações concretas nos segmentos de responsabilidade direta dos governos detalhando e operacionalizando a estratégia em ações concretas e geram as transformações necessárias à construção da visão de futuro.

Recife, dezembro de 2014

## SUMÁRIO

1.	PERNAMBUCO EM MOVIMENTO (Onde estamos?)	15
	1.1. Competitividade e ambiente de negócios	17
	1.2. Educação e conhecimento	20
	1.3. Infraestrutura	25
	1.4. Ecossistemas e meio ambiente	27
	1.5. Gestão pública	28
	1.6. Organização do território	
2.	VISÃO DE FUTURO DE PERNAMBUCO (Aonde queremos chegar?)	
	2.1. Tendências consolidadas	
	2.2. Futuros alternativos	
	2.3. Visão de futuro	
	2.4. Metas globais	
,	ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO (Como Vamos Chegar Iá?)	
3.	·	
	3.1. Eixos estratégicos	
	3.2. Áreas de resultado	
4.	PROJETOS PÚBLICOS ESTRUTURANTES	82
	PROJETOS POR ÁREA DE RESULTADO	83
	ÁREA DE RESULTADO "EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO"	84
	AMPLIAÇÃO DA OFERTA, DO ACESSO E DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA)	85
	MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL	86
	IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS COM EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL II (ANOS FINAIS)	
	UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA O ENSINO MÉDIO	
	EXPANSÃO DA OFERTA, DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
	AMPLIAÇÃO DA OFERTA E DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	
	REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DO ANALFABETISMO	
	ÁREA DE RESULTADO "SAÚDE"	
	PROMOÇÃO DE HÁBITOS DE VIDA SAUDÁVEL E CONTROLAR O ABUSO DE TABACO E ÁLCOOL E USO DE DROGAS	
	UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)	
	MELHORIA DA QUALIDADE E RESOLUTIVIDADE DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA	
	AMPLIAÇÃO E GARANTIA DE ACESSO À REDE DE REFERÊNCIA PARA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
	IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO ATENDIMENTO EM SAÚDE À DISTÂNCIA	
	FORTALECIMENTO DA GESTÃO DOS HOSPITAIS E UNIDADES DE ATENDIMENTO DA REDE ESTADUAL	
	ÁREA DE RESULTADO "SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL"	
	ENFRENTAMENTO AOS CRIMES CONTRA A VIDA, CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E TRÁFICO DE DROGAS	
	AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA CRIMINAL	
	FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	
	MELHORIA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	
	EXPANSÃO E APRIMORAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO E DA RESSOCIALIZAÇÃO	
	ÁREA DE RESULTADO "MOBILIDADE"	
	RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E METROPOLITANO	
	REESTRUTURAÇAU DU SISTEIVIA DE TRANSPURTE DAS CIDADES	108

MELHORIA DA GESTÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE E DO TRÂNSITO DAS CIDADES	109
ÁREA DE RESULTADO "HABITAÇÃO, SANEAMENTO E URBANISMO"	110
AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	111
AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO REGULAR DE ÁGUA NOS DOMICÍLIOS DO ESTADO	112
MELHORIA DA ORGANIZAÇÃO E DA QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO DAS GRANDES E MÉDIAS CIDADES DE PERNAI	MBUCO113
PROMOÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NAS CIDADES	114
FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DAS CIDADES	115
ÁREA DE RESULTADO "SUSTENTABILIDADE"	116
PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS	117
AMPLIAÇÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	118
AMPLIAÇÃO DO NÍVEL CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO PERNAMBUCANA	119
PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DOS ECOSSISTEMAS DE PERNAMBUCO	120
PROMOÇÃO DA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS VOLTADAS PARA A VALORIZAÇÃO DA BIODIVER CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E O MANEJO SUSTENTÁVEL	
APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	122
FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DO MEIO AMBIENTE	123
ÁREA DE RESULTADO "RECURSOS HÍDRICOS"	124
AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA REDE DE BARRAGENS	125
ELEVAÇÃO DA OFERTA DE ÁGUA PARA CONSUMO URBANO E RURAL	126
REALIZAÇÃO DE DRAGAGEM E REVITALIZAÇÃO DOS RIOS URBANOS	127
AMPLIAÇÃO DA ÁREA IRRIGADA DO ESTADO	128
FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	129
ÁREA DE RESULTADO "INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES"	130
PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA E DA REDUÇÃO DA POBREZA	131
ÁREA DE RESULTADO "CIVILIDADE, TOLERÂNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL"	132
PARTICIPAÇÃO SOCIAL, GARANTIAS DE DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA	134
ÁREA DE RESULTADO "INSTITUIÇÕES DE QUALIDADE"	136
MELHORIA DA ACESSIBILIDADE E DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	137
APRIMORAMENTO DA CAPACIDADE DE ENTREGA DE RESULTADOS DO GOVERNO DO ESTADO À SOCIEDADE PERNAMBUCANA	138
MELHORIA DO DESEMPENHO E DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL	139
DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA COMPARTILHADA, TRANSPARENTE, DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E COM VISÃO DE LONGO PRAZO	140
INTENSIFICAÇÃO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO	141
MELHORIA DO DESEMPENHO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL	
AMPLIAÇÃO DA RESOLUTIVIDADE E DA PRODUTIVIDADE DO PODER JUDICIÁRIO	143

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

DIAGRAMA	
Diagrama 1. Estratégia e instrumentos de planejamento governamental	10
Diagrama 2. Fluxograma simplificado do Processo de Trabalho	
Diagrama 3. Eixos estratégicos e áreas de resultado	
Diagrama 4. Combinação de hipóteses endógenas e processos exógenos e cenários de Pernambuco	36
Diagrama 5. Pilares da Visão de Futuro de Pernambuco	38
Diagrama 6. Eixos estratégicos	42
Diagrama 7. Eixos estratégicos e Áreas de Resultado	44
GRÁFICO	
Gráfico 1. Taxa de pobreza em Pernambuco comparada	16
Gráfico 2. Índice de Homicídios (em cem mil habitantes) de Pernambuco e Estados selecionados	17
Gráfico 3. Ranking do ambiente de negócios dos Estados brasileiros	19
Gráfico 4. Taxa de analfabetismo de Pernambuco, Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste (percentual da popul	lação
de 15 anos e mais) – 1991/2010	21
Gráfico 5. Notas do IDEB de Pernambuco, Brasil, e Estados selecionados nos Anos Iniciais, Anos Finais e no En	nsinc
Médio - 2013	22
Gráfico 6. 20 Melhores Universidades do Brasil - Nota RUF-Ranking das Universidades - 2013	23
Gráfico 7. Pesquisadores ativos nos Estados do Nordeste - 2000/2010	24
Gráfico 8. Percentual de empresas da indústria extrativa e de transformação que implementaram inovaç	ção ·
Pernambuco, Brasil, Nordeste e Estados selecionados – 2009/2011	24
Gráfico 9.Qualidade das rodovias de Pernambuco, Nordeste e Brasil – 2006/2013	26
Gráfico 10. Evolução das Finanças públicas do Governo do Estado de Pernambuco (% ao ano) 2000/2010	29
Gráfico 11. Taxa de crescimento anual do PIB das Regiões de Desenvolvimento 2000/2010 (%)	31
Gráfico 12. Evolução da estrutura etária da população de Pernambuco – 2010/2035 – (milhões de pessoas)	34
Gráfico 13. Nível de escolaridade – Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais	46
Gráfico 14. Taxa de escolarização líquida no ensino médio - % da população de 15 a 17 anos matriculadas no en	nsinc
médio	46
Gráfico 15. Notas do IDEB – Rede pública e privada	47
Gráfico 16. Percentual de matriculados na Educação Profissional no total da população de 15 a 24 anos	47
Gráfico 17. Percentual da população de Pernambuco de 18 a 29 anos no Ensino Superior	48
Gráfico 18. Mortalidade infantil (óbito em mil nascidos vivos)	49
Gráfico 19. Expectativa de vida (média de anos de vida ao nascer)	49
Gráfico 20. Reduzir taxa de mortalidade prematura (em mil pessoas) - 2012/2035	50
Gráfico 21. Reduzir taxa de mortalidade por causas evitáveis (TMCE) - em cem mil habitantes	50
Gráfico 22. Taxa de homicídios em cem mil habitantes	52
Gráfico 23. Taxa de homicídios de jovens em cem mil jovens – 15 a 30 anos	52
Gráfico 24. Mortalidade por causas externas em cem mil habitantes	53
Gráfico 25. Redução de Crimes contra o Patrimônio em Pernambuco (em cem mil habitantes)	53
Gráfico 26. Tempo de deslocamento casa - trabalho - RMR - minutos	
Gráfico 27. Evolução dos Veículos (total e por mil habitantes) e taxa de crescimento anual 2013/2035	55
Gráfico 28. Meta de evolução do percentual de Ônibus (ou correspondente e metrô) no total de veículos -	(%)
2013/2035	56
Gráfico 29. Saneamento adequando - % de domicílios	57
Gráfico 30. Déficit habitacional - % de domicílios	58

Grafico 31. Evolução do percentual da população da RMR vivendo em aglomerados subnormais e simulação p	
total da população nestes aglomerados em Pernambuco	
Gráfico 32. Percentual de cobertura florestal de mata atlântica e de Caatinga e percentual de área protegida	
Unidade de Conservação e RPPN	
Gráfico 33. Área de RPPN – Reservas particulares do patrimônio natural (total – Há.)	60
Gráfico 34. Crescimento do PIB e da participação na economia nacional	
Gráfico 35. Aumento do PIB per capita e da participação no PIB per capita	62
Gráfico 36. Elevação da posição de Pernambuco no ranking de competitividade dos Estados brasileiro	63
Gráfico 37. PIA, PEA e população ocupada de Pernambuco - 2013/2035 (mil) e taxa de desemprego (%)	64
Gráfico 38. Rodovias pavimentadas (quilômetros de rodovias pavimentadas/ mil km² de área do território)	66
Gráfico 39. Qualidade das rodovias – Percentual da qualidade das rodovias de Pernambuco	66
Gráfico 40. Extensão (km de gasodutos) da rede de distribuição de gás natural pela Copergás	67
Gráfico 41. Melhora da qualidade da distribuição de energia	68
Gráfico 42. Acesso à internet e celular ou dispositivo móvel – percentual de pessoas com 15 anos ou mais	com
acesso	69
Gráfico 43. Evolução da capacidade dos reservatórios do Semiárido de Pernambuco	70
Gráfico 44. Percentual de empresas industriais que inovam	72
Gráfico 45. Número de pesquisadores ativos e pesquisadores por milhão de habitantes	73
Gráfico 46. Abertura externa (exportação + importação) /PIB – Em %	74
Gráfico 47. Aumento dos produtos de maior valor agregado na pauta de exportação	75
Gráfico 48. Diferencial das notas do IDEB entre redes pública e privada	76
Gráfico 49. Desigualdade social - GINI	77
Gráfico 50. Taxa de pobreza - % dos indivíduos c/ renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140 mensais.	77
Gráfico 51. Redução das mortes no trânsito em cem mil habitantes – 2011/2035	79
Gráfico 52. Redução da violência contra a mulher (Estupro e Tentativa de Estupro em cem mil habitantes)	79
Gráfico 53. Investimentos/receita corrente líquida – Estadual (%)	81
Gráfico 54. Índice de congestionamento do judiciário – Percentual de processos com duração superior a um ano	) 82
<b>M</b> APA	
Mapa 1. Suape e sua localização e potencial global	18
Mapa 2. Adutoras e barragens da malha de infraestrutura hídrica de Pernambuco	27
Mapa 3. Rede de cidades de Pernambuco e regiões de influências dos centros pernambucanos	
Mapa 4. Integração mundial e nacional de Pernambuco	65
Mapa 5. Infraestrutura e logística	67
Mapa 6. Potencial de área irrigada de Pernambuco	71
TABELA	
Tabela 1. Aumento da produtividade com elevação da participação relativa na produtividade brasileira	63
Tabela 2. Capacidade de arrecadação dos municípios e dependência de transferências externas	81

### **INTRODUÇÃO**

A estratégia de desenvolvimento de Pernambuco – **Pernambuco 2035** – organiza e articula um conjunto convergente e sinérgico de ações - públicas e privadas - capazes de implementar mudanças estruturais na realidade pernambucana que preparem o Estado para os desafios do futuro e viabilizem as expectativas da sociedade. Como uma estratégia de longo prazo (20 anos), Pernambuco 2035 não é um plano de um governo e nem sequer dos governos; é um plano da sociedade e do Estado que deve orientar as iniciativas, ações e decisões públicas e privadas ao longo dos próximos 20 anos. A estratégia deve definir as ações e iniciativas dos governos estadual e municipais (em mais de um mandato) e orientar os projetos e decisões da sociedade e dos agentes econômicos.

Para o governo do Estado, que exerce um papel central na promoção do desenvolvimento, a estratégia de longo prazo define as bases para a elaboração dos PPA-Planos Plurianuais no horizonte de quatro anos e a programação orçamentária de cada um dos anos da gestão pública governamental. O diagrama abaixo ilustra esta relação entre a estratégia de longo prazo, o PPA e os orçamentos governamentais com a diferença de responsabilidades e de prazos.

Diagrama 1. Estratégia e instrumentos de planejamento governamental

## PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO - 2015/2035 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE LONGO PRAZO

PLANO PLURIANUAL - 2016/2019
PROGRAMAS E PROJETOS

ORÇAMENTO ANUAL - 2016
PROGRAMAS E PROJETOS

No planejamento governamental, por outro lado, o PPA deve ser detalhado no orçamento anual que expressa os programas e projetos que devem ser implementados em cada ano. Na medida em que a estratégia de longo prazo tenha base política de sustentação, o que quer dizer, expresse um sentimento convergente da sociedade, as prioridades estratégicas orientarão a formulação do PPA e dos orçamentos anuais em cada ciclo de planejamento governamental.

A estratégia aponta o caminho e as medidas necessárias (o que não pode deixar de ser feito) que projetem Pernambuco das condições atuais para o futuro desejado no horizonte de longo prazo. Mas o futuro começa a ser construído desde agora com as ações, medidas e projetos que amadurecem e geram resultados no médio e longo prazo.

O planejamento estratégico de longo prazo assume uma postura antecipatória das tendências e mudanças do futuro que carrega grandes incertezas e convive com fatores de limitada governabilidade. Como dizia, Carlos Matus, o planejamento é uma "aposta no futuro" definindo prioridades e diretrizes face aos desafios e oportunidades que devem surgir nos próximos anos. Mas é uma aposta com fundamentos técnicos que orientam as escolhas da sociedade e as ações pertinentes e adequadas para promoção do desenvolvimento e realização dos objetivos. O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Pernambuco é essa "aposta" fundamentada que define as ações prioritárias para a construção da Visão de Futuro dos pernambucanos

Como uma estratégia da sociedade e do Estado, procura incorporar as expectativas convergentes dos atores sociais combinando consulta à sociedade através de entrevistas com lideranças, formadores de opinião e dirigentes de organizações da sociedade. O resultado da consulta foi confrontado com a análise técnica das circunstâncias que podem definir as possibilidades e restrições aos desejos e aspirações, com base numa reflexão estruturada, incluindo antecipação dos desafios futuros a serem enfrentados por Pernambuco nas próximas duas décadas. Como o futuro é incerto e contém fatores fora da governabilidade da sociedade e do Estado de Pernambuco, a antecipação das tendências e incertezas é parte fundamental do processo de planejamento estratégico.

O processo de trabalho utilizado para a elaboração da Estratégia de desenvolvimento de Pernambuco e Carteira de projetos públicos contemplou uma sequência articulada de etapas e atividades — gerando produtos intermediários - que possibilitaram a definição das prioridades para a construção do futuro de Pernambuco. O fluxograma abaixo mostra esta sequência lógica de atividades organizadas em três grandes etapas.

**II. AONDE QUEREMOS** III. COMO VAMOS I. ONDE ESTAMOS? CHEGAR? CHEGAR LÁ? 2. PESQUISAS DE OPINIÃO QUALITATIVA COM LIDERANCAS E SEGMENTOS SOCIAIS 7. VISÃO DE FUTURO NO BRASIL E NORDESTE 3. ANÁLISE RETROSPECTIVA (1990-2010) **ATIVIDADES** 6. VISÃO DE FUTURO 4. ANÁLISE RETROSPECTIVA DE **PREPARATÓRIAS** PERNAMBUCO 2035 PERNAMBUCO (2010-2035) -9. FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA IDEIAS FORÇA, METAS DE COM QUANTIFICAÇÃO LONGO PRAZO 5. ANÁLISE PROSPECTIVA DO CONTEXTO (MUNDO, BRASIL E NE) E OPORTUNIDADES E AMEAÇAS PARA PE 8. Inventário do que está sendo 10. CARTEIRA DE PROJETOS IMPLEMENTADO 13. Mobilização e Comunicação ao longo do Projeto PESQUISAS NA INTERNET REDES SOCIAIS BLOGS MÍDIA DE MASSA (TV, RÁDIOS, JORNAIS)

Diagrama 2. Fluxograma simplificado do Processo de Trabalho

- Etapa 1 Onde estamos esta etapa foi formada de cinco atividades que incluíram uma consulta à sociedade e o trabalho técnico de compreensão da realidade de Pernambuco na atualidade e antecipando uma reflexão estruturada sobre os futuros alternativos do contexto externo mundial e nacional e de Pernambuco (para onde podemos estar indo), evidenciando os movimentos que decorreriam dos fatores emergentes que estão amadurecendo no Estado e no seu contexto.
  - Pesquisa de opinião consulta qualitativa a 150 entrevistados entre lideranças, formadores de opinião e segmentos da sociedade em diferentes regiões do Estado tratando de vários aspectos da realidade de Pernambuco e das suas perspectivas, com destaque para o futuro desejado no longo prazo.
  - Análise retrospectiva estudo da evolução recente de Pernambuco em termos econômicos, sociais e ambientais que permite compreender a realidade, incluindo a identificação dos estrangulamentos e das potencialidades de desenvolvimento futuro.
  - Análise prospectiva do contexto externo utilização da técnica de cenários para uma antecipação dos prováveis futuros alternativos do Nordeste, do Brasil e do mundo com os seus possíveis desdobramentos sobre o futuro de Pernambuco

- que permitem identificar oportunidades e ameaças externas que podem emergir no futuro.
- 4. Análise prospectiva de Pernambuco combinando as tendências e fatores que emergem em Pernambuco (hipóteses sobre as grandes incertezas do futuro) com o contexto externo (cenários mundiais, nacionais e regionais) foram formulados os cenários alternativos de Pernambuco.
- Inventário dos projetos levantamento das ações e projetos que estão sendo executados ou formulados em Pernambuco para servir de subsídios para o posterior refinamento e detalhamento dos projetos que vão compor a Carteira de Projetos
- Etapa 2 Aonde queremos chegar? esta etapa explicitou o futuro desejado pela sociedade em 2035 e ao longo das próximas décadas como um contraponto à realidade presente Onde estamos? e às possibilidades abertas pelos cenários, que permitem definir a estratégia, conjunto articulado de ações dos governos e da sociedade, que leva Pernambuco das condições atuais para o futuro desejado. A etapa convergiu para a formulação da *Visão de futuro de Pernambuco* que expressa o futuro desejado plausível no horizonte de 20 anos, resultante do confronto dos cenários alternativos de Pernambuco (futuros possíveis) e o futuro desejado identificado na consulta à sociedade. A visão de futuro, descrita de forma qualitativa, foi traduzida em *metas*, utilizando indicadores que apresentam os seus principais componentes. A quantificação da visão de futuro em metas é a base para a formulação da estratégia de desenvolvimento de Pernambuco apontando o que deve ser feito para que sejam alcançados os resultados definidos nos prazos.
- Etapa 3 Como chegar lá? esta etapa consiste na essência da estratégia, pois define
  os eixos básicos de atuação que estrutura o conjunto de ações capazes de viabilizar o
  futuro desejado, construir a Visão de futuro. A etapa se desdobra em dois grandes
  blocos: formulação da estratégia e definição e elaboração da carteira de projetos.
  Para a formulação da estratégia foram realizadas as seguintes atividades:
  - Análise técnica para definição dos eixos estratégicos e áreas de resultado nos segmentos (econômico, institucional, social e ambiental) e, principalmente, observando as metas a serem perseguidas.

- 2. Reuniões temáticas com técnicos e especialistas nos diferentes temas (com destaque para técnicos e dirigentes do governo do Estado) para análise e crítica da formulação preliminar de eixos estratégicos, áreas de resultado e ações<sup>1</sup>.
- 3. Redação da estratégia de desenvolvimento com análise e incorporação das opiniões e sugestões geradas nas reuniões temáticas.

Na composição da Carteira de Projeto estruturadores do desenvolvimento de Pernambuco foram realizadas as seguintes atividades:

- Organização do material e das informações geradas nas Reuniões Temáticas permitiu formatar um primeiro conjunto de projetos por Área de Resultado; foram identificados 70 projetos.
- 2. Elaboração técnica de uma primeira formulação dos projetos de responsabilidade pública (47 dos 67 projetos definidos originalmente) com as informações básicas – antecedentes, objetivos, resultados esperados, escopo do projeto, metas de resultado e metas de gestão.
- 3. Reuniões e discussões com especialistas e, principalmente com pessoal técnico e dirigente do governo do Estado, para rever, refinar, reestruturar e detalhar a versão preliminar dos projetos, de modo a dar consistência e garantir viabilidade. A carteira de projetos públicos operacionaliza a estratégia de desenvolvimento nos primeiros cinco anos do horizonte 2015/2035. .

A estratégia de desenvolvimento de Pernambuco no horizonte 2035 — Pernambuco 2035 — apresentada neste documento é o resultado de vários meses de trabalho seguindo as atividades de análise, consulta à sociedade, reflexão, discussão, num rico processo de formulação coletiva. De forma sintética, a estratégia está estruturada em cinco eixos estratégicos — Educação e Conhecimento, Instituições de Qualidade, Qualidade de Vida, Prosperidade, e Coesão Social e Territorial — que se desdobram em catorze Áreas de Resultado como mostra o diagrama abaixo. Finalmente, o documento apresenta uma síntese de 47 projetos públicos (2015/2020) de dez áreas de resultado que são mais diretamente de responsabilidade dos governos.

\_

Foram realizadas 11 reuniões temáticas com foco em segmentos da economia, da sociedade e do meio ambiente — Educação e qualificação profissional, Instituições de qualidade, Defesa social, Saúde, Sustentabilidade, Dinamismo econômico e agregação de valor, Infraestrutura e logística, Energia, Inovação e produtividade, Interiorização do desenvolvimento, e Coesão social e direitos humanos - e três reuniões com corte territorial: Metrópole, Cidades Média e Semiárido.

SAUDE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL QUALIDADE DE VIDA : Q Q EDUCAÇÃO E >>> CONHECIMENTO **EIXOS PROSPERIDADE ESTRATÉGICOS** E ÁREAS DE **RESULTADO** INSTITUIÇÕES CUESÃO DE QUALIDADE SOCIAL E TERRITORIAL

Diagrama 3. Eixos estratégicos e áreas de resultado

### 1. PERNAMBUCO EM MOVIMENTO (ONDE ESTAMOS?)

O Estado de Pernambuco vem passando, nas últimas décadas, por um continuado processo de mudança econômica e social que resulta da combinação virtuosa de políticas e iniciativas governamentais com grandes investimentos estruturadores, públicos e privados, atraídos pelas vantagens competitivas de Pernambuco. A posição geográfica de Pernambuco e a base logística regional construída em torno do Complexo Industrial-portuário de Suape e a convergência política dos governos, dando continuidade aos projetos estruturadores, abriram um ciclo de crescimento e modernização econômica de Pernambuco. Por outro lado, Pernambuco se beneficiou da estruturação de um sistema de gestão governamental avançado incorporando métodos e sistemas de gestão orientados para resultados e focados nos grandes problemas sociais que proporcionou um claro aumento da eficiência dos programas e projetos governamentais. O desempenho da economia e a reestruturação do sistema de governo de Pernambuco recuperaram a autoestima dos pernambucanos e elevaram a confiança dos agentes econômicos e da sociedade com as instituições e com o futuro de Pernambuco.

De 1995 a 2010, o PIB -Produto Interno Bruto- de Pernambuco cresceu cerca de 3% ao ano, muito próximo da média nacional e pouco abaixo do ritmo de crescimento do Nordeste (3,2% ao ano). No intervalo mais recente, contudo, de 2004 a 2010, a economia pernambucana acelerou na frente do ritmo brasileiro, com um crescimento de 4,7% ao ano contra apenas 3,9% ao ano (Brasil) e um pouco adiante do Nordeste (4,3% ao ano). Em 2013 o PIB de Pernambuco alcançou cerca de R\$ 126 bilhões o que equivale a 2,6% do PIB brasileiro, enquanto o PIB per capita do Estado chegava a R\$ 13.650,00, pouco menos de 57% da média brasileira.

O recente ciclo de crescimento econômico com atração de grandes investimentos estruturadores levou a uma melhoria geral dos indicadores sociais de Pernambuco, declínio da pobreza e das desigualdades sociais, melhora da qualidade da educação e da oferta dos serviços públicos. Em grande parte, a melhoria dos indicadores sociais de Pernambuco acompanha um movimento nacional, mas quase sempre em ritmo e com qualidade superiores às do Brasil.

Em menos de 20 anos, o índice de pobreza em Pernambuco caiu pela metade, passando de 58% dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00, em 1991, para 27,2%, em 2010 (Gráfico 1); e a pobreza extrema declinou de 31,6%, em 1991, para 12,3%, em 2010, bem acima dos 6,6% do Brasil. Mesmo com esta importante redução, a pobreza ainda é muito alta no Estado, sendo quase o dobro da média nacional (15,2%). De 2000 a 2010, a pobreza em Pernambuco registrou um declínio de 5% ao ano, pouco acima do Nordeste (4,8% ao ano) mas abaixo do movimento declinante no Brasil (5,9% ao ano). No mesmo período, a concentração de renda em Pernambuco também caiu bastante, tendo alcançado um índice de Gini de 0,62 em 2010, pouco acima da média nacional (0,60).



Gráfico 1. Taxa de pobreza em Pernambuco comparada

Fonte: IPEADATA

A mais emblemática melhoria de qualidade de vida em Pernambuco ocorreu no nível de violência e insegurança pública, resultado de uma bem sucedida estratégia – Pacto pela vida – com ação articulada em diferentes áreas. Pernambuco, que era um dos Estados mais violentos do Brasil, apresentou em dez anos (2001/2011), uma redução significativa da taxa de criminalidade, passando de 58,8 homicídios em cem mil habitantes, registrado em 2001, para

38,6, em 2011. Desta forma, Pernambuco saiu de primeira posição para o sexto lugar entre os Estados brasileiros, tendo sido o único Estado que apresentou uma diminuição continuada ao longo dos últimos anos. O gráfico mostra a evolução do índice de criminalidade dos piores Estados do Brasil, evidenciando o movimento descendente de Pernambuco ao mesmo tempo em que todos elevam a violência.

58,8

2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011

Pernambuco — Alagoas — Espírito Santo
Paraíba — Pará — Bahia

Gráfico 2. Índice de Homicídios (em cem mil habitantes) de Pernambuco e Estados selecionados

Fonte: SDS

Outro notável o avanço de Pernambuco foi registrado na qualidade do ensino médio, com o melhor desempenho de melhora da nota do IDEB do Brasil dando um salto da 20ª posição, em 2011, para dividir a quarta posição com Minas Gerais. Mas, mesmo com os avanços relevantes dos últimos anos, Pernambuco ainda está atrás da maioria dos Estados do Sul e Sudeste em quase todos os indicadores sociais - em alguns deles abaixo mesmo da média nacional. E convive com grandes problemas e estrangulamentos que podem dificultar o posicionamento diante dos desafios (novos e velhos) do futuro.

#### 1.1. COMPETITIVIDADE E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A economia de Pernambuco não está entre as mais competitivas do Brasil mas conta com algumas vantagens competitivas que têm viabilizado o atual ciclo de crescimento econômico. Entre estas vantagens merecem destaque consolidação de Pernambuco como centro econômico e logístico regional, e o ambiente político e governamental que transmite confiança e segurança aos investidores e parceiros. Pernambuco se destaca pela capacidade de articulação econômico-comercial do Nordeste oriental, com base no Porto de Suape, e pelo potencial de integração global, com os grandes mercados consumidores na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia, favorecida pela ampliação do Canal do Panamá (ver mapa 1).

Vancouver
San Francisco
7 dias
Politica
Oceano Pacifico

Support

Mapa 1. Suape e sua localização e potencial global

Fonte: Suape Global

Estas condições especiais de localização e infraestrutura, que facilitam a integração e a redução de custos de transporte credenciam o Porto de Suape como um potencial *hub port* (concentrador de carga) na América do Sul, com ampliação da movimentação de carga e seus impactos econômicos no território pernambucano. Este potencial já é percebido na recente elevação da movimentação de cargas em Suape, de 4,3 milhões de toneladas, em 2005, para 12,8 milhões de toneladas, em 2013, praticamente triplicando em apenas oito anos.

A competitividade sistêmica da economia de Pernambuco está numa posição intermediária no Brasil embora seja o segundo do Nordeste. De acordo com estudo do *Centro de Liderança Pública* e da revista *The Economist*, Pernambuco tem o segundo melhor ambiente de negócios do Nordeste, mas é o 14º no ranking de competitividade do Brasil (Centro de Liderança Pública, 2012). Os Estados do Sul, do Sudeste e do Centro-oeste têm ambiente de negócios melhor que Pernambuco, que se situa abaixo da Bahia mas à frente do Ceará, como mostra o gráfi

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> O estudo analisa o desempenho em 8 grandes variáveis e gera um indicador síntese que expressa uma hierarquia dos Estados: Ambiente político, Ambiente econômico, Regime de regulação e impostos, Política em relação ao investimento externo, Recursos Humanos, Infraestrutura, Inovação e Sustentabilidade.

**PERNAMBUCO** 77,1 62,8 60,5 59,5 47,7 47,1 42,8 42,8 40,8 39,2 33,0 32,8 28,8 27,8 Bahia Goiás Ceará Pará Acre São Paulo Rio de Janeiro Minas Gerais Santa Catarina **Espírito Santo** Mato Grosso do Sul Pernambuco Sergipe Paraíba Rondônia Alagoas Rio Grande do Norte **Focantins** Roraima Rio Grande do Sul Distrito Federal Amazonas Maranhão Paraná Mato Grosso

Gráfico 3. Ranking do ambiente de negócios dos Estados brasileiros

Fonte: Centro de Liderança Pública, The Economist, 2012

A implantação de grandes investimentos estruturadores e o fortalecimento e ampliação do Porto de Suape devem melhorar e aumentar a competitividade da economia pernambucana, especialmente no segmento Infraestrutura, de modo a se consolidar como centro logístico regional e base para integração global do Brasil e do Nordeste, além de uma mudança na estrutura produtiva da economia com elevação do peso relativo da indústria.

Nos últimos anos já houve uma abertura externa da economia de Pernambuco, com o aumento significativo das importações, confirmando e reforçando a posição de centro de distribuição regional de Suape. Em 2011, a abertura externa da economia de Pernambuco era de apenas 10,8% do PIB (Exportação+Importação/PIB), bem abaixo do Pará (37,3%) e do Estado da Bahia, com 19,7% do PIB. Ao mesmo tempo em que as importações dão um salto, as exportações pernambucanas crescem muito pouco, o que tem levado ao rápido aumento dos déficits na balança comercial de Pernambuco. Na participação do comércio externo do Nordeste, Pernambuco perde posição nas exportações e cresce bastante nas importações. De 1990 a 2012, a contribuição das exportações de Pernambuco no Nordeste cai de 10,3% para apenas 7%, enquanto as importações aumentam de 19,7%, em 1990, para 25,4% do total do Nordeste, em 2012.

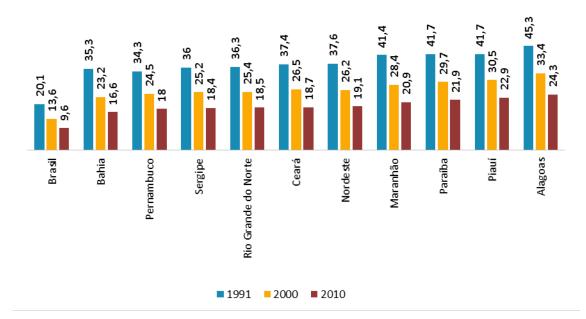
O ambiente de negócios de Pernambuco está num nível intermediário no Brasil e tende a melhorar nos próximos anos, a produtividade da economia pernambucana ainda é baixa quando comparada com a média nacional. E como a produtividade da economia brasileira é também baixa, comparando com padrões internacionais, Pernambuco tem grandes dificuldades na disputa competitiva global. Em 2010 a produtividade da economia pernambucana alcançava apenas 64% da média brasileira, sendo a maior defasagem na Indústria extrativa mineral (insignificantes 14%). Mas é igualmente muito baixa a produtividade da Agropecuária, apenas 39% da média nacional do setor, e da Indústria de transformação, que equivale à metade da produtividade da indústria brasileira, como mostra a tabela 1. De 2000 a 2010, a produtividade da economia de Pernambuco melhorou, em termos relativos, passando de 61% de média nacional, em 2000, para 64%, em 2010, embora tenha piorado em algumas atividades, entre as quais a Indústria de transformação que caiu de 52% para apenas 50% da média brasileira (calculado com base em dados do IBGE - Contas Regionais do Brasil-IBGE e Censo Demográfico-IBGE).

#### 1.2. EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO

A educação é um componente central da competitividade econômica e, ao mesmo tempo, condição para a igualdade de oportunidades na sociedade. Neste aspecto, como visto antes, Pernambuco teve um avanço significativo na melhoria da qualidade do ensino médio, medida pela nota do IDEB de 2013, refletindo, em grande parte, resultados do Pacto pela Educação e a implantação das Escolas de Referência em tempo integral. Mas ainda apresenta indicadores modestos em vários aspectos da educação, especialmente no nível de escolaridade dos pernambucanos.

Em 2011, Pernambuco tinha 6,4 anos médios de estudo (na população de 25 anos e mais), o que está abaixo da média nacional (7,3 anos). E a taxa de analfabetismo, que declinou de 34,3% da população de 15 anos e mais, em 1991, para 18,4%, em 2010, é quase o dobro da taxa média do Brasil (9,6% em 2010) mas um pouco melhor que a média nordestina (19,1%), como mostra o gráfico 4. De qualquer forma, em 2010, Pernambuco tinha a segunda menor taxa de analfabetismo do Nordeste, superior apenas à Bahia com 16,6%.

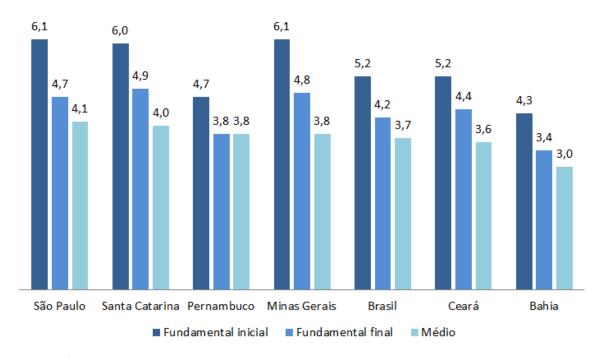
Gráfico 4. Taxa de analfabetismo de Pernambuco, Brasil, Nordeste e Estados do Nordeste (percentual da população de 15 anos e mais) — 1991/2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013 - PNUD Atlas do Desenvolvimento Humano 2013 - PNUD.

Como foi referido antes, a qualidade do ensino em Pernambuco, medida pela nota do IDEB (fluxo e proficiência) registrou um aumento significativo no ensino médio e, mesmo de forma mais modesta, no ensino fundamental inicial e final. De 2011 para 2013, o IDEB total do ensino médio de Pernambuco subiu de 3,4 para 3,8, enquanto a nota das escolas estaduais passou de 3,1 para 3,6; no período (2011/2013) o IDEB do ensino médio estadual de Pernambuco subiu 16 posições no ranking dos Estados do Brasil (do 20º para o 4º lugar). Apenas no ensino médio, a nota do IDEB total de Pernambuco supera a média do Brasil (3,8 contra 3,7 da média nacional. No fundamental inicial e final, o IDEB total de Pernambuco está abaixo da média nacional, abaixo do desempenho do Ceará e dos Estados com melhores notas (Sul e Sudeste). Como mostra o gráfico 5, em 2013, as notas de Pernambuco eram 4,7 para os anos iniciais do Ensino Fundamental, 3,8 para os anos finais, e apenas 3,8 para o Ensino Médio.

Gráfico 5. Notas do IDEB de Pernambuco, Brasil, e Estados selecionados nos Anos Iniciais, Anos Finais e no Ensino Médio - 2013



Fonte: INEP/MEC

Nos últimos anos, o Pacto pela Educação, que ampliou para 260 as escolas em tempo integral, está promovendo uma rápida melhoria do desempenho escolar do Estado, particularmente no Ensino Médio. Com efeito, o IDEPE-Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco, que utiliza a mesma metodologia do IDEB com maior periodicidade, mostra que, em 2012, as escolas em tempo integral tiveram um desempenho muito superior à média do Ensino Médio: nota 4,5 contra apenas 3,4 da média. Enquanto as escolas do ensino médio de Pernambuco tiveram nota média de 3,4 (igual ao IDEB), as escolas em tempo integral alcançaram 4,5. Com o tempo, a ampliação das escolas em tempo integral e a maturação das mudanças por elas geradas, o ensino médio do Estado deve melhorar rapidamente a qualidade e, portanto, a nota do IDEB.

No ensino superior e na pesquisa científica, Pernambuco está entre os melhores do Nordeste, tanto no que se refere à qualidade das universidades quanto à densidade de pesquisadores. Classificação da Folha de São Paulo de 2013 situa a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como a melhor instituição de ensino e pesquisa do Nordeste e a 10ª do Brasil<sup>3</sup>. No ranking das 20 melhores universidades do Brasil; excluindo a UNB (no Centro-oeste), a UFPE

.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> A classificação da Folha de São Paulo utiliza cinco critérios de análise: ensino, pesquisa, inovação, mercado e internacionalização.

tem posição inferior apenas às Universidades dos Estados do Sul e do Sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (gráfico 6). Esta liderança regional de Pernambuco nas universidades evidencia um certo abismo entre o nível superior e a modesta qualidade no ensino fundamental e médio do Estado, principalmente quando se considera as vantagens da UFPE em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

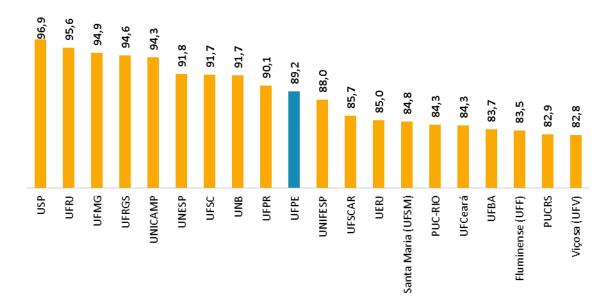


Gráfico 6. 20 Melhores Universidades do Brasil - Nota RUF-Ranking das Universidades - 2013

Fonte: Folha de São Paulo – Ranking das Universidades Brasileiras - 2013

Nos últimos dois anos, houve um aumento significativo no número de instituições de ensino superior em Pernambuco, passando de 39, em 2010, para 96, em 2012, ampliando de 18 para 28 os municípios com oferta de vagas neste nível de ensino. Esta interiorização do ensino superior coincidiu com processo forte de interiorização da formação técnica com implantação de 25 novas Escolas Técnicas Estaduais espalhadas no território pernambucano.

As universidades concentram a maioria dos pesquisadores do Estado que, em 2010 eram 5.197 (dados do CNPq) tendo o segundo maior contingente regional, depois da Bahia, expressando o potencial de geração de conhecimento e desenvolvimento tecnológico. O gráfico 7, que apresenta a evolução do número de pesquisadores do Nordeste de 2000 a 2010, fica evidente que Pernambuco tinha a liderança em 2000, bem à frente da Bahia, caindo para a segunda posição dez anos depois; mesmo assim, o número de pesquisadores de Pernambuco é quase 30% superior ao Ceará, terceiro colocado no Nordeste. Em 2010, Pernambuco contava com 591 pesquisadores por milhão de habitantes, quase metade da média nacional que foi de 1.174 por milhão de habitantes. Embora a densidade de pesquisadores não seja suficiente para gerar inovação, na medida em que depende, fundamentalmente, das empresas, a massa de pesquisadores de Pernambuco oferece um potencial importante para o desenvolvimento tecnológico.

Bahia 1.628 7.532
Pernambuco 2.224
Pernambuco 1.091
Ceará 3.646
Paraíba 3.565
Rio Grande do Norte 2.860
Sergipe 1.510
Piauí 285
Piauí 1.263
Maranhão 489

**2010** 

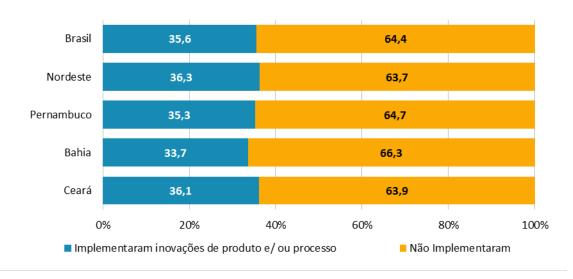
2000

Gráfico 7. Pesquisadores ativos nos Estados do Nordeste - 2000/2010

Fonte: MCT

A interação das instituições de pesquisa de Pernambuco com o setor produtivo é muito limitada o que, em grande parte, reflete a postura pouco inovadora do empresariado pernambucano. Com efeito, apenas 35,3% das empresas industriais (indústria extrativa mineral e indústria de transformação) inovaram em 2010, percentual levemente inferior à média nacional (35,6%). No Nordeste o empresário mais inovador é o cearense (36,1% inovaram) e no Brasil é o Estado de Goiás (47,1%). Pernambuco ainda está situado numa posição melhor que a Bahia, como mostra o gráfico 8, mas diferença não é muito grande na postura das empresas diante da inovação como mecanismo central da produtividade e da competitividade.





Fonte: Pintec-IBGE (2011).

Os dados e informações sobre a educação e o número de pesquisadores e a postura de inovação em Pernambuco refletem uma situação contraditória na competitividade: a deficiência no ensino fundamental e médio (nota baixa do IDEB e limitada proficiência em português e matemática) contrastam com a liderança regional de Pernambuco no ensino superior e na densidade de pesquisador no Nordeste. Por outro lado, esta vantagem nas universidades e na capacidade de pesquisa contrasta com a limitada iniciativa inovadora das empresas, o que evidencia que as atividades de pesquisa não transbordam para o setor produtivo.

#### 1.3. INFRAESTRUTURA

A infraestrutura econômica evidencia outra dubiedade na competitividade de Pernambuco. De um lado, a economia pernambucana conta com vantagens na logística regional e no potencial de integração global, especialmente com Suape; de outro, o Estado ainda padece de deficiência e limitações no sistema de transporte, tanto no que se refere à eficiência e abrangência da malha e diferentes modais, quanto na qualidade do transporte rodoviário. A malha ferroviária do Estado é praticamente inoperante embora tenda a se ampliar com a implantação da Ferrovia Transnordestina mesmo carecendo ainda de ramais que adensem o sistema.

O transporte rodoviário, dominante no território pernambucano, foi ampliado nos últimos anos, mas ainda tem uma malha limitada. Em 2012, Pernambuco tinha 69,6 quilômetros de rodovias pavimentadas por quilômetro quadrado do seu território, metade do registrado no Rio de Janeiro (158 quilômetros por quilômetro quadrado) com a maior malha do Brasil. Além disso, de acordo com estudo da Confederação Nacional dos Transportes, 35,9% das rodovias de Pernambuco apresentavam, em 2013, qualidade ruim ou péssima, sendo que apenas 0,5% foram avaliadas com qualidade ótima. De 2006 a 2013 houve uma melhora da qualidade das rodovias, principalmente com a redução do percentual classificado como péssima (queda de 23,2% para 14,6%) e forte aumento do percentual classificado como boa ou ótima qualidade (de 16,6% para 26,7%).

Como mostra o gráfico 9, em 2013 Pernambuco tinha rodovias com qualidade ruim ou péssima superior à do Nordeste (32,5%) e, principalmente da média do Brasil (29,4%); por outro lado, no grupo de rodovias com boa ou ótima qualidade, Pernambuco está melhor que o Nordeste (26,7% contra apenas 24,1%) mas continua pior que a média nacional com 36,2% das rodovias nesta classificação. Vale considerar como referência, que o Estado de São Paulo, com as melhores rodovias do país, tinha em 2013, cerca de 57,3% das rodovias em ótimo estado e 82,2% em ótimo e bom estado de conservação.

Péssima ■ Ruim ■ Regular ■ Boa ■ Ótima **PERNAMBUCO** 0,5 2013 26,2 14,6 21,3 37,4 2010 44,6 20,6 23.2 2006 23,2 26,4 33,8 11,2 1,9 2013 23,2 10,4 22,1 42,4 NORDESTE 2010 16,9 27,2 37,6 10,8 2006 8,6 28,3 2013 21,4 34,4 26,0 10,2 BRASIL 2010 17,4 33,4 26,5 14,7 2006 12,2 38,4 10,8

Gráfico 9. Qualidade das rodovias de Pernambuco, Nordeste e Brasil – 2006/2013

Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias - 2013

Quando se trata de transporte urbano, Pernambuco tem uma das mais baixas mobilidades das do Brasil calculada como o tempo médio de deslocamento das pessoas de casa para o trabalho. Em 2013, o tempo médio na RMR-Região Metropolitana do Recife foi de 38 minutos, o quarto maior tempo das metrópoles brasileiras.

Como em todo Nordeste, a grande restrição de infraestrutura de Pernambuco reside na disponibilidade de recursos hídricos, particularmente no Semiárido com modesta e irregular precipitação pluviométrica e alto índice de evaporação. Cerca de 87,6% da área de Pernambuco é composta do Semiárido, percentual inferior apenas ao do Rio Grande do Norte, com 93% de área do Semiárido (no Ceará, terceiro maior, representa 86,7% da área total do Estado). Em termos de infraestrutura hídrica, o Semiárido pernambucano tem 108 reservatórios com uma capacidade de 3,24 bilhões de metros cúbicos o que representa cerca de 37,7 milhões de metros cúbicos por quilômetro quadrado de área da região. Mesmo considerando a diferença de tamanho e organização do território dos dois Estados, esta rede hídrica pernambucana é muito inferior à do Ceará que tem 18,8 bilhões de metros cúbicos de capacidade de armazenagem em 144 reservatórios, equivalentes a 145 milhões de metros cúbicos por quilômetro quadrado.

Grandes projetos em implantação no Semiárido pernambucano, como a transposição do São Francisco (Projeto de Integração do Rio São Francisco) e a construção de adutoras, devem

ampliar bastante a capacidade de armazenagem e, principalmente, de disponibilidade de água para consumo humano e para agropecuária. Além deste grande empreendimento e, em parte, articulado com seus dois canais, está sendo ampliada a malha de barragens e adutoras que deve melhorar bastante a disponibilidade de água em Pernambuco e, particularmente, no Semiárido.

O mapa 2 mostra esta malha que vai contar com um aumento de 50% de água tratada na RMR com o Sistema Pirapama, implantação da Adutora do Agreste com 1.380 quilômetros de extensão, que beneficiará 68 municípios, Ramal do Agreste formado por um conjunto de canais a céu aberto e reservatório que servirá de conexão entre a transposição e as adutoras levando água para 2 milhões de pessoas em Pernambuco, construção de nove barragens para contenção de enchentes e outros usos, e o Projeto Pontal, perímetro com 7.717 ha.de terra irrigável para ampliação do agronegócio no interior de Pernambuco. A esses empreendimentos se agrega o projeto do Canal do Sertão, no extremo oeste do Estado, que deverá viabilizar a irrigação de 33.000 hectares no alto Sertão de Pernambuco, elevando a produção e a produtividade agrícola do Semiárido nordestino, com potencial para agricultura irrigada e cana-de-açúcar para produção de álcool.



Mapa 2. Adutoras e barragens da malha de infraestrutura hídrica de Pernambuco

Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos de Pernambuco

#### **1.4.** ECOSSISTEMAS E MEIO AMBIENTE

O território de Pernambuco é formado por dois importantes biomas (Caatinga e Mata Atlântica), além da área costeira com presença de manguezais e recifes de corais, contendo uma relevante diversidade biológica e belezas naturais. A Mata Atlântica tem uma presença restrita à faixa que acompanha o litoral e forma a Zona da Mata. Do litoral para o interior acompanha uma sucessão de paisagens diferentes, marcadas por uma intensa diversificação de formas de uso do solo. Quase 89% do território do Estado são dominados pelo bioma Caatinga, o maior e mais heterogêneo do estado de Pernambuco com ampla biodiversidade.

Pernambuco tem, atualmente, apenas 10,5% da cobertura vegetal da Mata Atlântica e cerca de 53,4% da cobertura da Caatinga conservadas e conta com 6,6% do território com Unidade de Conservação protegida, bem abaixo da recomendação das Nações Unidas de um mínimo de 10% da área dos ecossistemas protegidas. Além disso, o Estado registra áreas na Caatinga com tendência de desertificação que ameaçam o ambiente natural pernambucano.

O ambiente natural de Pernambuco está submetido a pressão antrópica em diferentes áreas e por diversas fontes, com persistência da degradação ambiental apesar das medidas dos governos. A degradação ambiental decorrente da urbanização é mais intensa na Região Metropolitana do Recife (RMR) e no Agreste Setentrional, enquanto o Sertão do São Francisco padece com assoreamento e processo de desertificação. A ocorrência de processos de desertificação já se verifica em cerca de 30% do território pernambucano, em grande parte provocada pela combinação de vários fatores, entre os quais a vulnerabilidade às secas, a degradação da cobertura vegetal, salinização e erosão dos solos.

A ampliação dos investimentos industriais associados à expansão urbana tem gerado uma pressão antrópica na Mata Atlântica e nas áreas costeiras e marinhas, e as práticas inadequadas de uso dos recursos naturais provocam poluição e desmatamento. O lançamento de efluentes nos cursos de água, tanto domésticos quanto industriais, provoca poluição hídrica, que compromete a qualidade de vida da população. A escassez e a poluição dos recursos hídricos são alguns dos mais graves problemas ambientais de Pernambuco.

O Semiárido é a área mais vulnerável do ponto de vista ambiental e econômico devido à irregularidade da precipitação pluviométrica (e alta taxa de evaporação) que compromete as atividades agropecuárias e potencializa tendências de desertificação. Esta vulnerabilidade pode se ampliar com os efeitos das mudanças climáticas, que levariam à elevação da temperatura, à alteração dos ciclos de chuvas na região e ao aumento do déficit hídrico. Os impactos futuros das mudanças climáticas em Pernambuco podem ainda provocar elevação do nível do mar, com risco de alteração do litoral e inundação das grandes cidades.

#### 1.5. GESTÃO PÚBLICA

Pernambuco tem uma tradição de qualidade e eficiência na gestão das contas públicas, reforçada nos anos recentes pela implantação de um modelo de gestão por resultados e no controle e monitoramento das ações governamentais. Além disso, tem uma história de bons quadros técnico-profissionais nas diferentes instâncias de governo que qualificam a gestão pública do governo.

Este movimento tem contribuído para a melhoria das finanças públicas do Governo do Estado com aumento da receita e da capacidade de investimento público. De 2000 a 2010 houve um acréscimo da receita corrente do governo pernambucano em torno de 7,4% ao ano e da

receita tributária de 6,3% ao ano, ambos bem acima da evolução do PIB no mesmo período (cerca de 39% ao ano), como mostra o gráfico 10.

210 Números-índice (base: 2000 = 100) 190 170 150 130 110 90 70 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 PIB a preços básicos Receita total Receita corrente —o— Receita tributária

Gráfico 10. Evolução das Finanças públicas do Governo do Estado de Pernambuco (% ao ano) 2000/2010

Fonte: Contas Regionais do Brasil-IBGE, Execução Orçamentária dos Estados-STN.

\* Os valores do PIB a preços básicos foram atualizados pelo deflator implícito do PIB estadual; os valores das receitas estaduais foram atualizados pelo IGP-DI/FGV.

Como resultado, houve uma recuperação do nível de investimento governamental (com percentual do PIB). Com efeito, depois de flutuar em torno de 1% do PIB entre 2003 e 2008, inicia um movimento ascendente a partir de 2009, chegando a 1,75% em 2012, favorecido pelo incremento da arrecadação própria e complementado por operações de crédito. Em 2002 o investimento como percentual do PIB alcançou o nível mais alto, cerca de 2,56% do PIB, favorecido, em grande parte, pelos recursos gerados com a privatização da Celpe.

A melhoria fiscal e de gestão pública do governo do Estado não foi, contudo, acompanhada de um movimento semelhante nos governos municipais, que padecem de baixa capacidade de arrecadação e grave limitação gerencial. Em 2012, os municípios de Pernambuco apresentaram uma dependência média de transferências de 89,7% da receita corrente municipal. Em 2010, cerca de 73,7% dos municípios arrecadavam menos de 5% da receita total municipal, e apenas 8,4% tinham receita própria superior a 10% da receita total. Apesar de algumas melhoras, registradas na evolução do IFGF-Índice Firjan de Gestão Fiscal, ainda é patente a fragilidade das prefeituras. De acordo com este índice, em 2011, Pernambuco ainda tinha 87 municípios (ou 46% do total) em nível crítico na gestão pública.

A melhoria da gestão pública do Estado está sendo acompanhada por um movimento de renovação das lideranças políticas e na formação de uma nova geração de executivos e quadros técnicos. Por outro lado, as mudanças recentes na economia, com grandes

investimentos estruturadores, e entrada de um grande número de executivos e gerentes qualificados, tende a promover a formação de um novo ambiente empresarial em Pernambuco, mais inovador e menos dependente do Estado.

#### 1.6. ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A economia e, em menor medida, a população de Pernambuco estão muito concentradas na Região Metropolitana do Recife, o que tende a aumentar com a localização de grandes investimentos estruturadores nos municípios em torno de Suape e mais, recentemente, no Litoral Norte. A RMR concentra, em 2010, cerca de 64% do PIB-Produto Interno Bruto do Estado e 42% da população pernambucana. Mesmo com os grandes investimentos em curso, nos últimos anos tem havido uma leve redução da concentração econômica no território com a consolidação de alguns novos espaços dinâmicos no interior acompanhada da formação de uma rede de cidades de porte médio relativamente bem integradas.

Como resultado da participação diferenciada no PIB e na população, o PIB per capita pernambucano é muito desigual no território da mesma forma que os principais indicadores sociais em detrimento das regiões interioranas. O PIB per capita da Região do Araripe, menor do Estado, é menos de um terço da Região Metropolitana do Recife, e mesmo o Sertão do São Francisco, segundo maior, é quase a metade da RMR. Nesta década, a RMR reduziu sua participação no PIB de Pernambuco em um ponto percentual, de 65,6% para 64,6%.

A desigualdade social das regiões de Pernambuco fica evidente quando se analisa o IDH-Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios. Os municípios com melhores IDH estão na RMR, os 10 piores no Sertão do Moxotó e no Agreste Meridional e o restante se distribui no Estado entre baixo e médio. Apenas um município pernambucano, Manari, tem IDH na faixa de "muito baixo", inferior a 0,50.

Apesar da visível concentração e mesmo da localização majoritária dos projetos estruturadores na RMR, tem havido, na última década, uma leve desconcentração da economia e mesmo de algumas variáveis sociais, como educação. Com efeito, de 2000 a 2010, apenas as regiões do Sertão do Araripe e do Sertão do Itaparica tiveram um crescimento econômico inferior à média do Estado no período (3,9%). O Sertão do Francisco registrou uma expansão do PIB de 6,1% ao ano, bem acima da média estadual, e o Agreste Setentrional teve o segundo maior dinamismo com 5% de crescimento anual. Ao mesmo tempo, a Região Metropolitana do Recife e as duas regiões da Mata ficaram atrás da média de Pernambuco no ritmo de crescimento econômico, como mostra o gráfico 11.

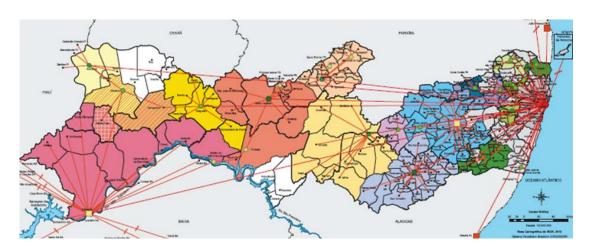
6,1 5 4,9 4,7 4.4 4,3 4,1 3,9 3,8 3,8 3,6 2,9 2,2 Sertão do Sertão do Pajeú Pernambuco Metropolitana Mata Norte Sertão do Setentrional Moxotó Sertão Central Agreste Central Mata Sul Sertão do Sertão do São Itaparica Agreste Meridiona Araripe Francisco Agreste

Gráfico 11. Taxa de crescimento anual do PIB das Regiões de Desenvolvimento 2000/2010 (%)

Fonte: CONDEPE/IBGE

O mais surpreendente na organização do território pernambucano ocorre na qualidade da educação das escolas municipais que mostra uma relação quase inversa à distribuição do PIB e do PIB per capita de Pernambuco. As regiões com mais altas notas do IDEB-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do ensino básico estão no sertão pernambucano (excetuando o Sertão do Araripe) tanto nos anos iniciais quanto finais. A Região Metropolitana do Recife e as regiões da Mata têm o mais baixo IDEB do Estado, inferior mesmo ao do Sertão do Araripe.

O território pernambucano, com sua diversidade e mesmo desigualdades, está estruturado por uma rede de cidades numa hierarquia de serviços urbanos diferenciados que articulam as Regiões de Desenvolvimento e, em alguns casos, polarizando regiões de outros Estados do Nordeste. Recife, como metrópole regional, articula a rede de cidades de Pernambuco que tem duas capitais regionais de nível C — Petrolina e Caruaru - e dois centros sub-regionais de nível A — Serra Talhada, no sertão, a Garanhuns, no agreste meridional. O mapa 6 mostra a rede de cidades de Pernambuco que distribui, com menor hierarquia, vários centros sub-regionais de nível B, com destaque para Afogados da Ingazeira, Vitória de Santo Antão, Arcoverde e Araripina.



Mapa 3. Rede de cidades de Pernambuco e regiões de influências dos centros pernambucanos

**Fonte:** Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM. - Pernambucoemmapas / Coordenação de Ruskin Marinho de Freitas e Kamila Soares de Arruda Santos. Recife, 2011.

Caruaru e Petrolina já estão consolidadas como referências regionais e cresce a importância e o peso relativo de cidades como Garanhuns, Serra Talhada, Salgueiro, além de Araripina, Arcoverde, Belo Jardim, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe como, como centros sub-regionais. Esta rede de cidades integra o território de Pernambuco à rede regional e nacional que deve se ampliar com a implantação da Ferrovia Transnordestina. Tudo indica que o município de Salgueiro se desenvolva como um centro logístico regional e polo de cargas para abastecimento na região de abrangência.

# 2. VISÃO DE FUTURO DE PERNAMBUCO (AONDE QUEREMOS CHEGAR?)

A visão de futuro de Pernambuco expressa as características socioeconômicas, institucionais, e ambientais que se espera alcançar na realidade pernambucana no médio e longo. Mas os desejos são sempre mediados pelas circunstâncias internas e pelas condições externas que estão amadurecendo fora do Estado e influenciam o seu desempenho futuro. Para alcançar no futuro um alto patamar de desenvolvimento (visão de futuro) é necessário que haja uma convergência da sociedade e dos governos (estadual e municipais) em torno de grandes prioridades estratégicas, partindo das condições vantajosas, mas também do equacionamento dos passivos. Prioridades estratégicas que preparam os desafios que decorrem das tendências e mudanças no contexto mundial e nacional.

A visão de futuro de Pernambuco – Pernambuco que queremos e que pode ser construído – expressa as **expectativas da sociedade** que foram captadas através da consulta aos atores sociais, lideranças e formadores de opinião. Mas a capacidade de alcançar as expectativas está

condicionada por processos externos, fora de controle, e principalmente, pela postura dos atores sociais e dos governos estaduais e municipais. Por outro lado, duas tendências já consolidadas devem definir alguns parâmetros da evolução futura de Pernambuco: mudança demográfica e investimentos estruturadores em implantação ou previstos.

#### 2.1. TENDÊNCIAS CONSOLIDADAS

Da mesma forma que o Brasil, Pernambuco passa por um período de transição demográfica com mudança futura no tamanho da população e, principalmente, na estrutura etária, com implicações importantes nas demandas sociais do futuro. Estes dois processos combinados devem influenciar fortemente no futuro da economia, da sociedade e do meio ambiente de Pernambuco.

Baseado em estudo do IBGE, em 2035, a população de Pernambuco deve alcançar 10,3 milhões de habitantes, um acréscimo de 1,5 milhões de pernambucanos no período (2015/2035)<sup>4</sup>. A forte redução da fecundidade das últimas décadas gerou um bônus demográfico semelhante ao considerado para o Brasil, com a diminuição da taxa de dependência demográfica; a PIA-População em idade ativa para o trabalho deve crescer bem mais que a não ativa (crianças e idosos). Considerando a faixa etária de 20 a 65 anos, a população disponível para o mercado de trabalho se eleva de 5,1 milhões, em 2010, para 6,5 milhões em 2035 (acréscimo de 1,4 milhões de pessoas), passando a representar cerca de 65% da população total do Estado<sup>5</sup>.

A população em idade escolar e em todas as faixas deve ter uma diminuição absoluta no período, reduzindo a pressão por oferta de matrículas, o que pode facilitar o alcance dos resultados positivos de aumento da escolaridade e da qualidade de vida. As crianças na primeira infância, com idade para creche, declinam de 786 mil, 2010, para 569 mil, em 2035, o que significa a diminuição da população em 219 mil crianças, Na faixa de crianças com idade para os anos iniciais do ensino fundamental, o declínio é de 846 mil para 596 mil, no mesmo período, e para os anos finais a queda é de 833 mil para 622 mil, e no ensino médio haverá uma redução de 811 mil alunos para 646 mil em 2035 (ver gráfico 12).

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> O IBGE projetou a população de Pernambuco até 2030. Para estimar a evolução até 2035 foi considerado que, neste quinquênio (2030/2035) a população apresentaria a mesma taxa de crescimento do quinquênio anterior (2025/2030). Tudo indica que esta estimativa tende a subestimar levemente a expansão da população e seu envelhecimento.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> O IBGE considera População em Idade Ativa a partir de 15 anos mas neste estudo foi adotada a idade a partir dos 20 anos, considerando que, no futuro será desejável que a maioria dos jovens de 15 a 20 anos saiam do mercado de trabalho para se dedicar aos estudos.

7,0 6,0 5,0 4.0 3,0 2,0 1,0 0,0 2010 2015 2020 2025 2030 2035 Mercado de Trabalho (20-64) Idosos (a partir de 65) Médio (15-19) Fundamental final (10-14)

Gráfico 12. Evolução da estrutura etária da população de Pernambuco – 2010/2035 – (milhões de pessoas)

Fonte: Censo Demográfico 2010, Projeções do IBGE até 2030 e dados extrapolados até 2035 pelo Consórcio.

O bônus demográfico (redução da dependência) tem, como contrapartida, um movimento de rápida elevação da população idosa com todas as novas demandas de serviços sociais, especialmente saúde e cuidados especiais, além da pressão previdenciária. Em 25 anos (2010/2035) o número de idosos (população com idade a partir de 65 anos) em Pernambuco cresce cerca de 2,5 vezes, passando de 583 mil, em 2010, para 1.450 mil em 2035, com um aumento de 867 mil pessoas.

Ao mesmo tempo em que tende a um crescimento baixo da população e a uma importante mudança na estrutura demográfica, o futuro de Pernambuco começa a ser desenhado a partir da maturação de grandes investimentos em implantação é outra tendência consolidada que antecipa o futuro de Pernambuco com desdobramentos que, no entanto, dependem do adensamento e irradiação no tecido econômico e social de Pernambuco. Para o período de 2007 a 2016 estão previstos ou em implantação investimentos produtivos e em infraestrutura da ordem de R\$ 104 bilhões, parte dos quais em fase final de implantação, como a Refinaria Abreu e Lima e a montadora de automóveis da Fiat. Considerando que os investimentos representam quase outro PIB estadual em nove anos, teríamos uma taxa de investimento de mais de 10% anuais apenas com os grandes projetos estruturadores, com previsível impacto de crescimento da economia pernambucana, sem considerar o alcance do adensamento produtivo desses empreendimentos.

Cerca de 68,2% dos investimentos estão concentrados na indústria de transformação e 14,7% são de infraestrutura ou de serviços industriais de utilidade pública. Esta distribuição dos investimentos deve promover uma mudança na estrutura produtiva, com ampliação da

participação da indústria de transformação no VAB-Valor Agregado Bruto, com destaque para os setores de bens intermediários (70,2% dos investimentos na indústria de transformação), bens de consumo duráveis e de capital (21,6% dos investimentos). Os investimentos devem abrir novas oportunidades de negócios nas atividades de petróleo e gás, naval e offshore, petroquímica, indústria automobilística, siderurgia, e farmoquímica, com irradiação na indústria metal-mecânica e nos serviços industriais, logística, TIC-Tecnologia da informação e comunicação, assistência técnica e manutenção industrial.

Entre os investimentos em infraestrutura destacam-se dois grandes empreendimentos que, embora atrasados, devem gerar um grande impacto na economia, na estruturação do território e mesmo na desconcentração das vantagens competitivas regionais:

- Ferrovia Transnordestina que articula o território pernambucano e integra aos centros do agronegócio do Brasil e do Nordeste, devendo consolidar a posição de Centro Logístico regional de Salgueiro no sertão de Pernambuco.
- 2. Transposição das águas do Rio São Francisco que deve viabilizar a disponibilidade de recursos no semiárido, tanto para o consumo humano quanto para ampliação das áreas irrigadas de Pernambuco (mapa 8), com os dois ramais Leste e Norte que cortam o território pernambucano em áreas significativas do Semiárido do Estado.

# 2.2. FUTUROS ALTERNATIVOS

Se as tendências consolidadas indicam movimentos que já são previsíveis nas próximas décadas, existem várias outras variáveis cujo desempenho futuro é incerto e que, portanto, permite pensar diferentes possibilidades de evolução da realidade pernambucana até 2035. As condições externas, decorrentes dos cenários mundiais e nacionais, podem gerar facilidades ou restrições aos futuros alternativos e, principalmente para o futuro desejado (Visão de futuro).

Mas, antes de tudo e considerando as condições externas, o futuro de Pernambuco depende, antes de tudo das escolhas, decisões e iniciativas da sociedade e dos governos diante dos desafios exógenos e com base nas condições internas (potencialidades e estrangulamentos). Considerando as alternativas externas e as possibilidades internas, podem ser construídos quatros cenários alternativos de Pernambuco para o horizonte 2015/2025. O diagrama 4 organiza as combinações de hipóteses sobre a evolução futura do contexto externo – mundial e nacional – apresentadas nos extremos da linha vertical, e dos processos internos – posturas diferentes da sociedade e dos governos – apresentadas nos extremos da linha horizontal.

Diagrama 4. Combinação de hipóteses endógenas e processos exógenos e cenários de Pernambuco



O cenário I – Salto para o futuro - resulta da combinação de um protagonismo ativo e articulado da sociedade e dos governos de Pernambuco que se mobilizam e articulam em torno de uma estratégia de desenvolvimento, com um ambiente externo favorável (cenário mundial de *Multipolaridade*, inclusão e prosperidade e cenário do *Brasil com Desenvolvimento* e integração competitiva). Nestas condições externas, a postura proativa e inovadora dos atores públicos e privados com a estratégia de desenvolvimento leva a uma melhoria substancial da competitividade de Pernambuco, resultado de investimento em educação, inovação e infraestrutura econômica, e das políticas públicas estruturadoras. Desta forma, nas próximas décadas, Pernambuco deve viver um período de alto crescimento econômico, acima da média nacional, adensamento das cadeias produtivas, com rápida melhoria dos indicadores sociais e redução da pobreza e das desigualdades sociais e territoriais, e conservação ambiental.

O cenário II – Perdendo oportunidades – considera a combinação de uma situação interna formada pela sociedade e governo desarticulados, passivos e imediatistas num ambiente muito favorável contemplando o cenário mundial *Multipolaridade, inclusão e prosperidade* e, ao mesmo tempo, o cenário do *Brasil com Desenvolvimento e integração competitiva*. A persistência de uma postura passiva e conservadora dos atores públicos e privados compromete a competitividade, na medida em que ocorre dispersão e baixo investimento em educação, inovação e infraestrutura econômica, e de políticas públicas passivas e gestão deficiente. Esta combinação de fatores leva Pernambuco a um **moderado crescimento** 

econômico, acompanhando a média nacional (e puxado pela dinâmica da economia brasileira), baixo adensamento das cadeias produtivas, lenta melhoria dos indicadores sociais e moderada redução da pobreza e das desigualdades sociais e territoriais, assim como persistência de moderada pressão ambiental.

No cenário III – Avançando nas adversidades – a sociedade e os governos assumem um protagonismo ativo e articulado com uma postura proativa e inovadora que aumenta os investimentos e seu foco nos segmentos estruturadores de mudança - educação, inovação e infraestrutura econômica, e políticas públicas ativas e gestão de qualidade mas as circunstâncias externas não ajudam (mundo com *Fragmentação, instabilidade e desigualdade* e Brasil *Afundando abraçado*, de modo que, nas próximas décadas Pernambuco registra um moderado crescimento econômico, pouco acima da média do Brasil, e moderado adensamento das cadeias produtivas, com lenta melhoria dos indicadores sociais e moderada redução da pobreza e das desigualdades sociais e territoriais, além de moderada pressão ambiental e parcial mitigação da degradação ambiental. Ou seja, a realidade pernambucana evolui com as seguintes características:

Finalmente, o cenário IV – Estagnação e pobreza – decorre da combinação de uma situação interna formada pela sociedade e governo desarticulados, passivos e imediatistas (postura passiva e conservadora dos atores públicos e privados) num ambiente externo desfavorável - cenário mundial de *Fragmentação, instabilidade e desigualdade* e cenário do Brasil *Afundando abraçado*. Nestas condições o futuro de Pernambuco deve apresentar baixa competitividade, resultado de dispersão e baixo investimento em educação, inovação e infraestrutura econômica, e Políticas públicas passivas e gestão deficiente, levando a baixo crescimento econômico, abaixo do Brasil, com persistência da pobreza e das desigualdades sociais e territoriais (melhora apenas inercial dos indicadores sociais) e dos problemas sociais e moderada pressão antrópica devido ao baixo crescimento da economia e persistência dos processos de desertificação.

### 2.3. VISÃO DE FUTURO

A **Visão de futuro** expressa o futuro desejado para Pernambuco – aonde queremos chegar? – mas passível de ser construído dentro das circunstâncias e dos desdobramentos futuros do ambiente externo e da postura da sociedade e dos governos e pernambucanos. A visão de futuro parte dos desejos da sociedade (definido na consulta) e converge e se aproxima do melhor cenário, Salto para o futuro. A **postura proativa e inovadora da sociedade e dos governos** é a condição central para alcançar a visão de futuro, levando a implementação com eficiência e eficácia políticas, medidas e iniciativas estruturadoras do desenvolvimento com inclusão e igualdade de oportunidades, vale dizer, com a implantação de uma estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazo.

Vale considerar, contudo, que o nível de aproximação de Pernambuco com esta visão de futuro depende das circunstâncias externas (cenário mundial e nacional) sobre as quais o Estado não tem controle; quanto mais o Brasil e o Mundo evoluam na direção do que foi formulado no Cenário I (mundo e Brasil), ou seja, *Multipolaridade, inclusão e prosperidade* e *Brasil com Desenvolvimento e integração competitiva*. Cabe à sociedade e aos governos implementarem uma estratégia de desenvolvimento que promova as mudanças necessárias à aproximação da visão de futuro.

Nos próximos 20 anos, Pernambuco experimenta um crescimento econômico alto e acima da média brasileira, elevação da competitividade, que permite uma inserção na economia nacional e global, rápida melhoria dos indicadores sociais (redução da pobreza e das desigualdades sociais, raciais e de gênero) e da qualidade de vida, melhoria da qualidade dos serviços públicos, integração equilibrada do território (com desenvolvimento diferenciado do Semiárido), e conservação ambiental e mitigação da degradação ambiental.

Em 2035 Pernambuco será um estado próspero com qualidade de vida e baixa desigualdade social e territorial com uma economia competitiva e integrada nacional e internacionalmente, instituições sólidas e com gestão eficiente e sociedade e governos inovadores. Em duas décadas, Pernambuco estará entre os cinco melhores estados do Brasil para viver, trabalhar, empreender e prosperar o que se expressa em cinco pilares centrais do desenvolvimento cuja articulação interação de resultados constrói o futuro desejado para Pernambuco pelos pernambucanos: Educação e conhecimento, Instituições de qualidade, Qualidade de vida, Prosperidade e Coesão social e territorial. Como mostra o diagrama 5, os dois primeiros pilares — Educação e conhecimento e Instituições de qualidade — são condições para alcançar os resultados na qualidade vida, na prosperidade e na coesão social e territorial.



Diagrama 5. Pilares da Visão de Futuro de Pernambuco

**Educação e conhecimento** é o componente fundamental do salto para o futuro - aumenta a competitividade, fortalece a tolerância e a democracia, e reduz as desigualdades sociais — com base na elevação do *nível de escolaridade*, da *ampliação a taxa de escolarização dos jovens* no ensino médio, na *melhoria da qualidade do ensino* em todos os níveis e na intensificação da formação do capital humano com *qualificação profissional* em larga escala.

**Instituições de qualidade** são um pilar central da visão de futuro de Pernambuco, contemplando o *aumento da confiança na sociedade* e nos agentes econômicos e nas instituições, para a *segurança jurídica* e a *simplicidade burocrática*, e a *eficiência e qualidade da gestão pública e privada*, facilitando a vida das pessoas e estimulando o empreendedorismo e a competitividade.

A **Qualidade de vida** se expressa nos objetivos combinados e complementares de sustentabilidade ambiental, saúde, segurança pública e defesa social, habitabilidade e mobilidade e conectividade das pessoas, assegurando conforto e vida segura e saudável.

O pilar **Prosperidade** se expressa no *dinamismo da economia* e na *competitividade sistêmica* com *inovação e aumento da produtividade* que viabilizam a *integração competitiva* da economia pernambucana na economia global.

E a **Coesão social e territorial** tem sua essência na *igualdade de oportunidades* dos pernambucanos com *redução da pobreza e das desigualdades sociais*, e nas *relações políticas e sociais de tolerância, civilidade* e *cooperação num ambiente democrático*, que se expressa também na *integração equilibrada do território* em termos econômicos e de qualidade de vida.

Como resultado da combinação destes pilares da visão de futuro, nas próximas duas décadas o Estado de Pernambuco deve ter o melhor desempenho econômico do Nordeste, com crescimento sustentando e superior à média nacional de modo que eleva a participação no PIB do Brasil, consolidado como centro logístico do Nordeste com porta de entrada por Suape, com estrutura produtiva diversificada e adensamento das cadeias produtivas dos novos projetos estruturadores e fortalecimento dos arranjos produtivos locais. Esta evolução decorre, em grande medida, da melhoria continuada do ambiente de negócios em Pernambuco que estimula os investimentos privados, a atração de investimentos e a formação de parcerias do governo o empresariado, e conta com infraestrutura ampla e de qualidade, multimodal e integrada a partir de Suape, que melhora a logística e a competitividade. Esta capacidade competitiva permite a ampliação da cultura de inovação que se forma no Estado contando com centros de tecnologias avançadas que permite uma inserção nacional e mundial.

A educação em Pernambuco se situa entre os primeiros Estados do país em qualidade com a universalização do acesso à escola e a erradicação do analfabetismo (funcional) e melhoria dos níveis médios de escolaridade. O ensino superior melhorado e descentralizado no território acompanha a interiorização da rede de 3º grau e melhoria da qualidade do ensino

técnico e tecnológico. A **cultura pernambucana** com grande riqueza diversidade se manifesta como importante riqueza do Estado, tanto nas manifestações culturais quanto no atrativo turístico e na criação de conteúdo para a indústria criativa de Pernambuco.

As instituições de Pernambuco mostram crescente eficiência e capacidade de gestão na prestação do serviço público no menor tempo possível, com qualidade e menor custo, equilíbrio nas contas públicas, transparência e controle social dos Municípios e do Estado nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Até 2035, Pernambuco terá elevados indicadores sociais e alto desenvolvimento humano com aumento expectativa de vida ao nascer e a redução da mortalidade infantil acompanhado do amplo acesso ao sistema de saúde de qualidade. Pernambuco estará entre os cinco melhores estados do Brasil em qualidade de vida e menos violentos do País garantindo condições de vida digna para todos os pernambucanos. Ao mesmo tempo, cresce entre os pernambucanos a consciência coletiva da necessidade de conservação e preservação levando a ações e iniciativas que reduzem o desmatamento e a poluição, conservam a biodiversidade e mudam a matriz energética para um perfil limpo baseado em energias alternativas (eólica e solar) ecoeficiência e reciclagem.

As grandes e médias cidades pernambucanas apresentam **mobilidade eficiente** e transporte público de qualidade e excelentes condições de vida com **melhora significativa do saneamento ambiental e da habitação** da população. As cidades do Estado se integram numa **rede de cidades** regionais e nacionais.

O território pernambucano se integra aproveitando a ampliação da malha da infraestrutura e com redução das desigualdades entre as regiões e os municípios, formando polos de dinamismo e desenvolvimento no interior. No semiárido se implanta uma rede ampla de adutoras integrada à Transposição do São Francisco que assegura a estabilidade hídrica da região.

# 2.4. METAS GLOBAIS

As metas procuram quantificar a visão de futuro, descrita acima de forma qualitativa, utilizando indicadores para apresentar a evolução futura dos principais componentes dos cinco pilares, tanto para mostrar a ordem de grandeza da transformação desejada quanto para demonstração da viabilidade e maturação ao longo do tempo. As metas permitem também o monitoramento posterior da estratégia. As grandes metas apresentadas neste capítulo serão detalhadas e apresentadas com o movimento no tempo (2015, 2020, 2030 e 2035) no próximo capítulo.

Em 2035 cada Pernambucano viverá em média 11 anos a mais do que se vive hoje em dia, cada Pernambucano será 3 vezes mais rico em média do que é hoje, 8 em cada 10 Pernambucanos pobres saem desta condição, todos os Pernambucanos jovens estarão em igualdade de condições para ingressar no mercado de trabalho ou no ensino superior, e os pernambucanos sentirão ainda mais confiança no estado e nas suas instituições.

Prosperidade Qualidade Coesão Educação Instituições de Vida Social Cada 94 em Todos os Pernambucano Pernambuco Pernambucanos Pernambucanos cada 100 sentirão ainda poderá será 3 vezes com 17 anos Pernambucanos esperar viver mais estarão aptos a viverão <mark>acima</mark> mais rico 11 anos a disputar uma orgulho de da linha de em média do vaga na UFPE, seu Estado, que pobreza, mais do se que é hoje independente principalmente lidera um novo vive hoje em de onde na nova classe tempo para o dia nasceram média. nordeste

No segmento **Educação e conhecimento** as metas globais são o aumento do nível de escolaridade e a melhoria da qualidade do ensino expressa nas notas do IDEB. A visão de futuro define a elevação do nível de escolaridade de 6,4 (atuais) para 12 anos em 2005. E a nota do IDEB deve subir de 4,7 para 7, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, de 3,8 para 6,6 nos anos finais do Ensino Fundamental, e de 3,8 para 6,8 no Ensino Médio.

A visão de futuro do pilar **Instituições de qualidade** se expressa em duas metas: capacidade de investimento do Governo do Estado – que deve flutuar ao longo dos próximos 20 anos entre 20 e 25% da Receita Corrente Líquida - e o índice de congestionamento do Judiciário que deve passar de 82,6% dos processos (atual) para 58%, em 2035.

Para a **Qualidade de vida**, as metas tratam da mortalidade infantil, da expectativa de vida da população, da violência, do saneamento e do meio ambiente. A mortalidade infantil deve declinar dos atuais 14 em mil nascidos vivos para 8,1 em 2035; a expectativa de vida dos pernambucanos se eleva dos atuais 71,2 anos para 82,3 em 2035; a taxa de homicídios na população jovem cai de 79,2 em cem mil (atuais) para 17,9 em cem mil, em 2035; domicílios com saneamento adequado se eleva continuamente devendo alcançar 92% em 2035; e a cobertura florestal do bioma Mata sobre de 10,5% da área para 12%, em 2035, e na Caatinga sobre de 53,4% para 65%, em 2035.

As metas do pilar **Prosperidade** tratam do crescimento da economia, ampliação e melhoria do sistema rodoviário, pesquisadores ativos no Estado, produtividade das atividades econômicas

e abertura externa da economia pernambucana. O PIB-Produto Interno Bruto cresce cerca de 5% ao ano na média das próximas décadas, elevando a participação na economia brasileira de 2,6% (2013) para 3,6% em 2035; a qualidade das rodovias do Estado em boa ou ótima qualidade aumenta de 26,7% (2013) para 70%, em 2035; a produtividade das atividades econômicas se eleva de 64% da média nacional para 80% em 2035; e a abertura externa da economia pernambucana para dos atuais 10,8% para 20% até 2035.

Finalmente, duas metas se destacam no pilar de desenvolvimento de **Coesão social e territorial**: redução da pobreza que deve passar dos atuais 27,2% da população com renda domiciliar per capita igual ao inferior a R\$ 140,00; e o diferencial das notas do IDEB das escolas públicas e particulares que devem se aproximar de zero até 2035.

# ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO (COMO VAMOS CHEGAR LÁ?)

A estratégia de desenvolvimento de Pernambuco é um conjunto articulado e integrado de ações e iniciativas de alta prioridade para construir o futuro desejado expresso na visão de futuro, constituindo um referencial para os governos e os atores sociais.

# 3.1. EIXOS ESTRATÉGICOS

A estratégia está organizada em torno de cinco eixos estratégicos - Educação e conhecimento, Qualidade de vida, Prosperidade, Coesão social e territorial e Instituições de qualidade como mostra o diagrama abaixo.



Diagrama 6. Eixos estratégicos

O eixo **Educação e conhecimento** forma um conjunto articulado e convergente de ações para elevar o nível de escolaridade, ampliar a taxa de escolarização dos jovens no ensino médio, melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis e intensificar a formação do capital humano com qualificação profissional em larga escala.

A **Qualidade de vida** é um eixo que contempla investimentos significativos na infraestrutura social e nos serviços públicos — saúde, saneamento, segurança pública, mobilidade e conectividade e definição de marco regulatório de orientação e estímulo ao investimento e gestão privada, complementado por iniciativas de peso na gestão ambiental e recuperação de áreas degradadas.

O eixo **Prosperidade** avança através de investimentos pesados e integrados em infraestrutura econômica – transporte, logística, energia e comunicação – no desenvolvimento tecnológico e na inovação, fomento ao adensamento das cadeias produtivas e à agregação de valor e iniciativas para a inserção competitiva na economia global.

A **Coesão social e territorial** é um eixo estratégico formado por diferentes ações e iniciativas para elevar a igualdade de oportunidades e para criação de ambiente social de tolerância, civilidade e democracia, assim como para aumento do equilíbrio territorial com distribuição equilibrada das ações e investimentos no território incluindo investimentos diferenciados no Semiárido e na rede de cidades.

E o eixo **Instituições de qualidade** deve contemplar ações estruturadas para elevar a transparência das instituições públicas e privadas, aumentar a eficiência e qualidade da gestão pública e privada, melhorar a qualidade do atendimento dos serviços públicos, e melhorar de forma significativa a gestão pública municipal.

# 3.2. ÁREAS DE RESULTADO

Os cinco eixos se desdobram em 14 áreas de resultado que detalham em grandes blocos temáticos para os quais são construídos metas específicas para o período 2015/2035 e a serem operacionalizados em projetos. O diagrama 7 apresenta a distribuição das áreas de resultado por eixo estratégico:

TENURAÇÃO E
CONHECIMENTO

EDUCAÇÃO E
CONHECIMENTO

ENCURSO

ESTRATÉGICOS

E ÁREAS DE
RESULTADO

INSTITUIÇÕES

DE QUALIDADE

OCUMENTO

OCUM

Diagrama 7. Eixos estratégicos e Áreas de Resultado

Os eixos estratégicos "Educação e conhecimento" e "Instituições de qualidade" são eles mesmos uma área de resultado, considerando a focalização da área e sua relevância para o conjunto da estratégia. O eixo estratégico "Qualidade de vida" se desdobra em cinco áreas de resultado: Saúde, Segurança e defesa social, Habitação, saneamento e urbanismo, Mobilidade e Sustentabilidade. O eixo estratégico "Prosperidade" contempla as seguintes áreas de resultado: Dinamismo econômico e competitividade, Infraestrutura, Recursos hídricos, Inovação, e Inserção global. E o eixo estratégico "Coesão social e territorial" se expressa através de duas áreas de resultado: Inclusão social e igualdade de oportunidades, e Civilidade, tolerância e participação social.

A visão de futuro de Pernambuco está apresentada nas Áreas de Resultado contemplado para cada uma delas, três informações básicas: **onde estamos?** com um breve diagnóstico da área, **aonde queremos chegar?** com a explicitação qualitativa da visão de futuro visão de futuro nas áreas, e as **metas** que mostram a visão de futuro com base em indicadores e sua evolução nas próximas décadas.

# EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO (Eixo Educação e conhecimento)

### **ONDE ESTAMOS**

A educação e o conhecimento, incluindo a qualificação da mão de obra, ainda é um dos pontos mais frágeis de Pernambuco apesar do Pacto pela Educação que está realizando avanços importantes com as Escolas em Tempo Integral, Semi-Integral e Técnicas. O nível de escolaridade dos pernambucanos é igual a 6,4 anos médios, abaixo da média nacional, estimada em 7,3 anos, e mais ainda de São Paulo, com 8,5 anos médios de estudo, e Distrito Federal, com 9,8 anos. A qualidade do ensino, medida pela nota do IDEB, está abaixo dos Estados mais desenvolvidos do Brasil, particularmente Minas Gerais com 6,1 nos anos iniciais do ensino fundamental, Santa Catarina nos anos finais do fundamental (4,5) e São Paulo no ensino médio (4,1). Também é baixo o percentual de jovens no ensino médio e no ensino superior, assim como no ensino técnico-profissional. A educação é um fator fundamental para dar um salto para o futuro, melhorar a competitividade e reduzir a desigualdade social. Por outro lado, para realizar a grande transformação no capital humano de Pernambuco é indispensável o envolvimento decisivo dos Municípios, responsáveis pelo ensino fundamental em intensa parceria com o Estado e a sociedade.

### VISÃO DE FUTURO 2035

Até 2035, o nível de escolaridade e a qualidade da educação em Pernambuco devem subir e melhorar de forma significativa alcançando padrões superiores aos níveis atuais dos melhores Estados brasileiros e se aproximando de padrões internacionais. Pernambuco terá um salto educacional no espaço de uma geração com todas as crianças e jovens nas redes pública e privada de qualidade aproveitando o bônus demográfico no qual o valor absoluto deste segmento da população declina ao longo dos tempos. Com isto, Pernambuco tende a aumentar a competitividade da economia e, ao mesmo tempo, ampliar a igualdade de oportunidades na sociedade.

### **METAS INDICATIVAS**

A visão de futuro se manifesta em metas de quatro aspectos representativos da elevação do nível e da qualidade da educação e do conhecimento em Pernambuco: Nível de escolaridade, Escolarização do ensino médio, qualidade do ensino medida pela nota do IDEB e acesso aos níveis de ensino técnico-profissional e/ou superior.

1. Nível de escolaridade - a média de anos de estudo dos pernambucanos (população de 25 anos e mais) deve se elevar de 6,4 anos (2011) para 12 anos, em 2035, alcançando o padrão médio atual dos países da OCDE num movimento continuado: chega a 7,8 anos, em 2020 e salta para 10,8 anos, em 2030 (dez anos depois) e como resultado da maturação das ações e iniciativas na educação básica e, principalmente no ensino médio, com esforço concentrado na redução da distorção idade-série e da evasão escolar em todos os níveis.

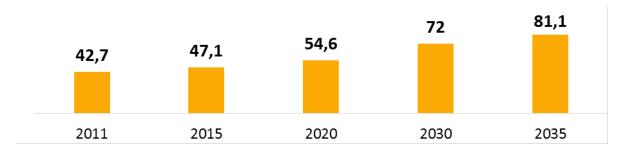
Gráfico 13. Nível de escolaridade – Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais



Fonte (2011): IBGE-PNAD

2. Escolarização do ensino médio – nos próximos 20 anos, o percentual da população de 15 a 17 anos matriculadas no ensino médio deve passar de 42,7%, em 2011, para 81,1%, em 2035, quase dobrando a taxa de escolarização. O movimento se inicia lentamente e acelera a partir de 2020 quando amadurecem os resultados das ações e projetos, principalmente com redução da evasão escolar no ensino médio.

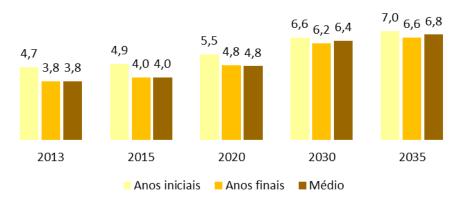
Gráfico 14. Taxa de escolarização líquida no ensino médio - % da população de 15 a 17 anos matriculadas no ensino médio



Fonte (2011): IBGE-PNAD

3. Qualidade do ensino — no futuro, as notas do IDEB-Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico, que expressa a qualidade do ensino, deve aumentar de forma continuada: nos anos iniciais do ensino fundamental, a nota passa de 4,7, registrado em 2013, para 7,0, em 2035, com avanço acelerado a partir de 2020 quando amadurecem as medidas e iniciativas nas escolas; nos anos finais do ensino fundamental, a nota do IDEB sobe de 3,8 (2013) para 6,6, em 2035, e no ensino médio, a melhoria é mais significativa, passando dos atuais 3,8 (2013) para 6,8, em 2035, ultrapassando os padrões atuais de todos os Estados brasileiros. Esta melhoria da qualidade do ensino é o resultado da maturação no tempo de um conjunto articulado de ações como ampliação das escolas em tempo integral, qualificação continuada dos professores, redução da distorção idade-séria, e eficiência gerencial das unidades de ensino.

Gráfico 15. Notas do IDEB – Rede pública e privada



Fonte (2013): INEP-IDEB

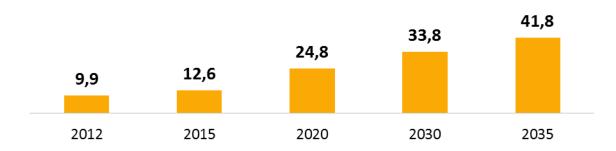
4. Ensino técnico-profissional e/ou superior – em 2012, somente 2,3% da população entre 15 e 24 anos estava matriculada em algum curso de educação profissional em Pernambuco. A meta é aumentar esse percentual para 2,5 em 2015, 3,2 em 2020, 4,1 em 2030 e 5,5 em 2035, a mesma proporção do Rio Grande do Sul. No caso do ensino superior, 9,9% da população pernambucana entre 18 e 29 anos estava cursando o ensino superior. A meta é chegar a cerca de 42% em 2035, passando por 25% em 2020 e 33,8% em 2030.

Gráfico 16. Percentual de matriculados na Educação Profissional no total da população de 15 a 24 anos



Fonte (2012): INEP

Gráfico 17. Percentual da população de Pernambuco de 18 a 29 anos no Ensino Superior



Fonte (2012): IBGE-PNAD

# SAÚDE (Eixo Qualidade de vida)

### **ONDE ESTAMOS**

A expectativa de vida dos pernambucanos tem crescido continuamente e em 2012 chegou ao patamar de 72,1 anos, um crescimento de 7,1 anos no período desde 2001. Foi o maior incremento entre os estados brasileiros no mesmo período. Apesar deste aumento, ainda continua abaixo expectativa de vida média brasileira, que em 2010 foi de 73,8 anos, ou de estados como Santa Catarina, que em 2010 alcançou o montante de 76,9 anos.

No que se refere à mortalidade infantil, Pernambuco, como todo o Brasil, registrou um declínio significativo, alcançado 14 óbitos em mil nascidos vivos em 2010.

Apesar destas melhoras, o sistema de saúde pública de Pernambuco ainda é deficiente e a rede privada cara e de acesso precário.

# VISÃO DE FUTURO 2035

Até 2035 a saúde em Pernambuco alcançará um patamar elevado que se manifestará no aumento das condições de vida da população, com redução significativa mortalidade infantil e da mortalidade por causas evitáveis, como resultado das condições gerais de habitabilidade mas também devido à melhoria dos sistemas de saúde pública (Estadual e Municipal) e privada, sendo inclusive referência no Brasil.

### **METAS INDICATIVAS**

A visão de futuro acima exposta se desdobra em quatro metas indicativas:

 Mortalidade infantil
 – a mortalidade infantil em Pernambuco já vem declinando rapidamente nas últimas décadas, acompanhando um movimento nacional, como resultado da combinação da redução da taxa de natalidade, da melhoria dos cuidados nas famílias e do atendimento materno-infantil. No entanto, ainda é 14 em mil nascidos vivos, inaceitável para um Estado com qualidade de vida. A meta é fazer a mortalidade infantil em Pernambuco declinar continuamente nos próximos 21 anos, caindo quase 4 pontos entre até 2020 e após este período de forma contínua, porém um pouco mais lenta, chegando em 2035 a 8,1 em mil nascidos vivos, contribuindo para isso o aumento da renda, a melhoria os serviços públicos e a educação das famílias.

14 11,9 10,4 8,7 8,1 2011 2015 2020 2030 2035

Gráfico 18. Mortalidade infantil (óbito em mil nascidos vivos)

Fonte (2011): Ministério da Saúde

2. Expectativa de vida – a expectativa de vida da população pernambucana deve crescer continuamente como resultado da redução dos índices de criminalidade, mortes por causas externas e mortalidade infantil além da maior atenção das pessoas com a sua própria saúde. Ademais, com a melhoria do sistema de saúde e o atendimento público de qualidade e com novas tecnologias e recursos, as doenças degenerativas tendem a ser controladas e combatidas, de modo que declina continuamente a mortalidade da população idosa. Desta forma, a expectativa de vida dos pernambucanos passa dos atuais 71,2 anos (2010) para 82,3 anos, em 2035, um aumento de 11,1 anos em duas décadas. Em 2035, a população de Pernambuco terá uma expectativa de vida igual à atual expectativa do Japão.

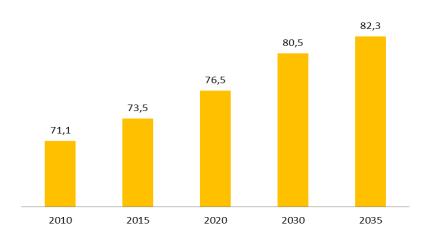
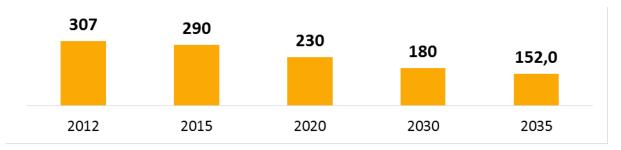


Gráfico 19. Expectativa de vida (média de anos de vida ao nascer)

Fonte (2010): IBGE-CENSO

3. Mortalidade prematura. Considera-se como prematura a morte antes dos 60 anos por doenças crônicas não transmissíveis, como câncer, doenças respiratórias, AVC (acidente vascular cerebral) e infarto. Em Pernambuco, a mortalidade prematura chegou a 307 em cada mil pessoas, número que pretende-se diminuir gradativamente para 290 em 2015 e para 230 em 2020, chegando a 152 por mil pessoas em 2035.

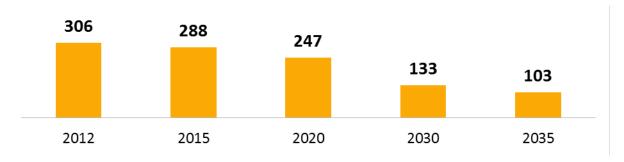
Gráfico 20. Reduzir taxa de mortalidade prematura (em mil pessoas) - 2012/2035



Fonte (2012): Ministério da Saúde

4. Mortalidade por causas evitáveis. Um número considerável de mortes pode ser evitado se suas causas tiverem diagnóstico e tratamento precoce ou se receberem tratamento e atenção médica adequadas. A meta consiste em diminuir do atual nível de 306 mortes a cada cem mil habitantes para cerca de 247 em 2020, chegando a 103 mortes por cem mil habitantes em 2035.

Gráfico 21. Reduzir taxa de mortalidade por causas evitáveis (TMCE) - em cem mil habitantes



Fonte (2012): Ministério da Saúde

# SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL (Eixo Qualidade de vida)

**ONDE ESTAMOS** 

O Estado de Pernambuco mostrou uma queda significativa da **violência e criminalidade**, nos últimos anos, em grande parte como decorrência do Pacto pela Vida implementado sob a liderança do Governo Estadual.

O índice de criminalidade (número de homicídios em cem mil habitantes) caiu de 58,8 em cem mil habitantes, em 2001, para 38,6 em cem mil habitantes em 2011<sup>6</sup>. Em 2011, o índice de criminalidade médio do Brasil foi de 27 em cem mil habitantes e em São Paulo estimado em apenas 12 homicídios em cem mil habitantes.

Por outro lado, a mortalidade por causas externas, refletindo principalmente óbitos decorrentes de acidente de trânsito, também é bastante alto em Pernambuco, estimada em 87,7 em cem mil habitantes (2011). Apesar de significativa queda da violência e da criminalidade, o Estado de Pernambuco ainda convive com graves problemas de segurança, especialmente quando se considera a violência e a criminalidade entre os jovens: em 2011, eram 79,2 homicídios em cem mil jovens de 15 a 30 anos.

### VISÃO DE FUTURO 2035

Até 2035 Pernambuco será um dos Estados brasileiros mais seguros do Brasil, com baixos índices de criminalidade e reduzida vulnerabilidade às drogas, principalmente entre os jovens. A ampliação e intensificação do Pacto pela Vida e a implementação contínua de estratégias bem focalizadas, envolvendo ampla gama de atores públicos e privados, elevam a qualidade de vida dos pernambucanos com um nível elevado de segurança cidadã e paz social, contribuindo para a elevação da expectativa de vida dos pernambucanos.

### **METAS INDICATIVAS**

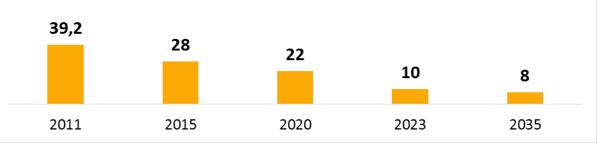
A visão de futuro acima exposta se desdobra em quatro metas indicativas:

1. Redução da taxa de homicídios — ao longo dos próximos 20 anos, a taxa de homicídios em Pernambuco continua declinando dos atuais 39,2 em cem mil habitantes devendo chegar a 10 homicídios em cem mil habitantes em 2030 e caindo para apenas 8 homicídios em cem mil pernambucanos. Esta evolução declinando no tempo decorre da intensificação das ações e iniciativas do Pacto pela Vida combinadas e potencializadas pela redução das tensões sociais e diminuição dos jovens que não estudam nem trabalham, resultado dos avanços na educação. Até 2020 a redução anual ainda é lenta, na medida em que as mudanças amadurecem mas aceleram a partir de 2020.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Dados do Instituto Sangari mostram a mesma queda mas estimam em 39,2 os homicídios em cem mil pernambucanos para o mesmo ano.

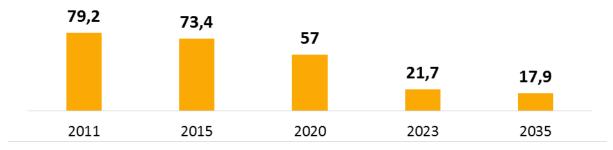
Gráfico 22. Taxa de homicídios em cem mil habitantes



Fonte (2011): Instituto Sangari

2. Redução da taxa de homicídios na população jovem – a intensificação do Pacto pela Vida e da estratégia de segurança devem ter efeito especial na criminalidade entre os jovens levando a um movimento contínuo de redução da taxa de homicídios na população entre 15 a 30 anos. Dos atuais 79,2 homicídios em cem mil jovens pernambucanos, a criminalidade deverá declinar de forma moderada até 2020, alcançando ainda 57 homicídios em cem mil, acelerando nos 15 anos seguintes na medida em que as medidas começam a dar resultados e aumenta a taxa de escolarização do ensino médio com jovens na escola. Assim, em 2035 serão menos de 18 homicídios na população jovem de Pernambuco.

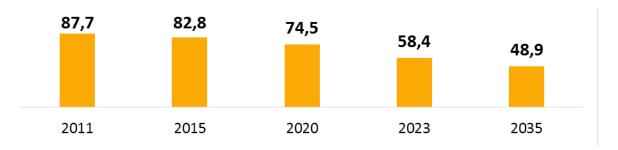
Gráfico 23. Taxa de homicídios de jovens em cem mil jovens – 15 a 30 anos



Fonte (2011): Instituto Sangari

3. Redução da taxa de mortalidade por causas externas — em 2011, cerca de 87,7 pernambucanos em cem mil habitantes morreram por causas externas, ou seja, por alguma forma de violência ou acidente fatal, principalmente no transporte terrestre do intenso e desordenado transito das cidades. A meta indicativa para 2035 é reduzir este índice para 48,9 mortes em cem mil habitantes por causas externas, diminuindo para quase metade o número de vítimas de violência ou acidente. Parte desta redução decorre do declínio da taxa de homicídios (de 39,2 para 8 em cem mil habitantes) e a outra parte resulta da organização do trânsito nas cidades e nas estradas com diminuição do caos urbano, com a melhoria das rodovias e aumento do respeito às regras e cuidados na direção.

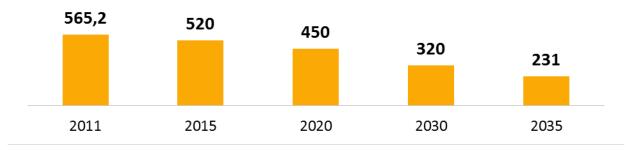
Gráfico 24. Mortalidade por causas externas em cem mil habitantes



Fonte (2011): Ministério da Saúde

4. Redução de crimes contra o patrimônio – em 2011, houve 565 crimes contra o patrimônio (furto, roubo, dano, estelionato, entre outros) para cada cem mil habitantes. A meta indicativa para 2035 é diminuir esse índice para 231 crimes em cem mil habitantes, mais da metade do número atual. A diminuição virá principalmente do declínio no número de roubos de cargas e veículos, residências e comércios.

Gráfico 25. Redução de Crimes contra o Patrimônio em Pernambuco (em cem mil habitantes)



Fonte (2011): Instituto Sangari

# **MOBILIDADE** (Eixo Qualidade de vida)

### **ONDE ESTAMOS**

A mobilidade nas grandes cidades de Pernambuco, principalmente na Região Metropolitana do Recife está entre as piores do Brasil, com elevado tempo de deslocamento casa-trabalho e deficientes sistemas de transporte público de massa. A baixa mobilidade das cidades gera grande perda de tempo e degrada a qualidade de vida para a população, além de reduzir a competitividade da economia pelo maior custo e tempo de deslocamento de mercadorias e pessoas. Na Região Metropolitana do Recife as pessoas gastam em média 38 minutos para se deslocar de casa para o trabalho, acima da Região Metropolitana de Porto Alegre com média de 30 minutos (melhor desempenho das metrópoles brasileiras).

De 2010 a 2013 a frota de veículos de Pernambuco cresceu 9,6% ao ano sendo que a de automóveis cresceu cerca de 7% ao ano e a de ônibus 8,6% ao ano, acima do crescimento dos automóveis. Em 2013, Pernambuco contava com 32,7 automóveis para cada ônibus, bem abaixo de São Paulo com 61,9 automóveis para cada ônibus, lembrando que neste Estado o metro é um meio importante de transporte. O crescimento mais espetacular ocorreu com as motocicletas com aumento de 16,4% ano provocando o verdadeiro desastre humano de mortes e feridos nos trânsitos. A frota total de Pernambuco equivalia (2013) a cerca de 260 veículos por mil habitantes; automóveis por habitantes alcançou 118, motocicletas 99 e ônibus apenas 4 para cada mil habitantes. Como comparação, São Paulo tinha (no mesmo ano) 563 veículos por mil habitantes sendo que automóveis eram 358 por mil habitantes, mais de três vezes o indicador de Pernambuco.

#### VISÃO DE FUTURO 2035

Até 2035 a mobilidade em Pernambuco, principalmente nas grandes e médias cidades, apresentará grande melhora com aumento do conforto da população e da competitividade econômica, resultado da ampliação significativa do transporte público de qualidade combinado com medidas de reorganização do espaço e de engenharia de tráfego.

#### **METAS INDICATIVAS**

A visão de futuro da mobilidade se manifesta em três metas: meta síntese da qualidade da mobilidade nas grandes cidades, medida pelo Tempo médio de deslocamento casa-trabalho, e as metas de transporte particular e público, medidas por Automóveis por habitante e Relação entre Automóveis e Ônibus.

1. Tempo médio de deslocamento casa-trabalho – nas próximas décadas, o tempo médio de deslocamento das pessoas de casa para o trabalho declina dos atuais 38 minutos (na Região Metropolitana do Recife) para 24 minutos (em 2035) com um ganho de 14 minutos gerando economia de tempo e de custo de transporte. Este movimento declinante é bem lento nos primeiros anos, pela inércia e ritmo de maturação das medidas, e se acelera a partir de 2020. Fenômeno semelhante deve ocorrer nas médias cidades.

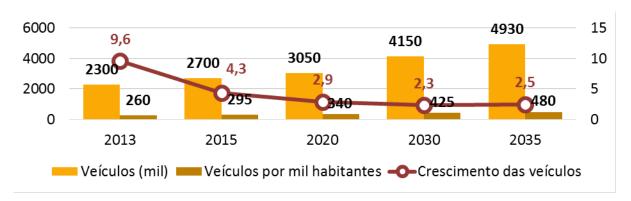
Gráfico 26. Tempo de deslocamento casa - trabalho - RMR - minutos



Fonte (2012): IBGE- PNAD

2. Veículos por mil habitantes – nas próximas décadas, deve ainda crescer o número de veículos por mil habitantes, acompanhando o aumento da renda e seguindo padrões de Estados e países mais desenvolvidos. Em 2035, Pernambuco deve ter 480 veículos por mil habitantes (nível da Dinamarca em 2010), o que representa um crescimento anual de 2,7% (bem abaixo dos 9,6% registrados entre 2010 e 2013), como ilustrado no gráfico 27. O crescimento da renda da população, combinado com oferta maior de transporte público de qualidade leva a taxas mais moderadas de crescimento, bem abaixo da evolução do PIB. O número de veículos por mil habitantes sobe de 260 para 480 também na medida em que população deve crescer a taxas próximas de um por cento ao ano. A meta almejada é assimilar esse crescimento sem perda de mobilidade.

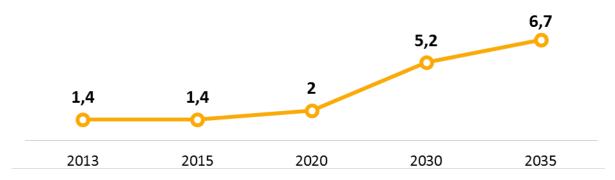
Gráfico 27. Evolução dos Veículos (total e por mil habitantes) e taxa de crescimento anual 2013/2035



Fonte (2013): DENATRAN

3. Relação entre Automóveis e Ônibus — o crescimento da frota de ônibus (ou equivalente em passageiros por tipo transporte público) nas próximas décadas, resultado de políticas agressivas de transporte público, deve evoluir em torno de 10% ao ano, se acelerando a partir de 2020, mais de três vezes acima da evolução do total de veículos (2,7% ao ano) leva a um continuado aumento da participação dos ônibus na frota total do Estado. Este crescimento começa de forma lenta mas se acelera a partira de 2020, melhorando de forma significativa a mobilidade e a qualidade do transporte em Pernambuco.

Gráfico 28. Meta de evolução do percentual de Ônibus (ou correspondente e metrô) no total de veículos - (%) - 2013/2035



Fonte (2013): DENATRA

# HABITAÇÃO, SANEAMENTO E URBANISMO (Eixo Qualidade de vida)

### **ONDE ESTAMOS**

A qualidade de vida de parte relevante da população de Pernambuco tem sido afetada pela deficiência no saneamento básico e nas condições de moradia. Em 2010, apenas 47,4% dos domicílios pernambucanos contavam com saneamento adequado (que têm abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, simultaneamente), bem abaixo da média brasileira de 61,8% dos domicílios e bem inferior à situação de São Paulo (melhor Estado do Brasil) com 89,3% dos domicílios com saneamento adequado.

Por outro lado, Pernambuco tem um déficit habitacional de 8,3% dos domicílios, pouco abaixo dos 8,5% da média nacional mas bem acima do déficit do Rio Grande do Sul de apenas 4,8% domicílios (melhor Estado do Brasil). Por outro lado, a desorganização do espaço urbano – apropriação privada de áreas públicas, formação de grandes assentamentos informais, ruas sem calçamento e drenagem, deficiência de calçadas, etc. – compromete também as condições de habitabilidade nas principais cidades de Pernambuco. Além disso, Pernambuco conta ainda com um número elevado da população residente em aglomerados subnormais<sup>7</sup> como mostra o mapa para a RMR: são 852 mil pessoas que equivalem a 23,2% da população total da metrópole, bem acima da região metropolitana de São Paulo (11%), e do Rio de Janeiro (14,4%), embora abaixo da metrópole de Salvador (26,2%).

De acordo com o IBGE, aglomerados subnormais é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

### VISÃO DE FUTURO 2035

Em 2035, Pernambuco contará com elevada oferta de saneamento adequado (alto percentual de domicílios atendidos) e reduzido déficit habitacional com melhoria significativa da qualidade de vida da população. Ao longo das próximas décadas melhora o ambiente urbano com proteção dos espaços públicos, reestruturação dos assentamentos informais, recuperação de ruas e construção de calçadas.

### **METAS INDICATIVAS**

A visão de futuro de Pernambuco neste segmento se manifesta através de metas de evolução de três indicadores: domicílios com saneamento adequado, déficit habitacional e população em assentamentos informais:

Saneamento adequado – a implantação do projeto da PPP-Parceria Público Privada do saneamento em Pernambuco, já em fase de execução, deve elevar para 100% o percentual de saneamento adequado na Região Metropolitana do Recife; e, no conjunto do Estado, até 2035 deve ser alcançado um percentual de 92% de domicílios com saneamento adequado e a garantia de abastecimento regular de água em todos os municípios. O movimento começa lentamente nos primeiros anos, partindo dos atuais 47,4% dos domicílios, devendo se acelerar a partir de 2020, na medida em que amadurecem os investimentos.

 47,4
 53,8
 70
 85
 92

 2010
 2015
 2020
 2030
 2035

Gráfico 29. Saneamento adequando - % de domicílios

Fonte (2010): IBGE-CENSO

2. Déficit habitacional — a combinação de melhoria da renda da população, principalmente dos mais pobres, com mecanismos eficazes de financiamento da casa própria deve promover um movimento continuado de redução dos déficits habitacionais de Pernambuco dos atuais 8,3% dos domicílios (2012) para 3,6% em 2035, abaixo do índice atual do Rio Grande do Sul (4,8%). O avanço se intensifica em torno de 2020 quando amadurecem as mudanças no Estado que elevam a renda da população pobre, reduzindo o índice de pobreza de Pernambuco.

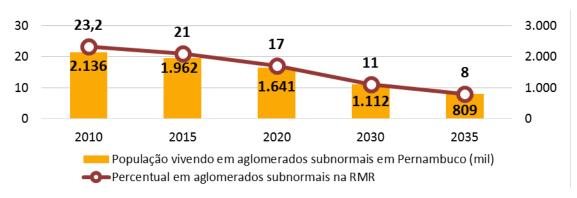
Gráfico 30. Déficit habitacional - % de domicílios



Fonte (2012): IBGE-PNAD

3. População vivendo em aglomerados subnormais — ao longo das próximas décadas, como resultado de ações estruturais de urbanização e recuperação de áreas com aglomerados subnormais, o percentual da população da Região Metropolitana do Recife nesta situação deve declinar dos atuais (2010) 23,2 para 8% em 2035, devendo alcançar o nível de São Paulo (Região Metropolitana) — 11% da população total — em 2030 (ver gráfico). Se o percentual for utilizado para a população total de Pernambuco, o Estado teria 2,14 milhões de habitantes morando nos aglomerados subnormais, número que declinaria ao longo das próximas décadas, chegando a 2035 com cerca de 809 mil, menos do que tinha em 2010 na Região Metropolitana (852 mil).

Gráfico 31. Evolução do percentual da população da RMR vivendo em aglomerados subnormais e simulação para o total da população nestes aglomerados em Pernambuco



Fonte (2010): IBGE-CENSO

# SUSTENTABILIDADE (Eixo Qualidade de vida)

# **ONDE ESTAMOS**

Pernambuco convive com problemas ambientais decorrentes das formas de ocupação do espaço, principalmente poluição hídrica e desmatamento, com risco de desertificação em parte do Semiárido. E isto que pode ser acentuado no futuro pelos eventuais impactos das mudanças climáticas.

A dinâmica econômica do Estado e a melhoria da qualidade de vida da população não serão sustentáveis se não forem enfrentados a escassez e a poluição dos recursos hídricos e contido o processo de degradação do meio ambiente que compromete a cobertura florestal, incluindo as áreas verdes nas cidades e a diversidade biológica dos ecossistemas. Pernambuco tem, atualmente, apenas 10,5% da cobertura vegetal da Mata Atlântica e cerca de 53,4% da cobertura da Caatinga conservadas e conta com 6,6% do território com Unidade de Conservação protegida, bem abaixo da recomendação das Nações Unidas de um mínimo de 10% da área dos ecossistemas protegidas.

O mecanismo de reservas privadas (RPPN-Reservas Privadas do Patrimônio Natural) ainda é muito modesto em Pernambuco, com apenas 4.368 hectares que equivale a apenas 0,04% da área total do Estado, igual à Bahia e ao Ceará mas bem abaixo do Paraná (melhor Estado) com 0.25% da área com RPPN.

### VISÃO DE FUTURO 2035

Ao longo das próximas décadas, Pernambuco amplia a cobertura florestal – da Mata Atlântica e da Caatinga - e contém o processo de desertificação no Semiárido ao mesmo tempo em que amplia o volume do potencial de reservatórios de água no Semiárido complementando a rede da Transposição do São Francisco. A conservação dos recursos naturais conta também com a contribuição do setor privado com o aumento da área de Reservas Privadas do Patrimônio Natural no Estado de Pernambuco.

## **METAS INDICATIVAS**

A visão de futuro de Pernambuco na conservação ambiental se expressa através de quatro indicadores e sua evolução nos próximos 20 anos:

 Cobertura florestal da Mata Atlântica – a cobertura florestal da Mata Atlântica deve evoluir de 10,5% do território, registrado atualmente, para 12% em 2035, como resultado de um esforço combinado de fiscalização para deter o processo e reflorestamento com espécies nativas.

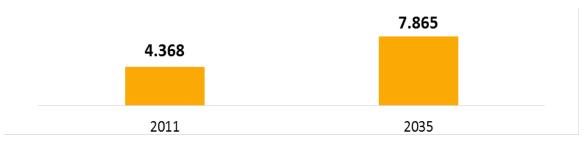
Gráfico 32. Percentual de cobertura florestal de mata atlântica e de Caatinga e percentual de área protegida por Unidade de Conservação e RPPN



Fonte (2013): MMA-PROBIO e SOS MATA ATLÂNTICA-INPE

- 2. Cobertura florestal da Caatinga a cobertura florestal da Caatinga deve crescer, nos próximos 20 anos, de 53,4% do ecossistema (2013) para 65%, em 2035, como resultado de controle e fiscalização ambiental (de modo a evitar novos desmatamentos) e reflorestamento em áreas degradadas com espécies nativas.
- 3. **Área protegida por unidades de conservação** em 20 anos, o Estado de Pernambuco aumenta a área com Unidade de Conservação de 6,6% da área total para 12% em 2035, acima da recomendação das Nações Unidas.
- 4. Área de RPPN no território pernambucano a participação privada na conservação dos recursos naturais aumenta nas próximas décadas de 4.368 hectares (2011) para 7.865 hectares, em 2035, mesmo assim ainda modesto quando comparado com o Paraná, líder nacional no segmento.

Gráfico 33. Área de RPPN – Reservas particulares do patrimônio natural (total – Há.)



Fonte (2011): WWF

### DINAMISMO ECONÔMICO E COMPETITIVIDADE (Eixo Prosperidade)

### **ONDE ESTAMOS**

Pernambuco tem tido, nos últimos dez anos, um dinamismo econômico superior à média nacional, tendo alcançado em 2013, um PIB de R\$ 126 bilhões que representa cerca de 2,6% da economia brasileira. É a segunda maior economia do Nordeste depois da Bahia. E o PIB per capita do Estado chega a R\$ 13.650,00 que, no entanto, equivale a apenas 56,7% da média brasileira (em 2013, o PIB do Brasil foi estimado em R\$ 4,8 trilhões e o PIB per capita em R\$ 24.074,00). Embora não seja o objetivo final da estratégia, o crescimento da economia de Pernambuco no futuro é uma condição para a geração de riqueza e de empregos de qualidade.

Por outro lado, Pernambuco não está entre os Estados brasileiros mais competitivos, embora tenha algumas vantagens em termos de logística e posição estratégica. Estudo do Centro de Liderança Pública que analisou os fatores de competitividade dos Estados brasileiros situou Pernambuco em 14º lugar no ranking nacional. Mesmo assim, Pernambuco tem a segunda melhor competitividade do Nordeste, posicionando-se apenas abaixo da Bahia. Das variáveis

utilizadas pelo estudo, Pernambuco tem bom desempenho em "Sustentabilidade", "Inovação", "Política em relação ao investimento externo" e "Ambiente econômico". O Estado tem, contudo, uma posição negativa em componentes centrais do desenvolvimento, como "Infraestrutura", "Recursos humanos", e "Regime de regulação de impostos".

Estas limitações na competitividade sistêmica se manifestam também na produtividade econômica de Pernambuco que reflete uma postura pouco inovadora do empresariado industrial. A produtividade média da economia pernambucana alcança apenas 64% da brasileira que também é baixa, sendo que na indústria de transformação a produtividade pernambucana representa apenas 50% da média nacional.

### VISÃO DE FUTURO 2035

A economia de Pernambuco continua crescendo, nas próximas duas décadas, acima da média nacional da economia brasileira de modo que eleva também a sua participação no PIB brasileiro. Ao mesmo tempo, o PIB per capita pernambucano se aproxima da média do PIB per capita do Brasil na medida em que a população acompanha o ritmo nacional com um crescimento do PIB superior ao brasileiro.

Em paralelo, e como condição para o crescimento continuado da economia, ao longo dos próximos 20 anos Pernambuco eleva suas vantagens competitivas melhorando sua posição relativa no ranking dos Estados brasileiros de modo a se aproximar do conjunto de líderes, como resultado da melhoria da educação, da inovação e da infraestrutura econômica. E nas atividades produtivas também aumenta a produtividade do trabalho como resultado da qualificação profissional e da inovação tecnológica.

### **METAS INDICATIVAS**

A visão de futuro para Pernambuco Dinâmico e Competitivo se expressa através de quatro indicadores que traduzem as metas a serem perseguidas nas próximas décadas:

1. Crescimento do PIB e da participação na economia nacional – em pouco mais de 20 anos, de 2013 a 2035, o PIB de Pernambuco mais do que triplica, crescendo a taxas superiores à média nacional, passando de R\$ 126 bilhões para R\$ 411 bilhões, acima da economia de Minas Gerais em 2010 (R\$ 351 bilhões) como resultado de uma taxa média de crescimento anual de 5,5% ao ano com flutuação nos anos intermediários para uma expansão do PIB brasileiro em torno de 4% ao ano no mesmo período. Como resultado deste crescimento econômico superior de Pernambuco, a participação da economia pernambucana na brasileira se eleva também de 2,6%, em 2013 para 3,6% em 2035.

3,6 3,5 2,8 2,6 PIB Pernambucano R\$ bilhões PIB Pernambucano/Brasil (%)

Gráfico 34. Crescimento do PIB e da participação na economia nacional

Fonte (2013): Agência CONDEPE-FIDEM

2. Aumento do PIB per capita e da participação no PIB per capita nacional – o crescimento médio do PIB de Pernambuco coincide com um aumento da população brasileira a taxas relativamente baixas (pouco cima de 1% ao ano) de modo que o PIB per capita pernambucano cresce bastante ao longo das próximas décadas, passando de R\$ 13.650,00, em 2013, para R\$ 40.544,00, em 2035. Embora continue ainda abaixo da média do PIB per capita do Brasil, Pernambuco eleva sua participação dos atuais 57% (2013) para cerca de 81%, em 2035.

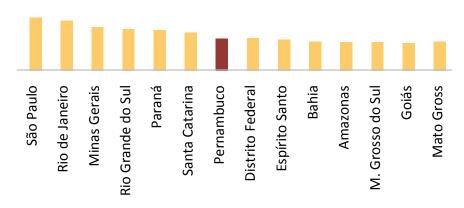
Gráfico 35. Aumento do PIB per capita e da participação no PIB per capita



Fonte (2013): Agência CONDEPE-FIDEM

3. Elevação da posição de Pernambuco no ranking de competitividade dos Estados brasileiro — embora seja um indicador relativo na medida em que a posição de Pernambuco não depende apenas da sua própria evolução, a meta de passar de 14º para 7º Estado mais competitivo do Brasil se fundamenta no investimento diferenciado e de grande escala nas Áreas de Resultado da educação, na inovação e na infraestrutura no Estado, que deve superar o esforço dos outros Estados brasileiros.

Gráfico 36. Elevação da posição de Pernambuco no ranking de competitividade dos Estados brasileiro



Fonte: Centro de Liderança Pública – The Economist

4. Aumento da produtividade com elevação da participação relativa na produtividade brasileira – como resultado da melhoria significativa da qualificação profissional dos pernambucanos e da postura inovadora dos empresários, nos próximos 20 anos as atividades produtivas de Pernambuco se aproximam da produtividade média do Brasil. A produtividade da economia pernambucana eleva a sua participação na média do Brasil de 64%, registrado em 2010, para 80% em 2035 com melhoria mais significativa na agropecuária, que passa de 39%, em 2010, para 60%, em 2035. Investimentos diferenciados na tecnologia e na qualificação da mão de obra viabilizam este avanço na produtividade estadual.

Tabela 1. Aumento da produtividade com elevação da participação relativa na produtividade brasileira

Atividades	2010	2015	2020	2030	2035
TOTAL	64	66	70	76	80
Agropecuária	39	40	42	54	60
Ind. de transformação	50	52	56	74	80
Construção civil	76	76	78	84	86
Comércio	74	74	76	82	84
Serviços	73	73	76	84	88

Fonte (2010): Centro de Liderança Pública – The Economist

5. Ampliação do nível do emprego – o dinamismo da economia pernambucana acelera a geração de empregos que, mesmo moderada pelo aumento da produtividade do trabalho, leva a uma ampliação da demanda por mão de obra e, especialmente mão de obra qualificada (crescimento médio da produtividade em torno de 3,4% ao ano,

acelerando nos anos finais quando se intensificam a qualificação da mão de obra e as inovações). Como, por outro lado, a população em idade ativa cresce de forma muita lenta nas próximas décadas, o desemprego tende a flutuar em patamares muito baixos a partir de 2020, chegando a menos de 5% na última década (ver gráfico 37) mesmo com a imigração de cerca de 150 mil trabalhadores desde 2020.

7000 PIA mil (15 a 64 14 12,7 anos) e até 70 anos 12 6000 a partir de 2020 5000 10 PEA (taxa de 9,5 8 4000 8 atividade entre 65 e 67%) 3000 6 POC mil (diferença 2000 4 PIB-produtividade) 2 1000 Desemprego 0 0 (POC/PEA %) 2013 2015 2020 2030 2035

Gráfico 37. PIA, PEA e população ocupada de Pernambuco - 2013/2035 (mil) e taxa de desemprego (%)

Fonte (2013): IBGE/RAIS-mtB

### **INFRAESTRUTURA (Eixo Prosperidade)**

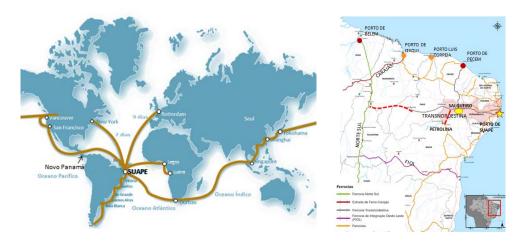
### **ONDE ESTAMOS**

Pernambuco tem uma vantagem competitiva estratégica no seu sistema portuário: a qualidade e a capacidade do porto de Suape. Mas convive com estrangulamentos na infraestrutura pela concentração rodoviária com baixa densidade e deficiente qualidade. A malha de rodovias pavimentadas de Pernambuco é relativamente escassa tendo, em 2012, apenas cerca de 70 quilômetros de extensão por mil quilômetros quadrados do território, o que reduz a integração territorial e a competitividade da economia. O Rio de Janeiro, com a maior densidade de rodovias pavimentadas do Brasil tem 158 km/km2 de área, mais do dobro do registrado por Pernambuco. Além disso, o sistema de transporte do Estado é fortemente concentrado no modal rodoviário que apresenta sérias deficiências de qualidade. De acordo com pesquisa da CNT, 35,9% das rodovias do Estado apresentam qualidade má ou péssima e apenas 26,6% podem ser consideradas em bom ou ótimo estado de conservação. Para se ter um parâmetro, o Estado de São Paulo, com a melhor qualidade do sistema rodoviário, tem 86% das rodovias em bom ou ótimo estado.

Na infraestrutura de energia, além de Pernambuco ter uma oferta concentra nas fontes convencionais, especialmente hidrelétricas do sistema nacional (reforçada pela termelétrica) a qualidade da distribuição ainda é precária; em 2012, Pernambuco registrou um tempo médio de interrupção de 19,31 horas, pouco acima da média nacional estimada em 18,27 horas, numa frequência média de 8,06 interrupções ao ano, sendo neste índice melhor que a média nacional que foi de 10,27 interrupções (dados da ANEEL 2012). Por outro lado, no que se refere à distribuição de gás natural, Pernambuco conta com uma rede de gasodutos com 588 quilômetros de extensão cobrindo a Região Metropolitana do Recife e da Mata Norte até a Mata Sul com tendência de expansão para oeste. Já no tocante a fontes alternativas, como eólica e solar, apenas estão sendo iniciados projetos que podem diversificar a matriz energética futura.

#### VISÃO DE FUTURO 2035

Até 2035, Pernambuco contará com uma diversificada malha de transporte no território, integrando o Estado e ligando Pernambuco ao resto do Brasil e ao mercado internacional; com energia elétrica em quantidade e qualidade adequadas, adensamento da rede de gasodutos, diversificação da matriz energética e com todos os pernambucanos com acesso à internet via conexão de banda larga e dispondo de dispositivo móvel e com alta velocidade e qualidade do sinal numa rede integrada com velocidade e preços globalmente competitivos.



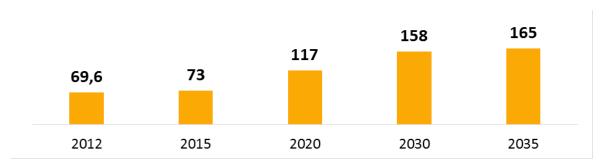
Mapa 4. Integração mundial e nacional de Pernambuco

Fonte: SUAPE global / Consórcio

# **M**ETAS INDICATIVAS

1. Rodovias pavimentadas por mil quilômetros quadrados – ampliação significativa dos investimentos no sistema viário de Pernambuco com adensamento da malha rodoviária do Estado dos atuais 69,6 quilômetros de extensão por quilômetro quadrado do território para 165 quilômetros em 2035, pouco acima da densidade atual do Rio de Janeiro.

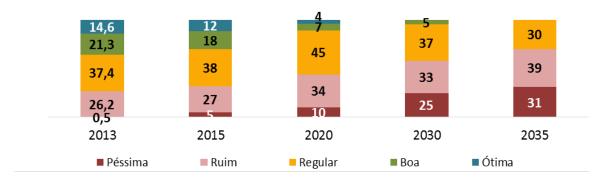
Gráfico 38. Rodovias pavimentadas (quilômetros de rodovias pavimentadas/ mil km² de área do território)



Fonte (2012): DNIT

2. Qualidade das rodovias – até 2035 nenhuma rodovia pernambucana será classificada com péssima ou má qualidade considerando as novas vias que serão construídas no período e a recuperação e manutenção das 35,9% atualmente consideradas deficientes. Grande esforço de investimento público e concessão privada permitirá a melhoria significativa da qualidade das rodovias pernambucanas. Assim, em 2035, cerca de 31% estarão em ótima condição e 39% com boa qualidade, o que representa 70% de boa ou ótima, mesmo assim ainda abaixo do quadro apresentado atualmente pelo Estado de São Paulo (86% de ótima e boa).

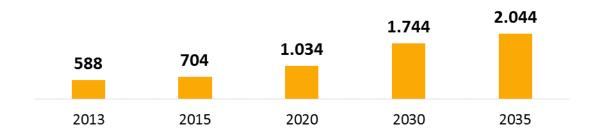
Gráfico 39. Qualidade das rodovias – Percentual da qualidade das rodovias de Pernambuco



Fonte (2013): DNIT

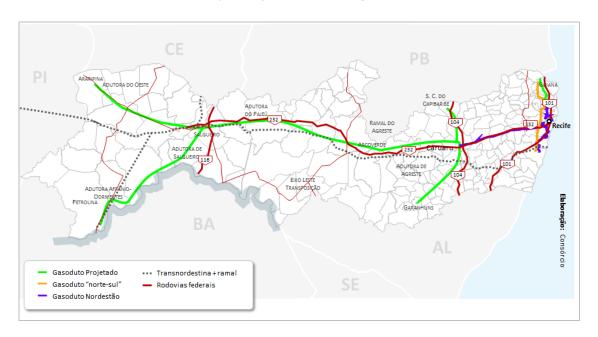
3. Rede de distribuição de gás natural — a rede de gasodutos de Pernambuco deve mais que triplicar nos próximos 20 anos passando de 588 quilômetros de extensão para 2.044 em 2035. Investimentos da Copergás no adensamento da Região Metropolitana do Recife e na direção oeste para o Agreste e parte do Sertão permite ampliar a rede de distribuição desta importante fonte de energia (ver mapa 8).

Gráfico 40. Extensão (km de gasodutos) da rede de distribuição de gás natural pela Copergás



Fonte (2013): Copergás

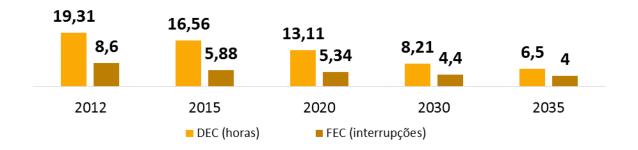
Mapa 5. Infraestrutura e logística



Fonte: Consósrcio

4. Qualidade de distribuição de energia elétrica – além da diversificação das fontes de energia com a ampliação da biomassa e da energia eólica, com algum espaço para energia solar, nas próximas décadas, a distribuição de energia elétrica melhora a qualidade com redução da frequência e do tempo médio de interrupção: o tempo médio de interrupção cai de 19,31 horas, em 2012, para apenas 6,50 horas, enquanto a frequência declina de 8,06 por ano, 2012, para metade em 2035.

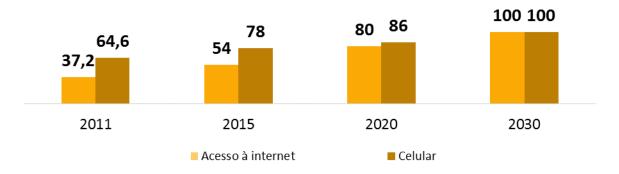
Gráfico 41. Melhora da qualidade da distribuição de energia



Fonte (2012): ANEEL

- 5. Autossuficiência na geração de energia e diversificação das fontes até 2035 Pernambuco será autossuficiente na geração de energia e terá uma matriz energética diversificada com ampliação das fontes renováveis:
  - Dobra a capacidade de geração eólica;
  - Liderança na geração solar (3.000 MWh) no Nordeste;
  - Geração de 1.000 MWh e co-geração, e 1.000 MWh em geração distribuída de gás, atingindo 1/3 dos consumidores potenciais;
  - Produção de 2.000 MWh a partir de biomassa (cana, florestas energéticas e com destinação de 100% dos resíduos sólidos da região metropolitana para reciclagem ou valorização energética).
- 6. Acesso à internet até 2030, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais com acesso à internet cresce dos atuais 37,2% para 100%, numa evolução que se acelera a partir de 2020, quando chega a 80% de acesso. Investimentos nas redes de banda larga e a elevação da renda da população permitem este movimento rápido dá acesso da população à internet.

Gráfico 42. Acesso à internet e celular ou dispositivo móvel – percentual de pessoas com 15 anos ou mais com acesso



Fonte (2011): IBGE-PNAD

# **RECURSOS HÍDRICOS (Eixo Prosperidade)**

### **ONDE ESTAMOS**

Pernambuco tem grande restrição na disponibilidade de recursos hídricos. Principalmente no Semiárido, aonde há baixa e irregular precipitação pluviométrica e elevada evaporação que compromete o abastecimento humano e as atividades produtivas especialmente a agropecuária.

O abastecimento da Região Metropolitana do Recife deve ser regularizado nos próximos anos com a construção de novas instalações de reservatórios e saneamento (PPP para quase universalizar o esgotamento sanitário) e tratamento mas os municípios e cidades do Semiárido ainda padecem de restrições particularmente severas nos períodos de estiagem. Pernambuco tem, atualmente, 108 reservatórios de água no Semiárido com capacidade de 3,24 bilhões de metros cúbicos; apenas quatro grandes açudes do DNOCS — Poço da Cruz, Serrinha, Entremontes e Saco II - com cerca de 1,27 bilhões de metros cúbicos de capacidade. A Transposição do São Francisco, ainda muito atrasada, deve criar condições para estabilização e regularização dos reservatórios e rios do Semiárido tanto para o consumo humano quanto para a irrigação. No entanto ainda será necessário um grande esforço dos governos e dos produtores, para que seja equacionada a carência e instabilidade da oferta de recursos hídricos, de modo a melhorar a qualidade de vida e a competitividade, especialmente no Semiárido.

# VISÃO DE FUTURO 2035

Até 2035 Pernambuco assegurará o abastecimento de água no Semiárido com a implementação de obras de reserva hídrica e de distribuição que permitirão regularizar e gerenciar a oferta e a demanda de recursos hídricos no Estado. Desta forma, nas próximas

décadas a disponibilidade de recursos hídricos estará atendida, permitindo a melhoria da competitividade da economia pernambucana, especialmente do Semiárido.

### **METAS INDICATIVAS**

A visão de futuro se manifesta em duas metas: capacidade dos reservatórios, e potencial de área irrigada no Semiárido:

1. Volume total dos reservatórios – em 2035, Pernambuco deve ter reservatórios com capacidade para 12,5 bilhões de m3 que equivalem a 145,4 milhões m3/km2 da área do Semiárido, quase quadruplicando a capacidade graças a projetos de irradiação dos eixos da Transposição do São Francisco que permite, também, a estabilização dos reservatórios e dos rios da região. Com o aumento da capacidade dos reservatórios, Pernambuco alcança o padrão do Ceará com 145,4 milhões de metros cúbicos por quilômetro quadrado8.

Gráfico 43. Evolução da capacidade dos reservatórios do Semiárido de Pernambuco



Fonte (2013): Secretaria de Recursos Hídricos

2. Potencial de área irrigada no Semiárido – até 2035, a área irrigável de Pernambuco deve aumentar em 105 mil hectares, elevando em quase 50% a área total irrigada atualmente no Estado (ver mapa 6).

Os projetos em elaboração ou implantação permitem que, nas próximas décadas, o sistema Pirapama aumente em 50% na capacidade de produção de água tratada do abastecimento da Região Metropolitana do Recife, a Adutora do agreste (1.380 km de extensão) beneficie 68 municípios na região do Agreste, o canal a céu aberto e reservatório do ramal do Agreste, conexão entre a Transposição e às adutoras leve água para atendimento de 2 milhões de pessoas em Pernambuco. Também serão construídas nove barragens para contenção de enchentes.



Mapa 6. Potencial de área irrigada de Pernambuco

Fonte: Almir Cirilo

# **INOVAÇÃO** (Eixo Prosperidade)

# **ONDE ESTAMOS**

Em face aos padrões vigentes, as empresas de Pernambuco são pouco inovadoras. Em 2011 apenas 35,3% das indústrias pernambucanas realizaram alguma forma de inovação de processo ou de produto, pouco abaixo da média nacional (35,6%) e do Ceará (36,1% das empresas industriais inovaram). Por outro lado, Pernambuco tem uma posição destacada no setor terciário de maior densidade tecnológica, como TIC-Tecnologia da informação e comunicação, e na capacidade de pesquisa, o que evidencia, em grande parte, a ausência de articulação entre universidades e empresas. Além disso, Pernambuco tem 5.197 pesquisadores ativos que equivale a 591 pesquisadores por milhão de habitantes, quase metade do índice brasileiro. Para o desenvolvimento de Pernambuco num ambiente de grande disputa competitiva é necessário que o empresariado assuma uma postura inovadora e que as instituições de C&T sejam mais robustas e acessíveis e trabalhem em articulação com o setor produtivo.

## VISÃO DE FUTURO 2035

Nas próximas décadas, os empresários pernambucanos assumem uma postura inovadora e as instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico ampliam sua capacidade de geração de conhecimento e de apoio tecnológico às empresas contribuindo para a inovação com melhoria significativa da produtividade da economia pernambucana.

### **METAS INDICATIVAS**

Esta visão de futuro se manifesta através de dois indicadores que permitem medir as metas que quantificam a expectativa qualitativa do futuro: Percentual de empresas industriais que inovam, e Número de pesquisadores ativos (e pesquisador por milhão de habitantes).

1. Percentual de empresas industriais que inovam – ao longo das próximas décadas melhora de forma significativa a postura das empresas diante da concorrência com a introdução de inovações em processo e produto, de modo que o percentual das indústrias que introduzem inovação se eleva de 35,3% (2011) para 63% em 2035, movimento que se inicia lentamente nos primeiros anos mas se acelera a partir de 2020 pelo tempo de maturação de mudança cultural dos empresários.

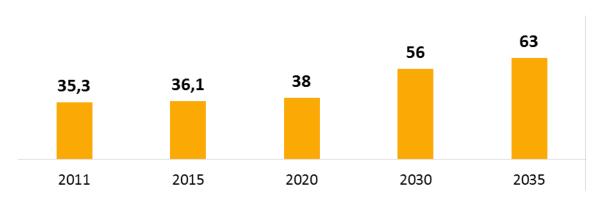


Gráfico 44. Percentual de empresas industriais que inovam

Fonte (2011): IBGE-PINTEC

2. Número de pesquisadores ativos e pesquisadores por milhão de habitantes – o número de pesquisadores ativos em Pernambuco, estimado em 5.197 em 2010, deve se elevar continuamente nas próximas décadas, chegando a 2035 com cerca de 26.889, cinco vezes maior que o atual. Como a população cresce a taxas modestas, o índice de pesquisador por milhão de habitantes se acelera no mesmo período, passando dos atuais 591 para 2.582, em 2035, nível próximo do registrado na média da União Europeia em 2010. Como tende a ser lento o ritmo de maturação da formação de mestres e doutores e sua absorção em laboratórios, centros de pesquisa e mesmo empresas, a meta é modesta nos primeiros anos, se acelerando a partir de 2020.



Gráfico 45. Número de pesquisadores ativos e pesquisadores por milhão de habitantes

Fonte (2010): MCT

# **INSERÇÃO GLOBAL (Eixo Prosperidade)**

### **ONDE ESTAMOS**

A economia de Pernambuco tem uma relação limitada com o comércio externo embora tenha experimentado um crescimento relevante na última década, principalmente das importações, tanto para as indústrias de Suape quanto para a distribuição de produtos importados no Nordeste. Atualmente, a abertura externa da economia pernambucana é de apenas 10,8% (exportação+importação/PIB), dados de 2011, muito abaixo do Pará (com 37,3% do PIB), Minas Gerais (com 23,6% do PIB), Bahia (com 19,7% do PIB) e São Paulo (com 17,6% do PIB).

A integração externa com competitividade é fundamental para a dinamização da economia, consolidando Suape como um *hub port*. Tão importante quanto o aumento do comércio é a mudança na pauta de exportação para produtos de maior valor agregado, inclusive serviços, considerando que, atualmente, as exportações de Pernambuco se concentram em bens intermediários e bens de consumo não durável. Em 2011, cerca de 62,3% das exportações de Pernambuco eram de bens de consumo não duráveis, enquanto a exportação de bens de capital foi de apenas 5,9% do total. Para se ter uma ideia, as exportações de bens de capital de São Paulo representam 25,8% do total das exportações do Estado.

### VISÃO DE FUTURO 2035

Até 2035, Pernambuco dobra a abertura externa com aumento das exportações e, principalmente, das importações, na medida em que se consolida como centro regional de distribuição (*hub port* de Suape) de produtos importados. Ao mesmo tempo, Pernambuco diversifica as exportações ampliando o peso relativo de produtos de maior valor agregado na pauta de exportações.

# **METAS INDICATIVAS**

Esta visão de futuro se desdobra em duas metas indicativas relacionadas a comércio exterior: abertura externa (exportação+importação/PIB), e pauta de exportação com aumento da participação relativa de segmentos de maior valor agregado.

1. Abertura externa – acompanhando o processo de abertura externa da economia brasileira e a ampliação e adensamento da infraestrutura e logística, especialmente em torno do Porto de Suape, Pernambuco aumenta as exportações e as importações em ritmo bem superior à dinâmica da economia (percentual do PIB), de modo que a taxa de abertura salta de modestos 10,8% do PIB (2011) para 20%, em 2035, praticamente dobrando o indicador (mesmo assim, abaixo da Bahia).

Gráfico 46. Abertura externa (exportação + importação) /PIB - Em %

Fonte (2011): MDIC-SECEX

2. Aumento dos produtos de maior valor agregado na pauta de exportação – o aumento da competitividade econômica e da produtividade das atividades, assim como a mudança da sua estrutura produtiva, com ampliação da indústria, permitem uma redefinição da pauta de exportação que aumenta os produtos com maior valor agregado, principalmente bens de capital e insumos industriais. Nas próximas décadas, a contribuição dos Bens de consumo não duráveis (de baixo valor agregado) nas exportações declina de 62,3% (2011) para cerca de 52% (2035), ao mesmo tempo em que cresce a participação de bens de capital de 5,9% para cerca de 10%, e de insumos industriais de 26,5%, em 2011, para 28%, em 2035.

62,3 52 26,528 5,9 10 0,2 2 Combustíveis e Bens de Insumos Bens de capital Demais Bens de consumo não industriais operações lubrificantes e equip. de consumo duráveis transporte uso duráveis industrial 2010 **2035** 

Gráfico 47. Aumento dos produtos de maior valor agregado na pauta de exportação

Fonte (2011): MDIC-SECEX

# INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES (Eixo Coesão social e Territorial)

### **ONDE ESTAMOS**

Em 2010, a desigualdade social em Pernambuco foi de 0,62 (Índice de Gini), nível ainda muito alto, embora tenha declinado na última década (em 2000 era 0,66). Na média nacional, a desigualdade foi igual a 0,60 (2010) sendo que o estado menos desigual do Brasil, Santa Catarina, tem um índice de Gini de apenas 0,49. Ao mesmo tempo, Pernambuco tem cerca de 27,2% da população abaixo da linha de pobreza, quase nove vezes acima do índice de Santa Catarina, menor do Brasil, com 3,65% da população com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140. Vale considerar que uma das fontes primárias das desigualdades sociais e da pobreza reside no enorme diferencial de qualidade entre a educação pública e a privada. Em 2013 as escolas privadas tiveram nota 6,2 contra 4,1 das públicas (anos iniciais), 5,7 contra 3,4 (anos finais) e 5,2 contra 3,6 (ensino médio escolas estaduais), gerando um diferencial de notas de 2,1 (anos iniciais), 2,3 (anos finais), e 1,6 (ensino médio). Essa diferença condena os estudantes das escolas públicas a uma menor expectativa de qualificação e mesmo de continuidade dos estudos que as crianças e jovens que, desde o início, frequentaram escolas de melhor qualidade.

### VISÃO DE FUTURO 2035

O índice de desigualdade social de Pernambuco declina continuamente ao longo das próximas décadas, alcançando nível baixo em 2035, ao mesmo tempo em que a pobreza diminui rapidamente nos 20 anos. As condições de desigualdade de oportunidades diminuem neste horizonte (2035) na medida em declina fortemente a diferença de qualidade das escolas públicas e privadas do Estado.

## **METAS INDICATIVAS**

Esta visão de futuro se apresenta como metas a serem perseguidas nas próximas décadas em três indicadores complementares: Diferencial das notas do IDEB entre rede pública e privada, Desigualdade social (medida pelo índice de Gini), e Taxa de pobreza, sendo o primeiro um fator determinante dos dois seguintes.

Diferencial das notas do IDEB entre rede pública e privada – o aumento significativo do investimento governamental na educação fundamental e no ensino médio promove uma elevação continuada e crescente da qualidade do ensino público em Pernambuco (expressa na nota do IDEB). Atualmente a diferença da nota entre os dois é de 2,1 no ensino fundamental inicial (2013), 2,3 no ensino fundamental final e 1,6 no ensino médio Este movimento começa lentamente (por conta das inércias e da lenta maturação das políticas), mas se acelera a partir de 2020, de modo que, até 2035, tende a eliminar a diferença de qualidade do ensino público para o privado com a convergência futura.

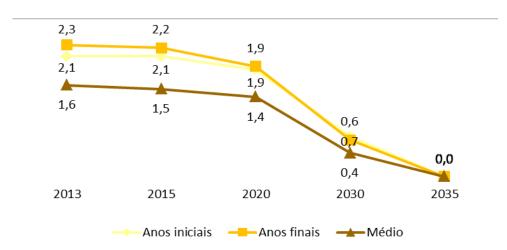
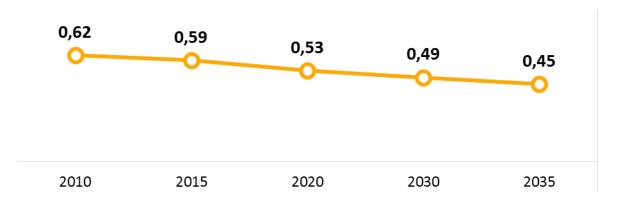


Gráfico 48. Diferencial das notas do IDEB entre redes pública e privada

Fonte: INEP-IDEB

2. Desigualdade social – em parte como resultado da redução das desigualdades na qualidade do ensino público e privado, tendem a nivelar no futuro as oportunidades no mercado de trabalho, mas também favorecido pelo crescimento da economia e do emprego e pelo aumento da produtividade, que pressiona os salários, ao longo das próximas décadas declina a desigualdade social em Pernambuco. Expressa pelo Índice de Gini teremos um declínio de 0,62, em 2010, para 0,45, em 2035, num movimento inicialmente lento, para vencer as inércias, que se acelera a partir de 2020. Assim, o índice de desigualdade social em Pernambuco (Gini) alcança, em 2035 um nível inferior ao melhor Estado do Brasil na atualidade (2010), Santa Catarina que tem Gini de 0,49.

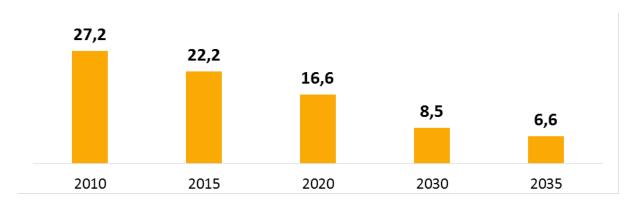
Gráfico 49. Desigualdade social - GINI



Fonte (2010): PNUD

3. Índice de pobreza - o percentual da população abaixo da linha de pobreza também declina continuamente nas próximas décadas pelo efeito combinado de melhoria da educação e da qualificação, do dinamismo econômico e da ampliação do emprego e dos salários com apoio adicional de políticas sociais. Assim, de 27,2% da população com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140, em 2010, a pobreza em Pernambuco cai para 6,6%, em 2035. Ainda assim, em 2035 a pobreza em Pernambuco ainda será bem superior à registrada atualmente em Santa Catarina que tem apenas 3,65% da população abaixo da linha pobrezas.

Gráfico 50. Taxa de pobreza - % dos indivíduos c/ renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140 mensais



Fonte (2010): IPEA-DATA

# CIVILIDADE, TOLERÂNCIA E PARTICIPAÇÃO (Eixo Coesão social e Territorial)

# **ONDE ESTAMOS**

Como vem ocorrendo em todo o Brasil, a convivência social em Pernambuco padece de grandes tensões convive com certa intolerância que reflete o stress da vida nas grandes e médias cidades com conflitos cotidianos no transito e em espaços públicos, como vias de

transporte, estádios de futebol e bares. O Índice de mortes no trânsito, como um sintoma destas tensões e baixa sociabilidade nas vias públicas, foi de 22,2 em cem mil habitantes em Pernambuco (2011) bem acima do Rio de Janeiro (menor índice do Brasil) com 17,2 em cem mil habitantes. Também há tensões e manifestações de intolerância com a diversidade (social, racial, religiosa e sexual) apesar da repulsa e da punição de parte da sociedade e do Estado, incluindo violência contra a mulher. A cordialidade e a tolerância na vida social são qualidades fundamentais para a qualidade de vida do cotidiano da população, além de relevante para a eficiência econômica.

Por outro lado, apesar das diferenças sociais e políticas, há uma convergência dos atores sociais em torno de algumas grandes prioridades de desenvolvimento de Pernambuco que se manifesta em vários espaços da estrutura institucional da democracia no Estado. Os espaços de participação têm funcionado, especialmente no âmbito regional e nas redes sociais. No que se refere à transparência do Governo, Pernambuco é o terceiro melhor Estado do Brasil (depois de São Paulo e Espírito Santo), o que cria as condições favoráveis para concretização de parcerias púbico-privadas e entre sociedade e estado.

### VISÃO DE FUTURO 2035

Até 2035, Pernambuco eleva o grau de civilidade e tolerância nas relações sociais com aumento da cordialidade na convivência e interação dos espaços públicos e com respeito com as diferenças na sociedade favorecido diretamente pela redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população. Pernambuco contará também com a ampliação dos espaços de participação da sociedade, com a consolidação da estrutura da democracia institucional, com crescente envolvimento social nas formulações e no controle do espaço público e com a consolidação da transparência do governo e também dos municípios do Estado. E as instituições públicas de Pernambuco terão ampla e completa transparência com acesso da sociedade às informações atualizadas e completas, permitindo o controle social efetivo e rápido que aumenta a democracia e a participação da sociedade, situando Pernambuco como líder brasileiro como Governo Aberto e Eficiente.

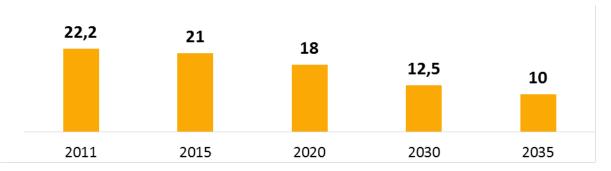
# **METAS INDICATIVAS**

A visão de futuro pode ser expressa através de metas de dois indicadores que constituem representações da tolerância e convivência social: Mortes no trânsito, e Violência contra a mulher.

1. Redução do índice de mortes no trânsito – nas próximas décadas, o índice de mortes no trânsito deve declinar dos atuais 22,2 em cem mil habitantes para cerca de 10 em cem mil, em 2035, chegando a nível bem abaixo da Bahia, mais baixo do Brasil que foi de 16,7 em cem mil habitantes em 2011 (redução média de 3,2% ao ano). O movimento inicial de forma lenta nos primeiros anos e se acelera a partir de 2020 quando começam a se manifestar os resultados da mudança no ambiente e no sistema

de transito. Além de medidas de promoção do respeito e da convivência no trânsito, esta meta será favorecida pela redução das desigualdades sociais, pelo aumento da escolarização e pela melhoria da qualidade de vida que moderam as tensões urbanas.

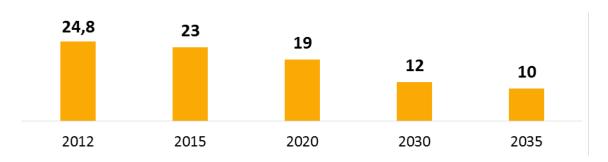
Gráfico 51. Redução das mortes no trânsito em cem mil habitantes – 2011/2035



Fonte (2011): Instituto Sangari

2. Redução da violência contra a mulher — a violência contra a mulher (medida pelo estupro ou tentativa de estupro) deve declinar de forma continuada nas próximas décadas, do nível atual (24,8 em cem mil habitantes) para cerca de 10 evidenciando um declínio médio anual de quase 4% ao ano, pouco menos da metade e abaixo do Estado com o menor índice atual (2011), Minas Gerais que registrou índice 13,1 em cem mil habitantes.

Gráfico 52. Redução da violência contra a mulher (Estupro e Tentativa de Estupro em cem mil habitantes)



Fonte: (2012): Ministério da Saúde

# INSTITUIÇÕES DE QUALIDADE (Eixo Instituições de Qualidade)

# **ONDE ESTAMOS**

Nos últimos anos, Pernambuco vem apresentando melhoria nas suas instituições públicas, particularmente no Governo estadual, com a estruturação de um sistema de mérito na administração pública e a introdução de novos métodos de gestão focados em resultado. Com

mais eficiência gerencial, o governo do Estado aumentou também a capacidade de investimento público no Estado com elevação da receita e melhoria no gasto. No entanto, há uma grande fragilidade gerencial e institucional nos municípios.

No Judiciário pernambucano o índice de congestionamento dos processos foi de 82,6%, acima de Santa Catarina com 72,4%, do Ceará, como 67,35, e principalmente do Distrito Federal com 55,85%. Instituições qualificadas e sólidas são fundamentais para o desenvolvimento para a construção de relações de confiança na sociedade e nos agentes econômicos. A segurança jurídica e a simplicidade burocrática dependem principalmente das condições nacionais mas podem ser melhoradas pelo aumento da eficiência das instituições pernambucanas.

Acresce que as instituições do Estado ainda padecem de dificuldades na capacidade e na qualidade da gestão, principalmente nos municípios, além de receber os efeitos negativos da fragilidade das instituições nacionais.

Por último, existe também um sentimento difuso de questionamento ao desempenho do Poder Legislativo e evidências que ainda é muito deficiente o grau de cooperação dos entes públicos entre si e destes com os agentes privados.

### VISÃO DE FUTURO 2035

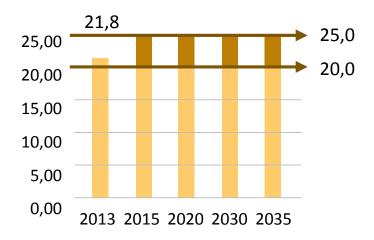
Até 2035, Pernambuco contará com instituições, confiáveis, sólidas e de qualidade, com plena profissionalização dos gestores públicos, com eficiência na prestação dos serviços, com elevado investimento público. Ao mesmo tempo, o judiciário oferece justiça acessível e rápida para a população, melhorando a confiança nas instituições. No nível municipal as instituições e a Prefeitura melhoram a capacidade de gestão — capacidade de arrecadação, eficiência e transparência nas despesas e ampliação dos seus resultados, consolidando relações de cooperação e a sinergia com o governo estadual e com instituições privadas.

# METAS INDICATIVAS

A visão de futuro do eixo **Instituições de Qualidade** pode ser expressa através de três metas que indicam a evolução dos indicadores ao longo das próximas duas décadas: Capacidade de investimento do governo estadual, Capacidade de arrecadação dos municípios e dependência de transferências; índice de congestionamento dos processos do Judiciário; e grau de confiança dos pernambucanos nas suas instituições.

1. Capacidade de investimento do governo estadual – a capacidade de investimento do governo do Estado, medida pelo percentual de Investimento na Receita Corrente Líquida, estimada atualmente em 21,8%, deve manter-se nas próximas décadas no intervalo entre 20% e 25%, assegurando o poder governamental de realização de investimentos estratégicos e estruturadores, incluindo as prioridades da Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo (Pernambuco 2035)

Gráfico 53. Investimentos/receita corrente líquida – Estadual (%)



Fonte (2013): Secretaria da Fazenda do Estado de Penambuco

2. Capacidade de arrecadação dos municípios e dependência de transferências – embora não seja suficiente para o bom desempenho futuro das instâncias públicas municipais – exigindo uma modernização e melhoria de desempenho do seu modelo de gestão – a capacidade de arrecadação própria permite moderar a dependência externa dos municípios e melhorar sua autonomia gerencial. Nos próximos 20 anos, nenhum município de Pernambuco terá uma receita própria abaixo de 5% da receita total, salto significativo considerando que em 2010 eram 73,4% nesta situação. O percentual dos municípios com receita própria entre 5% e 10% da receita total se eleva de 17,9% (2010) para 80%, de modo que aqueles com receita própria sobre receita total acima de 10% passam de 8,4% para 20%. Este resultado decorre da combinação de elevação do PIB com aumento da gestão pública na capacidade de arrecadação própria.

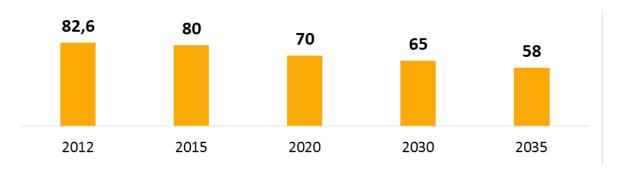
Tabela 2. Capacidade de arrecadação dos municípios e dependência de transferências externas

INTERVALO DE RECEITA PRÓPRIA/TOTAL (%) DOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO	2010	2035
Igual e acima de 10%	8,4	20,0
Entre 5% e 10%	17,9	80,0
Abaixo de 5%	73,4	0

Fonte (2010): Secretaria do Tesouro Nacional -FINBRA

3. Índice de congestionamento do Judiciário – nas próximas décadas, o judiciário de Pernambuco aumenta a sua eficiência de tal modo que o Índice de congestionamento cai dos atuais 82,6% de processos com duração superior a um ano para apenas 58% em 2035, ainda assim acima do índice registrado pelo Distrito Federal em 2012. A implementação de medidas de melhoria gerencial e eficiência no processo permite que o índice decline ao longo dos anos, de forma mais lenta até 2020 mas se acelerando na última década.

Gráfico 54. Índice de congestionamento do judiciário — Percentual de processos com duração superior a um ano



Fonte (2012): CNJ

4. Índice de confiança da população em suas instituições — a meta almejada é de uma melhoria contínua nos níveis de confiança dos pernambucanos nas suas instituições.

# 4. PROJETOS PÚBLICOS ESTRUTURANTES

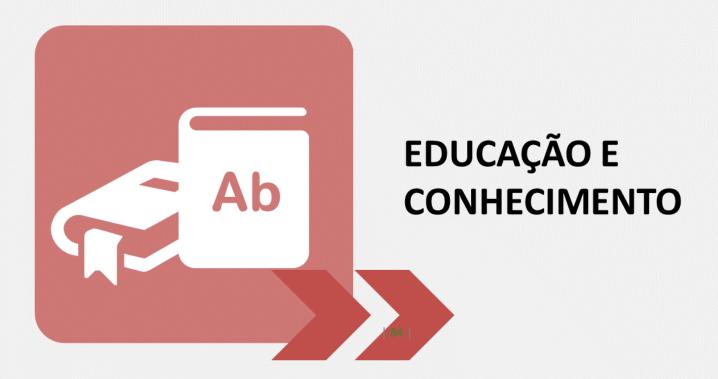
As 14 Áreas de Resultado foram desdobradas em projetos sob a responsabilidade do setor público que, combinados, operacionalizam a estratégia no domínio das iniciativas públicas, promovendo as mudanças que levam à construção da Visão de Futura. De fato, nesta fase foram elaborados apenas os projetos de responsabilidade direta e dominante do setor público, num total de 47 projetos de 10 áreas de resultado, como mostra o diagrama. Cada projeto explicita os objetivos a serem alcançados, alcance estratégico, resultados esperados, escopo do projeto (explicitando o que será realizado), público alvo, distribuição territorial, metas de resultado e metas de gestão. Vale ressaltar, por outro lado, que os projetos estão ainda em fase de refinamento e finalização, o que inclui a validação por instituições e órgãos considerados responsáveis pela a sua execução.

# PROJETOS POR ÁREA DE RESULTADO



# ÁREA DE RESULTADO "EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO"

A área de resultado "Educação e conhecimento" se operacionaliza através de sete projetos organizados e coordenados através do **Pacto pela Educação** que deve ser reforçado e aprimorado com a estruturação e operação de um modelo de Governança Compartilhada da Educação envolvendo todos os atores públicos e privados no tema e sob a liderança do Governo Estadual. O Pacto pela Educação contempla a consolidação e refinamento do sistema de monitoramento, avaliação e aprendizagem com análise do desempenho das unidades e níveis de ensino. Para isso, deverá difundir e institucionalizar um Sistema Estadual de Educação, construir parcerias entre entes públicos e público-privadas para a expansão e melhoria do ensino público em todos os níveis. O principal instrumento para a governança do Pacto pela Educação será a aquisição e uso do **software do Sistema de Informações da Educação de Pernambuco** (SIEPE) **nos municípios**, o que requer a compra de seu domínio pela secretaria estadual de educação e esportes e a estruturação e treinamento de equipes nos municípios, além de ampliação de equipes de apoio dentro da secretária estadual. São os seguintes os projetos da Área de Resultado "Educação e conhecimento" a serem organizados monitorados pelo Pacto pela Educação:





#### AMPLIAÇÃO DA OFERTA, DO ACESSO E DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA) Nome do Projeto

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria da Criança e da Juventude Ano de Início - 2015

Ano de término - 2020

### **Justificativa**

Os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo das crianças e Pernambuco ainda tem uma grande carência de creches e pré-escola para oferecer alternativas aos pernambucanos. Embora o acesso ao ensino infantil tenha crescido de maneira importante ao longo da última década, ainda estamos longe de alcançar níveis satisfatórios na preparação das novas gerações de pernambucanos para a formação intelectual e educacional. Com efeito, entre as crianças de 0 a 3 anos de idade, 22,1% frequentavam creches em Pernambuco em 2010, abaixo da média nacional de 23,6% e bem abaixo da média de Santa Catarina de 34,5%, segundo dados do Censo Demográfico. Já o acesso a pré-escola (crianças entre 4 e 5 anos de idade) era de 87,4% em Pernambuco, acima da média nacional (85,1%), mas abaixo dos 94% do Ceará, que é o melhor do Brasil. Entre 2000 e 2010, o Estado evoluiu de maneira expressiva nesses dois indicadores, passando de 11,9% para 22,1% do acesso a creches entre as crianças com idade de 0 a 3 anos, o que representa um crescimento de 86,6% nesse período. O aumento do acesso a pré-escola, que já tinha uma melhor cobertura, foi de cerca de 30% entre 2000 e 2010, passando de uma frequência de 67,3% para 87,4%. Porém, esse resultado ainda é insuficiente para atender a todas as crianças de Pernambuco o que torna necessária uma atuação de peso na ampliação da oferta de educação infantil em creches e pré-escola. A garantia do acesso e melhora da qualidade e infraestrutura da educação infantil (creche e pré-escola) permite um melhor desenvolvimento das crianças e melhores condições de trabalho e, consequentemente, maior produtividade da economia e elevação da renda dos pais e/ou responsáveis.

# Objetivo

Ampliar a capacidade cognitiva e a aprendizagem das crianças desde a primeira idade como preparação das novas gerações para a sociedade do conhecimento, com acesso amplo a creches e pré-escola de qualidade, contribuindo para a igualdade de oportunidades e redução da pobreza e das desigualdades sociais,

# Alcance Estratégico

O projeto contribui para aumentar o percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam creches de 22,1% em 2010 para 34,0% em 2020 e ampliar a participação de crianças de 4 a 5 anos na pré-escola de 87,4% em 2010 para 95,0% em 2020, melhorando a capacidade cognitiva, formação a aprendizagem dessas crianças.

# Resultados do Projeto

Aumentar a capacidade cognitiva das crianças de 0 a 3 anos através do ensino infantil de qualidade em creches

Aumentar a formação e da aprendizagem das crianças de 4 a 5 anos através do ensino infantil na pré-escola de qualidade

### Escopo do projeto

Construção de novas creches e pré-escola assim como a melhoria das unidades atuais, complementados pela melhoria dos aspectos pedagógicos, da gestão e da infraestrutura (com aumento significativo das matrículas) e ampliação do número de professores e auxiliares, além da formação dos professores nos conteúdos e métodos pedagógicos, com foco em processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, bem como no direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. O projeto deve estimular o uso de tecnologias educacionais com uso intensivo de novas ferramentas de comunicação e recursos didáticos avançados. Em termos de gestão, o projeto irá formar gestores de escolas, estimular o respeito e a valorização dos docentes e funcionários, garantir a segurança na escola e no seu entorno, garantir a manutenção do patrimônio da escola e o acesso a transporte e merenda escolar, incentivar o mérito na rede municipal, aproximar as famílias das escolas, fortalecer os conselhos escolares de acompanhamento e avaliação externa das escolas, disseminar e consolidar como padrão adequado a gestão profissional das escolas públicas. Além de estimular a elaboração e implementação de planos municipais de expansão do acesso ao ensino infantil em linha com o PNE. Será preciso também ampliar, melhorar e adequar a infraestrutura, e por isso o projeto reformará, ampliará e construirá escolas.

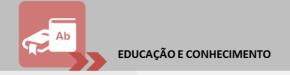
# Público alvo do projeto

Crianças entre 0 e 5 anos de idade da rede pública de ensino infantil em todo o Estado: de 0 a 3 anos de idade na creche e de 4 a 5 anos de idade na Pré-escola

# Localização territorial

Distribuição em todo o território pernambucano de acordo com o tamanho da população infantil (0 até 5 anos) e com as carências diferenciadas no território, de modo a promover uma convergência territorial

Metas de Resultado		
Indicador	Partida	2020
Aumentar o percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam o ensino infantil em creches	22,1%	34,0%
Aumentar o percentual de crianças de 4 a 5 anos que frequentam o ensino infantil na pré-escola	87,4%	95,0%
Metas de Gestão*		
Indicador	Partida	2020
Aumentar o número de matrículas em creches e pré-escolas públicas   85	181.978	241.816
Aumentar o número de professores da rede pública	9.439	12.431



# Nome do Projeto MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Educação Ano de Início - 2015 Ano deTérmino - 2020

### Justificativa

O desempenho dos alunos da rede pública em Pernambuco em português e matemática está aquém do desejável. No 5º ano, somente 19% dos alunos possuem o aprendizado adequado em português e 15% em matemática, o que coloca o estado em 23º e 22º lugar, respectivamente, em comparação com os outros estados brasileiros e bem abaixo da média brasileira, de 37% em português e 33% em matemática. No 9º ano, os números são ainda mais modestos: 12% dos alunos da rede pública estadual possuem o aprendizado adequado em português e 6% em matemática. Em comparação com os outros estados brasileiros, Pernambuco está em penúltimo lugar em português, empatado com Paraíba e Sergipe, e em 22º lugar em matemática. Apesar do desempenho estar abaixo do necessário, tanto nas escolas municipais quanto nas estaduais, as estaduais têm um desempenho melhor em português e matemática, no 5º e no 9º ano.

Em Pernambuco, outra questão importante é a distorção idade-série. De cada 100 alunos, 20 estão atrasados em 2 anos ou mais com relação à série que deveriam estar cursando. No caso do IDEB, o resultado da rede pública em Pernambuco está na média do Nordeste nos anos iniciais e finais, alcançando 4,1 e 3,4 em 2013, respectivamente. Porém, esse resultado fica abaixo da média brasileira, de 4,9 para os anos iniciais e 4,0 para os anos finais.

Melhorar a educação fundamental proporcionará às gerações futuras melhores condições de adentrar o mercado de trabalho e, consequentemente, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para o aumento da produtividade da economia.

### Objetivo

Elevar o desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental em português e matemática de modo a contribuir para a redução das desigualdades sociais e para a competitividade da economia pernambucana

### Alcance Estratégico

O projeto contribui para elevar o percentual de alunos com aprendizado adequado em português no 5º ano e 9º ano de 19% e 12% em 2011, respectivamente, para 29% e 16%; aumentar o percentual de alunos com aprendizado adequado em matemática no 5º ano e 9º ano de 12% e 6% em 2011, respectivamente, para 19% e 9%; e redução da taxa de distorção idade-série do ensino fundamental de 19,7% em 2013 para 13,5% em 2020. Todos esses resultados proporcionarão uma melhoria da qualidade da educação no ensino fundamental.

### Resultados do Projeto

Elevação do percentual de alunos com aprendizado adequado no 5º ano em português

Elevação do percentual de alunos com aprendizado adequado no 5º ano em matemática

Elevação do percentual de alunos com aprendizado adequado no 9º ano em português

Elevação do percentual de alunos com aprendizado adequado no 9º ano em matemática

Diminuição da distorção idade-série

# Escopo do projeto

Melhoria e ampliação das instalações e infraestrutura, para aumento do número de matrículas, além da ampliação do número de professores e atualização dos aspectos pedagógicos, com destaque para a formação dos professores nos conteúdos e métodos pedagógicos, com foco especial nos métodos mais eficazes de alfabetização e ensino da matemática. Ações focadas na redução do abandono escolar e na defasagem idade-série com aceleração da aprendizagem. Também irá estimular o uso de tecnologias educacionais com uso intensivo de novas ferramentas de comunicação e recursos didáticos avançados. Em termos de gestão, o projeto irá reorganizar a oferta de infraestrutura, formar gestores de escolas, implantar o modelo de governança das escolas da rede estadual, estimular o respeito e a valorização dos docentes e funcionários, garantir a segurança na escola e no seu entorno, garantir a manutenção do patrimônio da escola e o acesso a transporte e merenda escolar, incentivar o mérito na rede municipal e estadual, aproximar as famílias das escolas, fortalecer os conselhos escolares de acompanhamento e avaliação externa das escolas, disseminar e consolidar como padrão adequado a gestão profissional das escolas públicas. Além de estimular a elaboração e implementação de planos municipais de melhoria da qualidade do ensino fundamental, em linha com o Plano Nacional de Educação. Será preciso também ampliar e melhorar a infraestrutura, e por isso o projeto reformará, ampliará e construirá escolas.

## Público alvo do projeto

Crianças entre 6 e 14 anos de idade da rede pública de ensino fundamental I e II em todo o Estado.

# Localização territorial

Distribuição em **todo o território** pernambucano de acordo com o tamanho da população (6 até 14 anos) e com as carências diferenciadas no território, de modo a promover uma convergência territorial

territorio, de modo a promover ama convergencia territorial			
Metas de resultado			
Indicador	Partida	2020	
Elevar o percentual de alunos com aprendizado adequado no 5º ano em português	19%	29%	
Elevar o percentual de alunos com aprendizado adequado no 5º ano em matemática	15%	21%	
Elevar o percentual de alunos com aprendizado adequado no 9º ano em português	12%	16%	
Elevar o percentual de alunos com aprendizado adequado no 9º ano em matemática	6%	9%	
Diminuir a distorção idade-série (do 1º ao 5º ano)	19,7	13,5	
Metas de Gestão*			
Indicador	Partida	2020	
Aumentar o número de matrículas no ensino fundamental na rede pública	1.107.406	1.134.451	

49.095

49.814

Aumentar o número de professores da rede pública

<sup>(\*)</sup> Estas metas de gestão podem sofrer alteração após análise da Secretaria de Educação



# Nome do Projeto IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS COM EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL II (ANOS FINAIS)

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Educação Ano de Início -2016 Ano de Término - 2021

### Justificativa

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública dos anos finais do ensino fundamental de Pernambuco alcançou 3,4 em 2013. A rede estadual apresentou desempenho ainda melhor, com um IDEB dos anos finais do ensino fundamental de 3,6. O Estado deixou de ocupar a última posição entre o IDEB das Escolas Estaduais em 2005, para alcançar o 17º lugar, posicionando-se, em relação ao Nordeste, atrás apenas do Ceará e do Maranhão. Porém, esse resultado fica abaixo da média brasileira, de 4,0 para os anos finais - tanto para a rede pública como um todo quanto para a rede estadual. Outra questão importante para o ensino fundamental II (6º ao 9º ano) é a distorção idade-série. De cada 100 alunos, mais de 30 estão atrasados em 2 anos ou mais com relação à série que deveriam estar cursando.

Deve-se implementar a educação integral no ensino fundamental dos anos finais nos moldes da implantada no ensino médio, ou seja, uma educação integral não só com atividades no contraturno mas que trabalhem vendo a educação em sua totalidade e sob diversas dimensões.

Implementar essa rede de educação integral nos anos finais do ensino fundamental é uma forma de melhorar a qualidade da educação, o que proporcionará as gerações futuras uma melhor inserção no ensino médio e, posteriormente, no ensino profissional e tecnólgia e/ou superior. Esse processo também proporciona melhores condições para o acesso futuro ao mundo do trabalho, contribuindo para a cidadania plena e consequentemente para o desenvolvimento socioeconômico do estado de Pernambuco.

### Objetive

Ampliar o acesso das crianças do ensino fundamental final às Escolas com Educação Integral e Semi-integral de modo a melhorar a qualidade do ensino e contribuindo para a redução das desigualdades sociais em Pernambuco

## Alcance Estratégico

O projeto contribui para elevar a nota do IDEB do ensino fundamental dos anos finais de 3,8 em 2013 para 4,8 em 2020; diminuir a distorção idadesérie de 33,3% em 2013 para 24,3% em 2020; e reduzir a taxa de abandono escolar de 4,5% em 2013 para 2,7% em 2020. Todos esses resultados contribuirão para o avança da política de educação integral do Estado de Pernambuco, a partir da implementação das escolas com educação integral no ensino fundamental dos anos finais.

# Resultados do Projeto

Ampliação da oferta de escolas públicas de qualidade em tempo integral do ensino fundamental final

Elevação do IDEB do ensino fundamental dos anos finais

Diminuição da distorção idade-série

Diminuição do abandono escolar

# Escopo do projeto

Construção de novas escolas e na recuperação e ampliação das atuais com infraestrutura adequada para ensino integral e semi-integral (aumento de vagas e matrículas em escolas em tempo integral no ensino fundamental nos anos finais), melhoria e atualização dos aspectos pedagógicos e formação dos professores nos conteúdos e métodos pedagógicos, com foco especial aprofundamento do ensino e do complemento da formação dos alunos em educação ambiental, promoção da saúde, direitos humanos, esporte e lazer, cultura e artes, cultura digital, comunicação e uso de mídias, educação econômica e investigação no campo das ciências da natureza. Ações focadas na redução do abandono escolar e na defasagem idade-série com aceleração da aprendizagem, estímulo à utilização tecnologias educacionais com uso intensivo de novas ferramentas de comunicação e recursos didáticos avançados, com implementação de padrão de qualidade das instalações e recursos didáticos e laboratórios de ciências, matemática e informática. Além do desenvolvimento de atividades de respeito e valorização de professores e funcionários, bem como a garantia de segurança na escola e no seu entorno, e a garanti da manutenção do patrimônio da escola e o acesso a transporte e merenda escolar. Em termos de gestão, o projeto irá formar gestores de escolas e utilizar métodos de incentivo por mérito e busca de resultados.

# Público alvo do projeto

Crianças entre 11 e 14 anos de idade da rede pública (estadual e municipal) de ensino fundamental II (anos finais).

## Localização territorial

Distribuição em **todo o território** pernambucano concentrando em cidades polos e refletindo o tamanho da população (11 até 14 anos) e com as carências diferenciadas no território, de modo a promover uma convergência territorial

Metas de Resultado		
Indicador	Partida	2020
Elevar o IDEB do ensino fundamental dos anos finais	3,8	4,8
Diminuir a distorção idade-série (do 6º ao 9º ano) - %	33,3	24,3
Diminuir o abandono escolar (do 6º ao 9º ano) - %	4,5	2,7
Metas de Gestão*		
Indicador	Partida	2020
Implementar escolas de educação integral no ensino fundamental dos anos finais	0	184



# Nome do Projeto UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA O ENSINO MÉDIO

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Educação

Ano início - 2015

Ano de Término - 2020

### Justificativa

Ao analisar os indicadores educacionais do ensino médio em Pernambuco, constata-se que embora se registrem avanços recentes na elevação da taxa de escolarização líquida no ensino médio de 22,1% para 42,7%, no período entre 2001 e 2011, essa taxa ainda se encontra abaixo da média nacional (51,6%), como também da alcançada pelo estado de São Paulo (67,1%), que apresentava o melhor resultado do Brasil. Verifica-se ainda que, ao observar a questão da distorção idade-série, de cada 100 estudantes, 36 estão com 2 anos de atraso em relação a série que deveriam cursar. Isto se torna mais preocupante, se comparada a rede pública como a rede privada, pois em 2013 a taxa de distorção era de 40,1% na rede pública e de apenas 8,9% na rede privada.

Por outro lado, quando da análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o ensino médio da rede estadual alcançou 3,6 em 2013, desempenho superior à meta estipulada pelo MEC e à média nacional, e com um avanço importante em relação ao resultado de 2011 que era de 3,1. O último resultado do IDEB do ensino médio da rede pública colocou o estado na 4ª posição, empatado com Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina, entre os Estados brasileiros. Quando se trata do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE) é possível observar que, a partir da implantação da política pública de ensino médio integral, as escolas de referência apresentaram em 2013 um desempenho médio de 4,4, bem acima da média geral de 3,3 das escolas estaduais.

Tais indicadores sinalizam para a necessidade de melhoria da qualidade do ensino médio como um todo, proporcionando às gerações futuras a ampliação da oferta de oportunidades de modo a assegurar às condições para o acesso ao mundo do trabalho e à educação superior, contribuindo para a cidadania plena e consequentemente para o desenvolvimento socioeconômico do estado de Pernambuco.

#### Objetive

Universalizar a oferta de escolas com educação integral, buscando elevar a taxa de escolarização líquida e a melhoria da qualidade do ensino médio

# Alcance Estratégico

O projeto contribui para ampliar a taxa de escolarização líquida do ensino médio de 42,7% em 2011 para 54,6% em 2020; aumentar a média do IDEB do ensino médio de 3,8 em 2013 para 4,7 em 2020; diminuir a distorção idade-série de 36,4% em 2013 para 24,1% em 2020; e reduzir a taxa de abandono escolar de 4,7% em 2013 para 2,4% em 2020.

### Resultados do Projeto

Aumento da taxa de escolarização líquida no ensino médio

Elevação da média do IDEB do ensino médio

Diminuição da distorção idade-série no ensino médio

Diminuição do abandono escolar no ensino médio

## Escopo do projeto

Construção de escolas e ampliação e melhoria das atuais para o padrão de escola com educação integral (ampliação da oferta de vagas e de professores no ensino médio) para aumentar a oferta, o acesso, a permanência e a qualidade no ensino médio e universalizar o ensino integral/semintegral, investimento nos aspectos pedagógicos e na formação dos professores nos conteúdos e métodos pedagógicos, que também foquem na integração do ensino médio com a educação profissional, além de desenvolver iniciativas de orientação vocacional. O projeto contempla ainda a promoção de intercâmbio profissional e sociocultural para professores das diversas áreas do conhecimento e implantará ações focadas na redução do abandono escolar e na defasagem idade-série com aceleração da aprendizagem. Também irá estimular o uso de tecnologias educacionais com uso intensivo de novas ferramentas de comunicação e recursos didáticos avançados, com implementação de padrão de qualidade das instalações e recursos didáticos, além de laboratórios de ciências da natureza, matemática e informática. Em termos de gestão, o projeto irá reorganizar a oferta de infraestrutura, formar gestores de escolas, implantar o modelo de governança das escolas da rede estadual, estimular o respeito e a valorização dos docentes e funcionários, garantir a segurança na escola e no seu entorno, garantir a manutenção do patrimônio da escola e o acesso a transporte e merenda escolar, incentivar o mérito na rede estadual e consolidar o regime de dedicação exclusiva para os professores, aproximar as famílias das escolas, fortalecer os conselhos escolares, acompanhamento e avaliação externa das escolas, fortalecer a estratégia de monitoramento presencial bimestral da aprendizagem dos estudantes, assegurar a alimentação escolar com oferta de três refeições diárias para os alunos da educação integral, além de disseminar e consolidar como padrão adequado a gestão profissional das escolas públicas.

# Público alvo do projeto

Jovens entre 15 e 17 anos de idade da rede pública de ensino médio em todo o Estado.

### Localização territorial

Distribuição em **todo o território** pernambucano concentrando em cidades polos e refletindo o tamanho da população (15 até 17 anos) e com as carências diferenciadas no território, de modo a promover uma convergência territorial

Metas de Resultado		
Indicador	Partida	2020
Aumentar a taxa de escolarização líquida no ensino médio	47,2%	54,6%
Elevar a média do IDEB do ensino médio	3,8	4,7
Diminuir a distorção idade-série	36,4	24,1
Diminuir o abandono escolar	4,7	2,4
Metas de Gestão*		
Indicador	Partida	2020
Aumentar as matrículas em educação integral no ensino médio da rede pública	104.063	265.406

<sup>(\*)</sup> Estas metas de gestão podem sofrer alteração após análise da Secretaria de Educação



# Nome do Projeto EXPANSÃO DA OFERTA, DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Educação Ano de Início - 2015 Ano de Término - 2020

#### Justificativa

Em Pernambuco, somente 2,7% da população entre 15 e 24 anos estava matriculada em cursos técnicos de nível médio em 2013, enquanto em outros estados, como por exemplo no São Paulo, essa proporção era de 5,3%, no mesmo ano. Entretanto, vale ressaltar que Pernambuco tem apresentado nos últimos anos, considerável aumento de matrícula na sua rede de Escolas Técnicas Estaduais, passando de 1.037 matrículas em 2006 para 13.600 em 2013, segundo a base de dados da Secretaria de Educação e Esportes, Atualmente, a rede de Escolas Técnicas Estaduais - ETEs conta com 27 unidades, incluindo uma Escola Técnica Estadual de Criatividade Musical. As ETEs oferecem 32 cursos presenciais, nos quais estão matriculados 13.427 mil estudantes e ainda funcionam nessas escolas Polos de Educação a Distância, que oferecem 09 cursos a distância, com 12.030 mil alunos matriculados. Desse modo, a rede estadual de educação profissional conta atualmente com o total de 25 mil matrículas. Até 2015 estarão em funcionamento 40 unidades técnicas. Entretanto, apesar dos avanços recentes, em Pernambuco ainda há uma demanda reprimida, devido ao dinamismo econômico e a introção de novas tecnologias nos processos produtivos, que exige uma contínua expansão da oferta de educação profissional e tecnológica. Embora o estado tenha apresentado o melhor índice de abandono escolar do ensino médio em 2013, conforme dados do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), quando Pernambuco obteve o menor percentual de abandono do país, 5,2%. Em 2007, o estado tinha alcançado a segunda pior colocação no ranking nacional, com taxa de abandono que chegava a 24%. Essa diminuição do abandono escolar no ano de 2013, se comparado a 2007, é significativa, considerando que aumenta a quantidade de profissionais aptos a ingressar no mercado de trabalho. Todavia, é preciso também acompanhar também o abandono escolar nos cursos técnicos das ETEs. Esse panorama sinaliza para a necessidade de expansão da oferta, do acesso e da permanência na educaçãp profissional e tecnológica com qualidade social, proporcionando assim às gerações futuras condições de acesso ao mundo do trabalho, contribuindo para a cidadania plena e melhoria da produtividade e com o consequente desenvolvimento socioeconômico de Pernambuco.

### Objetivo

Expandir a educação profissional e tecnológica, com vistas ao aumento da oferta de vagas e elevação do número de profissionais qualificados para os diversos setores econômicos de Pernambuco.

### Alcance Estratégico

Atender a demanda de oferta de educação profissional e tecnológica para todas as regiões do estado de Pernambuco, com qualidade social. O projeto contribui para aumentar o percentual de jovens matriculados na educação profissional e tecnológica em relação a população de 15 a 24 anos de 2,7% em 2013 para 3,2% em 2020.

## Resultados do Projeto

Aumento do percentual de jovens de 15 a 24 anos que frequentam a educação profissional e tecnológica

Aumento da inserção de profissionais técnicos de nível médio em instituições e empresas locais, nacionais e internacionais

# Escopo do projeto

Construção de novas escolas técnicas e reforma e ampliação de algumas das atuais escolas técnicas com melhoria da infraestrutura e investimento nos aspectos pedagógicos e orientação da oferta de formação profissional a partir do estudo das principais vocações econômicas do estado. Formação de professores nos conteúdos e métodos pedagógicos avançados e na utilização de tecnologias educacionais com uso intensivo de novas ferramentas de comunicação e recursos didáticos avançados, com implementação de padrão de qualidade das instalações, laboratórios e recursos didáticos. Ações focadas na redução do abandono escolar e valorização de itinerário formativo interligado ao mundo do trabalho. Em termos de gestão, o projeto irá reorganizar a oferta de infraestrutura; formar gestores de escolas; estimular o respeito e a valorização dos docentes e funcionários; garantir a segurança na escola e no seu entorno; garantir a manutenção do patrimônio da escola; incentivar a utilização do critério de mérito na avaliação dos profissionais da educação; aumentar a oferta de vagas; contratar professor de ensino médio nas diversas áreas do conhecimento; selecionar e contratar coordenadores de curso, coordenador escola-empresa e professores com mestrado e doutorado de disciplinas técnicas; consolidar a estratégia de monitoramento presencial bimestral da apredizagem dos estudantes do ensino médio integrado a educação profissional; definir, implementar e consolidar o modelo de governança das escolas técnicas estaduais; e assegurar a oferta de alimentação escolar com o fornecimento de três refeições diárias.

### Público alvo do projeto

Jovens e adultos, a partir de 14 anos de idade, que tenham concluído o ensino fundamental ou o ensino médio.

### Localização territorial

Distribuição em **todo o território** pernambucano concentrando em cidades polos e de acordo com as vocações econômicas locais, refletindo o tamanho da população (acima de 14 anos) e com as carências diferenciadas no território

Metas de Resultado		
Indicador	Partida	2020
Aumentar o percentual de jovens matriculados na educação profissional e tecnológica em relação a população de 15 a 24 anos	2,7%	3,2%
Metas de Gestão*		
Indicador	Partida	2020
Aumentar o número de matrículas na educação profissional e tecnológica	41.775	83.550
Aumentar o número de mestres e doutores no quadro docente	410	820



# Nome do Projeto AMPLIAÇÃO DA OFERTA E DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Ciência e Tecnologia Ano de Início - 2015 Ano de Término - 2020

#### Justificativa

Cerca de 10% da população de Pernambuco entre 18 e 29 anos estavam cursando o ensino superior em 2012, percentual abaixo da média nacional (12,6%) e bem inferior ao do Distrito Federal (20,3%). Se analisado o universo dos jovens entre 18 e 24 anos, esse indicador melhora com 12,2% da população nessa faixa etária estava frequentando algum curso de nível superior. Todavia, o estado ainda permanece atrás da média nacional (15,3%) e de outros estados, com o Distrito Federal (25,1%). No ensino superior da rede estadual, no período de 2004 a 2013, houve expansão importante do número de campi no interior, que passaram de 3 para 8, e do número de cursos oferecidos, que foram ampliados de 34 para 54. Esse processo de interiorização da formação superior permitiu um aumento de aproximadamente 16% na média de alunos matriculados no interior no período de 2007 a 2010, segundo dados da UPE. É preciso avançar nesse processo, o que inclui a expansão da oferta de ensino superior tanto na rede pública federal e estadual quanto na rede privada de modo a ampliar a oferta e o acesso no ensino superior, o que proporcionará às gerações futuras melhores condições de acesso ao mercado de trabalho, melhorando a produtividade e o dinamismo da economia.

### Objetivo

Ampliar a participação dos pernambucanos de 25 anos ou mais de idade com nível superior completo, especialmente no interior do estado, contribuindo para elevação da empregabilidade e para o aumento da competitividade de Pernambuco.

### Alcance Estratégico

O projeto contribui para aumentar o percentual de jovens de 18 a 29 anos que frequentam o ensino superior de 11,0% em 2013 para 24.8% em 2020 e ampliar a participação das pessoas com 25 anos ou mais de idade com nível superior completo de 8,0% em 2010 para 13,4% em 2020.

### Resultados do projeto

Aumento do percentual de jovens de 18 a 29 anos que frequentam o ensino superior

Ampliação da participação das pessoas com 25 anos ou mais de idade com nível superior completo

## Escopo do projeto

Ampliação da oferta de vagas e para melhoria da estrutura das universidades e faculdades públicas, garantindo um padrão de qualidade das instalações, laboratórios e recursos didáticos, equipamentos e acervo bibliográfico, reforçando os aspectos pedagógicos, com adaptação dos cursos para as principais vocações econômicas do estado e de suas regiões de desenvolvimento, e formação dos professores nos conteúdos e projetos pedagógicos de cursos de graduação, incluindo intercâmbio profissional e sociocultural para professores das diversas áreas de ensino e uso de tecnologias educacionais com uso intensivo de novas ferramentas de comunicação e recursos didáticos avançados. Ampliação do quadro docente com doutorado nas faculdades e universidades. Além do fortalecimento e ampliação das escolas de formação de professores, em especial a UPE, e interiorização das universidades e faculdades (público e privado), incluindo a ampliação da oferta de Ensino a Distância de qualidade. Promover um padrão adequado de gestão profissional das universidades públicas estaduais. Dar continuidade ao PROUPE (Programa Universidade para Todos em Pernambuco), como forma de garantia da melhoria do ensino nas Autarquias Municipais de ensino superior do estado. Consolidar a participação da FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco) nas áreas de inovação tecnológica, bem como no apoio à pesquisa e à formação de recursos humanos altamente qualificados (desde o ensino médio até o pós-doutorado).

### Público alvo do projeto

Jovens e adultos que tenham concluído o ensino médio.

# Localização territorial

O projeto deve ampliar e melhorar o ensino superior na Região Metropolitana do Recife mas, principalmente, intensificar a interiorização das unidades de ensino superior ajustadas às necessidades e vocações locais

Metas de Resultado		
Indicador	Partida	2020
Aumentar o percentual de jovens de 18 a 29 anos que frequentam o ensino superior	11,0%	24,8%
Ampliar a participação das pessoas com 25 anos ou mais de idade com nível superior completo	8,0%	13,4%
Metas de Gestão		
Indicador	Partida	2020
Ampliar a oferta de vagas presenciais do ensino superior nas cidades do interior do estado	96.069	144.104
Aumentar o número de doutores no quadro docente das faculdades e universidades	3.924	5.886



### Nome do Projeto REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DO ANALFABETISMO

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Educação Ano de Início - 2015Término Ano de Término - 2020

### Justificativa

A taxa de analfabetismo dos pernambucanos de 15 anos ou mais passou de 22,0% para 16,7%, no período de 2001 a 2012, mas ainda é quase o dobro da média nacional (8,7%) tendo apresentado, de 2001 a 2012, uma das menores quedas dos Estados do Nordeste. Embora a melhoria do ensino fundamental e o aumento da taxa de escolarização levem a declínio do analfabetismo na população jovem, há persistência do analfabetismo na população, e principalmente o analfabetismo funcional, é necessário uma ação direta para redução deste estoque, como forma de inclusão social e resgate da cidadania.

### Objetivo

Elevar a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir o analfabetismo funcional entre os pernambucanos

### Alcance Estratégico

O projeto contribui para elevar o percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade alfabetizadas de 83,3% em 2013 para 87,8% em 2020 e reduzir o analfabetismo funcional de 26,3% em 2012 para 23,8% em 2020.

### Resultados do projeto

Elevação do percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade alfabetizadas

Erradicação do analfabetismo absoluto da população de 15 anos ou mais de idade

Redução do analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade

# Escopo do projeto

Ampliação e reforço das ações de **Educação de Jovens e Adultos** com investimento em aspectos pedagógicos, de gestão e infraestrutura, articulando os programas de alfabetização com programas de enriquecimento cultural, **formação de professores** nos conteúdos e projetos pedagógicos voltados para a educação de jovens e adultos e **aumento do número de alfabetizados com mais de 15 anos de idade.** Organização da oferta de infraestrutura, valorização dos formadores e coordenadores, e garantia da segurança na escola e no seu entorno.

# Público alvo do projeto

População de 15 anos ou mais de idade não alfabetizada ou com analfabetismo funcional

# Localização territorial

Distribuição no território nas cidades e municípios com maior concentração de analfabetos e analfabetos funcionais no território pernambucano

R	я	_			٠.	т,		su	14		٠.	
ľ	٧I	e	ιa	51	a c	ш	Œ	su	ıι	a١	u	,

Indicador	Partida	2020
Elevar o percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade alfabetizadas	83,3%	87,8%
Reduzir o analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	26,3%	23,8%

# Metas de Gestão\*

Indicador	Partida	2020
Aumentar o número de alfabetizados com mais de 15 anos	170.395	724.008

# ÁREA DE RESULTADO "SAÚDE"

A área de resultado "Saúde" se operacionaliza através de seis projetos organizados e coordenados através do Pacto pela Saúde que deve ser reforçado e aprimorado com a consolidação do modelo de planejamento, gestão e regulação do sistema de saúde, melhoria do sistema de gestão e fortalecimento das estruturas do governo estadual e municipal de saúde contemplando a descentralização integrada do sistema de saúde, informatização da rede de saúde, por meio da implantação do prontuário eletrônico único, de modo a integrar as informações de saúde referentes a cada indivíduo, visando o acompanhamento dos procedimentos realizados. Será realizada a integração da rede de leitos municipais, estaduais e federais para melhoria da efetividade dos serviços ambulatoriais, de urgência e de emergência. A rede de saúde será informatizada por meio da implantação do prontuário eletrônico de modo a integrar as informações de saúde referentes a cada indivíduo, visando o acompanhamento dos procedimentos realizados. Além disso, para balizar o planejamento dos serviços e do sistema de saúde, será fortalecido o uso de estudos epidemiológicos. São os seguintes os projetos da Área de Resultado "Saúde":





PROMOVER HÁBITOS DE VIDA SAUDÁVEL E CONTROLAR O ABUSO DE TABACO E ÁLCOOL E UDO DE DROGAS Nome do Projeto

9

Principal Instituição responsável pela execução

Secretaria de Saúde

Ano de Início

2015

Ano de Término

Dartida

2020

### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

# Justificativa

Em Pernambuco dois pontos chamam atenção – a expectativa de vida que é a 3º pior do Brasil segundo dados do IBGE, em PE a expectativa é de 71 anos enquanto no Brasil 73,8 e a redução do ritmo de crescimento da população que está abaixo do Brasil e do Nordeste – com mudança do perfil etário (menos crianças e mais idosos). Estes pontos determinam uma maior necessidade de ações de prevenção à saúde para assegurar uma melhor qualidade de vida a essa parcela da população com mais idade. É fundamental a criação de políticas públicas que promovam modos de viver mais saudáveis em todas as etapas da vida, favorecendo a prática de atividades físicas no cotidiano e no lazer, o acesso a alimentos saudáveis como uma forma de combate ao sedentarismo e a obesidade, além do controle e redução do tabagismo e do uso abusivo de álcool e outras drogas. As iniciativas de promoção da saúde também têm custo muito menor que o tratamento de doenças, contribuindo para a redução dos gastos públicos.

# Alcance Estratégico do Projeto

O projeto contribui para aumentar as ações de prevenção à saúde e contole e redução do tabagismo e do uso abusivo de álcool e outras drogas.

### Objetivo do Projeto

Melhorar a qualidade de vida, promover a longevidade da população e promover o uso mais eficiente dos recursos públicos.

### Resultados do Projeto

Redução das doenças decorrentes do sedentarismo e obesidade.

Diminuição do índice de acidentes de carros e motos por conta do uso abusivo do álcool.

Redução da violência devido ao uso de álcool e de drogas.

# Escopo do Projeto

Ampliação das campanhas para combater o sedentarismo e a obsidade estimulando o uso das academias da cidade, a participação em grupos de corridas e a utilização maior das bicicletas. Ampliação das campanhas que favoreçam o uso de uma alimentação mais saudável, acompanhada de um maior controle da qualidade dos alimentos nos mercados, nos bares e restaurantes. Aumento da restrição das áreas públicas para o uso do cigarro como uma forma de combate ao tabagismo, intensificação do rigor na lei seca; e implantação de ações educativas para coibir o uso de outras drogas (cuidado no ambiente de convívio social - família, escola, trabalho, amigos e comunidade), como forma de prevenir a violência.

### Público alvo do projeto

População em geral

# Localização territorial

Região Metropolitana e principais interiores

Metas de Resulta	ado
------------------	-----

Indicador

Partida	2020
306 (2012)	247
14 em mil nascidos vivos (2011)	10,40
307 (2012)	230
Redução 14,4% da taxa no ano de 2013.	Redução anual de 6,7% da taxa.
Partida	2020
45,3%	≥ 70%.
54,1%	≥ 70%.
87,0%	≥ 90%.
89,0%	≥ 90%.
	306 (2012)  14 em mil nascidos vivos (2011)  307 (2012)  Redução 14,4% da taxa no ano de 2013.  Partida  45,3%  54,1%  87,0%



# Nome do Projeto UNIVERSALIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS)

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Saúde Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

### Justificativa

A Atenção Primaria à Saúde (APS) tem como princípio básico a melhoria da saúde da população a partir de um modelo voltado à família e à comunidade, atuando na prevenção na promoção da saúde, incluindo a identificação precoce e o tratamento das doenças. Exerce um papel essencial no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e é fundamental sua consolidação, com ampliação da cobertura, considerando a perspectiva territorial e a vulnerabilidade das famílias e grupos sociais (gestantes, crianças, idosos e seus cuidadores, pessoas com condições crônicas, etc).

# Alcance Estratégico do Projeto

O projeto contribui para ampliação da cobertura na atenção primária à saúde.

### Objetivo do Projeto

Universalizar a atenção primária à saúde, tratamento preliminar das endemias e diminuição dos custos com a saúde.

### Resultados do Projeto

Aumento do acesso aos serviços de saúde pela população.

Aumento da utilização do sistema de saúde no município de origem.

Ampliação das famílias cadastradas nos programas de saúde da família

Ampliação da cobertura vacinal

### Escopo do Projeto

Ampliação da cobertura da Atenção Primária à Saúde com uma distribuição desconcentrada no território e o foco nas famílias e grupos vulneráveis, promovendo uma melhor capacidade de diagnóstico e do primeiro atendimento a doenças epidêmicas e emergentes e re-emergentes. Promoção da corresponsabilização da atenção, aumento da quantidade de profissionais médicos envolvidos com a APS e na formação continuada dos profissionais de saúde para APS orientando para as macrotendências da demanda, melhorando a qualidade das equipes de Saúde da Família. O projeto investirá em ações para o estabelecimento de vínculos entre a equipe e os usuários e a continuidade do cuidado. Apoio técnico e financeiro aos munícipios na estruturação e organização do sistema de atenção primária à saúde (custeio das equipes e das Unidades Básicas de Saúde).

# Público alvo do projeto

População sem atendimento ou com atendimento precário de atenção primária.

### Localização territorial

Metas de Resultado		
Indicador	Partida - 2013	2020
Reduzir a taxa de mortalidade por causas evitáveis	306 (2012)	247
Redudizir a taxa de mortalidade infantil	14 em mil nascidos vivos (2011)	10,40
Reduzir a taxa de mortalidade prematura antes dos 70 anos por doenças crônicas não transmissíveis	307 (2012)	230
Taxa de letalidade por forma hemorrágica da dengue	7,50%	≤1%
Ampliar a Cobertura da Estratégia de Saúde da Família	≥ 75%	≥ 80%
Metas de Gestão		
Indicador	Partida - 2013	2020
Contratar médicos	0	500
Contratar profissionais não médicos	0	5000
Número de ESF implantadas	2126	2443
Proporção de consultas de urgência realizadas na Atenção Básica	12,00%	7,00%

70,0%

≥ 2,5%

≥ 4,5%

77,01% (set/14)

3,27%

4,04%



# Nome do Projeto MELHORIA DA QUALIDADE E DA RESOLUTIVIDADE DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Saúde Ano de Início 2015 Ano de Término 2025

# **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

### Justificativa

Os debates em torno da saúde pública têm focado os graves problemas dos diversos tipos de atenção e a necessidade urgente de soluções. A dificuldade de acesso aos serviços de saúde, inclusive da rede secundária e terciária, que abrange serviços ambulatoriais e hospitalares especializados e de alta complexidade, ocupam posição destacada na lista das reivindicações, em especial no que tange ao seu acesso. Entende-se como necessária a redução do tempo médio de espera por consultas, procedimentos e cirurgias, a garantia dos insumos e equipamentos nos padrões exigidos. É fundamental para o sucesso do projeto, a ampliação da oferta desses serviços com a utilização de novas tecnologias que melhorem a qualidade dos diagnósticos e tratamentos e a redução dos seus custos.

### Alcance Estratégico do Projeto

O projeto contribui para ampliar a oferta dos serviços da atenção secundária e terciária.

# Objetivo do Projeto

Melhorar e ampliar o acesso, da qualidade e da resolutividade dos serviços prestados pela Rede de Atenção Secundária e Terciária

# Resultados do Projeto

Redução do tempo de espera a serviços ambulatoriais e hospitalares especializados e de alta complexidade

Número de consultas agendadas x programadas de cardio e endocrino na rede de atenção especializada (UPAE)

Percentual de cobertura de mamografías em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos

Percentual de exames citopatológicos do cólo do útero em mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos

Ampliação da capacidade de atendimento dos serviços ambulatoriais e hospitalares especializados e de alta complexidade.

# Escopo do Projeto

Ampliação da oferta de serviços médicos e diagnósticos especializados com incorporação de novas tecnologias que melhorem a qualidade dos diagnósticos e dos tratamentos com redução dos custos. Estruturação de planejamento para redução do tempo médio de consulta, procedimentos e cirurgias, bem como organização de parcerias das redes públicas, filantrópicas e privadas para redução de filas de consultas, exames e cirurgias.

# Público alvo do projeto

População em geral

### Localização territorial

Metas de Resultado
--------------------

Indicador	Partida - 2013	2020
Reduzir a taxa de mortalidade por causas evitáveis	306 (2012)	247
Reduzir a taxa de mortalidade infantil	14 em mil nascidos vivos (2011)	10,40
Reduzir a taxa de mortalidade prematura antes dos 70 anos por doenças crônicas não transmissíveis	307 (2012)	230
Reduzir a taxa de internações por condições sensíveis à atenção primária	6,80	≤8
Metas de Gestão		
Indicador	Partida - 2013	2020



# Nome do Projeto AMPLIAÇÃO E GARANTIA DE ACESSO À REDE DE REFERÊNCIA PARA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Saúde Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

### Justificativa

No estado de Pernambuco, no decorrer dos últimos anos, observa-se uma clara mudança no perfil etário (menos crianças e mais idosos) associada ao aumento na expectativa de vida. Além disso, há necessidade de reduzir a taxa de mortalidade infantil (embora tenha declinado, ainda é 14 em mil nascidos vivos; o recomendado pela OMS é 10 mortos para cada mil nascimentos), o número considerável de morte por causas evitáveis (atualmente, a taxa é de 306 mortes a cada cem mil habitantes) e a mortalidade prematura antes dos 60 anos por doenças crônicas não transmissíveis (atualmente, a taxa é de 307 em cada mil pessoas).

A assistência integral à saúde permanece como um grande desafio do Estado, como alternativa viável para redução dessas taxas, mas precisa assegurar o alinhamento adequado dos serviços da atenção básica aos serviços de atenção especializada.

### Alcance Estratégico do Projeto

O projeto pretende ampliar a rede de referência para atenção especializada e garantir o direcionamento adequado e o acesso do usuário com problemas específicos a esses serviços.

# Objetivo do Projeto

Ampliar o acesso da população à rede de referência para atenção especializada e oferecer resolubilidade com serviços de apoio diagnóstico.

### Resultados do Projeto

Diminuição das taxas de mortalidade prematura, mortalidade por causas evitáveis e mortalidade infantil.

Redução do número de pacientes crônicos com agravos da doença.

Redução do tempo de espera pelo atendimento especializado.

# Escopo do Projeto

Ampliação da rede de referência de atenção especialização com base em diagnóstico da situação atual (demanda por atenção especializada x capacidade de atendimento e redes de referência; locais com maiores de taxas de mortalidade) e considerando: ações de ajuste no funcionamento das unidades de saúde e ações que demandam investimento em infraestrutura (construção de hospitais, reformas etc.). Com foco na redução de mortes de crianças (de 0 a 5 anos) e de gestantes de riscos, ampliação da estrutura de acompanhamento materno-infantil, nas áreas com maiores taxas de mortalidade infantil e de mulheres com gravidez de risco. Em relação ao cuidado com os idosos, serão implementadas ações de acompanhamento de idosos com oferta de atividades educativas, físicas e de imunização. Para aumentar a expectativa de vida e diminuir o tempo de espera pelo atendimento especializado, será preciso, também, construir, ampliar ou reformar hospitais e unidades mistas. Além disso, será estimulado o uso regular da rede especializada em saúde mental.

## Público alvo do projeto

Adultos e idosos com doenças crônicas não transmissíveis, como câncer, doenças respiratórias e cardíacas, AVC, diabetes, hipertensão. Grávidas e criancas de 0 a 5 anos.

Jovens em situação de risco social (vítimas de violência, dependentes químicos etc.)

### Localização territorial

Metas de Resultado		
Indicador	Partida - 2013	2020
Reduzir taxa de mortalidade por causas evitáveis	306 (2012)	247
Reduzir taxa de mortalidade infantil	14 em mil nascidos vivos (2011)	10,40
Reduzir taxa de mortalidade prematura antes dos 70 anos por doenças crônicas não transmissíveis	307 (2012)	230
Metas de Gestão		
Indicador	Partida - 2013	2020
Construção do Hospital do Idoso	0%	100%
Construção do Hospital da Mulher do São Francisco	0%	100%
Construção do Hospital da Mulher do Sertão do Pajeú	0%	100%
Proporção de mães com 7 ou mais consultas de pré natal	62,1%	≥ 60%
Proporção de hipertensos acompanhados na atenção básica.	87,0%	≥ 90%
Proporção de diabéticos acompanhados na atenção básica.	89,0%	≥ 90%



# Nome do Projeto IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO ATENDIMENTO EM SAÚDE À DISTÂNCIA

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Saúde Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

Uma boa parte da população pernambucana vive longe dos centros urbanos ou encontra barreiras socioeconômicas para acessar os serviços de saúde, principalmente da rede de referência de atenção especializada. Em geral, é essa parte da população que tem maior dificuldade e insuficiente discernimento na prevenção e no tratamento de doenças.

O uso de tecnologias de informação permite oferecer tratamento médico especializado a pessoas que vivem em locais distantes ou com poucos profissionais, tornando possível: (1) o atendimento virtual; (2) a comunicação entre profissionais de diversas localidades (discussão de casos, orientações, soluções de dúvidas); (3) definição da necessidade de referência dos usuários a outros serviços.

Espera-se com o atendimento à distância ampliar as ações de profissionais e agentes comunitários de saúde, integrando-os aos serviços oferecidos por hospitais e centros de referência, assim como o alcance ao diagnóstico e indicações de tratamento e maior acesso da população à informação.

### Alcance Estratégico do Projeto

O projeto contribui para ampliar o alcance da população ao diagnóstico e indicações de tratamento.

### Objetivo do Projeto

Implantar e expandir o atendimento em saúde à distância, para melhorar a qualidade dos serviços prestados em atenção primária, diminuindo o custo de saúde através da qualificação profissional, redução da quantidade de deslocamentos desnecessários de pacientes e por meio do aumento de atividades de prevenção de doenças.

### Resultados do Projeto

Diminuição dos gastos com a saúde

Ampliação do acesso ao atendimento especializado

Aumento das atividades de prevenção e orientação

### Escopo do projeto

Estruturação de um núelco de atendimento em saúde à distância e criação de uma central de teleatendimento em base num mapeamento das práticas já existentes no Estado, iniciando com um projeto piloto em município selecionado e posterior expansão para os demais municípios do Estado. Implantação de um centro integrado de diagnóstico por imagem como núcleo de uma rede conectada em todas as cidades do Estado. Introdução de novas tecnologias de atendimento em saúde à distância, capacitação das equipes de saúde da família e dos médicos especialistas e implantação dos serviços de orientações remotas por especialidade de acordo com a demanda dos municípios.

# Público alvo do projeto

Cidadãos de baixa renda residentes em municípios remotos e usuários dos serviços públicos de saúde

### Localização territorial

Estado de Pernambucano

## Metas de Resultado (\*)

• *		
Indicador	Partida - 2014	2020
Implantação de Teleassistência nos Hospitais Regionais	0	11
Implantação de Teleassistência nos Hospitais de grande porte	0	6
Implantação do prontuário eletrônico	0	100%

# Metas de Gestão

Indicador	Partida - 2014	2020
Implantação da Telegestão e Tele-educação nas Geres	0	12



# Nome do Projeto FORTALECIMENTO DA GESTÃO DOS HOSPITAIS E UNIDADES DE ATENDIMENTO DA REDE ESTADUAL

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Saúde Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

### Justificativa

A gestão com foco em resultados e na meritocracia é uma ferramenta avançada utilizada com sucesso na gestão pública em vários países desenvolvidos e começa a ser utilizada no Brasil e em Pernambuco, trazendo resultados importantes. Além disso, ainda persiste uma visão que associa o servidor público a pessoas acomodadas e que muitas vezes não se importam com a adequada execução das tarefas. Por outro lado, boa parte dos servidores se sente pouco valorizada, mesmo quando apresenta resultados acima das expectativas. Ao mesmo tempo, profissionais que se sentem reconhecidos e valorizados, tendem a prestar um serviço ou executar suas tarefas com mais qualidade e aumentam sua produtividade.

Diante dos desafios postos à saúde do Estado (aumento da expectativa de vida e melhoria da qualidade de vida da população), é preciso modernizar a estrutura do serviço público, com foco no desenvolvimento dos servidores da área de saúde e na valorização como alternativa de ampliar o comprometimento com a prestação de serviços de qualidade e eficiente.

### Alcance Estratégico do Projeto

O projeto contribui para ampliar o desenvolvimento dos servidores da área de saúde

# Objetivo do Projeto

Profissionalizar a gestão dos hospitais e unidades de atendimento da rede estadual, com foco na meritocracia e no aumento da produtividade dos servidores.

### Resultados do Projeto

Aumento da eficiência na aplicação dos gastos públicos da saúde.

Aumento satisfação da população com os serviços prestados.

Ampliação do atendimento (número de consultas, exames, cirurgias).

Redução do tempo de espera dos atendimentos.

# Escopo do projeto

Fortalecimento da gestão hospitalar e das unidades de saúde, com Implantação de um sistema de avaliação sistemática do desempenho dos profissionais, incluindo premiação baseada no mérito a partir de metas pré-definidas. Promoção do desenvolvimento dos servidores com base no resultado das avaliações de desempenho. Formação de carreira de gestores públicos priorizando os principais hospitais e unidades de saúde. Realização de pesquisa de satisfação da população para avaliar a credibilidade dos serviços. Estímulo à colaboração interprofissional, tanto clínica quanto de gestão, através de espaços institucionais específicos (colegiados, fóruns permanentes, telessaúde, grupos de trabalhos, reuniões clínicas, entre outros).

# Público alvo do projeto

Servidores da Secretaria de Saúde

### Localização territorial

Metas de Resultado	Metas da Visão de Futuro/Estrategia a qual o projeto é vinculado		
Indicador	Partida - 2013	2020	
Unidades com Núcleo de Economia em Saúde Implantado	0	16	
Metas de Gestão			
Indicador	Partida - 2013	2020	
Percentual de munícipios com regularidade no envio de informações sobre mortalidade	86%	100%	
Número de Unidades Hospitalares com Gerência de Recursos Humanos Implantada	0	12	
Criação da carreira de gestor de saúde pública		100%	

# ÁREA DE RESULTADO "SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL"

A área de resultado "Segurança e defesa social" se operacionaliza através de cinco projetos organizados e coordenados através do **Pacto pela Vida** que deve ser reforçado, aprimorado e intensificado o sistema de governança e atuação integrada entre diversos órgãos públicos do âmbito estadual (executivo, legislativo e judiciário) e entre estes e as esferas de governo federal (especialmente relacionado ao crime organizado) e municipal, além da sociedade civil. O Pacto pela Vida integra as ações operacionais e de inteligência das Polícias Militar e Civil, Defensoria Pública, Sistema Prisional e Socioeducativo e Corpo de Bombeiros Militar com reforço da comunicação e inteligência no modelo de gestão. Os projetos da Área de Resultado "Segurança e defesa social" são os seguintes:





## Nome do Projeto ENFRANTAMENTO AOS CRIMES CONTRA A VIDA, CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E TRÁFICO DE DROGAS

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Defesa Social Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

#### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

O tráfico de drogas é a base para a formação e o financiamento do crime organizado em todo o Brasil e também em Pernambuco, além do efeito de propagação do consumo e da dependência de drogas na população e, especialmente, entre os jovens. A ação criminosa e rentável do tráfico de drogas leva à formação de arsenais de armas ilegais utilizadas para reagir à repressão policial mas também à realização de outros atos criminosos e violentos. A vulnerabilidade social de alguns segmentos da população cria um ambiente favorável à difusão da droga e ao recrutamento de jovens para o crime organizado de tal modo que o sucesso da luta contra o tráfico depende de políticas sociais e urbanas, especialmente na educação para redução da população jovem que não trabalha nem estuda. Em 2012, cerca de 27% da população pernambucana de 15 a 29 anos nem estudava nem trabalhava (acima da média do Brasil com 19,6%) formando um contingente potencialmente atraído pela droga e pelo crime organizado. Entretanto, considerando a existência de uma forte estrutura do crime organizado, é necessário um combate repressivo ao tráfico de drogas para quebrar a sua influência na sociedade e a sua fonte de financiamento do tráfico de armas.

A estrutura da policia de Pernambuco conta com 5.062 policiais civis (agosto de 2014), o que representa 68 policias civis para cem mil habitantes, com um déficit de 1.095 para alcançar o patamar desejável de 70 por cem mil habitantes; a polícia militar conta com 19.492 homens, cerca de 222 policias para cem mil habitantes, alcançando com folga o patamar desejável de 200 policiais militares para cem mil habitantes.

Mesmo com a queda significativa da violência e criminalidade em Pernambuco, nos últimos anos, em grande parte como decorrência do Pacto pela Vida implementado sob a liderança do Governo Estadual, o índice de homicídios (crime contra a vida) ainda é alto no Estado. O índice de criminalidade (número de homicídios em cem mil habitantes) caiu de 58,8 em cem mil habitantes, em 2001, para 38,6 em cem mil habitantes em 2011, ainda superior à média do Brasil, com 27 homicídios em cem mil habitantes, e bem acima do de São Paulo com penas 12 homicídios em cem mil habitantes. Entre os jovens a violência e criminalidade são ainda mais altos com 79,2 homicídios em cem mil jovens de 15 a 30 anos, em 2011. Esses dados são incompatíveis com qualidade de vida e integridade cidadã, fatores decisivos na visão de futuro de Pernambuco.

Pernambuco registrou (em 2011) 629,40 crimes contra o patrimônio para cada cem mil habitantes (CVP-Crime Violento contra o Patrimônio), com o índice mais alto dos Estados do Nordeste. A Paraíba, com menor índice da região, teve 135,8 crimes para cada cem mil habitantes. Dos tipos de roubos que compõe o CVP, os que empurram o resultado de forma negativa foram os roubos a transeuntes, roubos de veículos e roubos a estabelecimentos comerciais ou de serviços. Esta forma de violência constitui uma ameaça à qualidade de vida e à competitividade da economia pernambucana, na medida em que representa grande insegurança para a população e para o empresariado.

### Alcance Estratégico

Contribuir para a redução dos índices de criminalidade do Estado de 39,1 (2013) para 22 em cem mil habitantes, em 2020, e para a melhoria da qualidade de vida da população

# Resultados do projeto

Redução do número total de homicídios em cem mil habitantes

Redução do número total de homicídios de jovens em cem mil habitantes

Redução do número de Crimes Violentos contra o Patrimônio em cem mil habitantes

Aumento da quantidade de drogas apreendiadas (Kg)

Redução do tempo de resposta da Polícia Militar a patamares internacionais (min)

## Objetivo do Projeto

Enfrentar os crimes contra a vida, crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas para redução da criminalidade e melhoria da qualidade de vida da população

# Escopo do projeto

Intensificação e desconcentração da repressão qualificada dos crimes contra a vida, dos crimes contra crianças e adolescentes e dos atos infracionais. PC

Desconcentração da repressão qualificada dos crimes contra a mulher, especialmente os decorrentes de violência doméstica e familiar, inclusive os crimes de homicídio cometidos em tais circunstâncias. PC

Desconcentração da diretoria geral de operação de Polícia Judiciária - DGOPJ e gerência de polícia especializada com a criação de 4 diretorias integradas e 4 gerências de controle operacional da PCPE. PC

Implantação de centros especializados na prevenção e repressão de delitos praticados contra idosos e a propriedade imaterial, além de crimes cibernéticos e de intolerância esportiva. PC

Instalação de Delegacias de base territorial em locais densamente habitados e em razão de sua localização geográfica e população flutuante decorrente da convivência com a atividade turística. PC

Inauguração da Divisão de Saúde Governador Eduardo Henrique Acioly Campos, subordinada ao Núcleo de Estudos de Gerenciamento de Saúde e Valorização Profissional da Polícia Civil, da estrutura da Diretoria de Recursos Humanos da Polícia Civil, denominada pelo inciso V, artigo 1° da Lei n° 15.212, de 19 de dezembro de 2013, e alterações. PC

Criação de turmas dos Cursos de Formação e de Instrução de Manutenção da PM. PM

Implementação de Bases Móveis de Polícia Comunitária. PM

Criação da Patrulha Rural Comunitária para atuar de forma preventiva. PM

Ampliação do programa da Patrulha do Bairro (número de viaturas). PM

Transformação dos GATIS em Tropas de Choque Ligeiro. PM

Fortalecimento do Cinturão de segurança (pelotões nas cidades limite com outros estados). PM

Implantação da Operação Saturação. PM

Criação novos Batalhões nas Regiões de Desenvolvimento. PM

Ampliação da atuação das Unidades Especializadas. PM

Ampliação do batalhão de polícia rodoviária. PM

Criação do Batalhão de Polícia Ambiental. PM

Criação do Batalhão de Policiamento de Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicleta (BPRocam). PM

Criação do Batalhão Especializado de policiamento do Interior (BEPI). PM

Criação do Batalhão de Polícia de Grandes Eventos (BPGE). PM

Ampliação e melhoria do sistema de saúde da PM (capacidade de cobertura / mês). PM

Reaparelhamento da Policia Militar. PM

Ampliação do o acesso e da qualidade à tecnologia de informação e comunicação. PM

Instalações de qualidade e recuperação da infraestrutura das unidades da Polícia Militar. PM

12.000

Atende 55% do efetivo

Situação precária e

ineficiente

Situação precária

45.000

100%

100%

100%



#### PERNAMBUCANA NA DIREÇÃO DA VISÃO DE FUTURO PERNAMBUCO 2035 Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Defesa Social Ano de Início 2015 Ano de Término 2020 Público alvo do projeto Benefício a toda a população de Pernambuco com destaque para as pessoas e os jovens de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social e econômica Localização territorial Concentração das ações nas regiões e nos distritos (e bairros das cidades) com majores índices de criminalidade e homicídios Metas do Projeto Indicador Ano de Partida 2020 Reduzir o número total de homicídios em cem mil habitantes 22.0 39.2 79.2 57.0 Reduzir o número total de homicídios de jovens em cem mil habitantes 565,2 450 O Reduzir o número de Crimes Violentos contra o Patrimônio em cem mil habitantes Aumentar o a quantidade de drogas apreendiadas (Kg) 4.178,8 6.276,0 Redução do tempo de resposta da Polícia Militar a patamares internacionais (min) 35 min Até 8 min Metas de Gestão Ano de Partida 2020 Indicador Recompletar o efetivo dos órgãos Estratégicos e Tático da PCPE, deficitário em face do não incremento desde o ano de 2011, considerando sua Missão e Visão e as políticas públicas atuais e futuras, além da relação com os seus objetivos do ponto de vista interno Repor o déficit de efetivo produzido em face das 2.222 baixas recorrentes no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2013. Reduzir o déficti operacional com a otimização do efetivo do DHPP - CAPITAL - Departamento de Homicídios e de Otimizar o efetivo de 2 (duas) Divisões de Homicídios e de 19 (dezenove) Delegacias de Homicídios, criadas na RMR e Interior do Estado. Otimizar o efetivo de 2 (duas) Delegacias de Polícia de Crimes Contra Criança e Adolescente e Atos Infracionais criadas na RMR Norte e Sul Otimizar o efetivo do Departamento de Polícia da Mulher - DPMUL e de 14 Delegacias de Polícia da Mulher. 5.075 8.277 Ampliar o efetivo técnico da Diretoria Diretoria de Enfrentamento da Violêcia contra as Mulheres da Secretaria da Mulher, no âmbito das Casas Abrigo, e do acompanhamento das egressas, como também a ampliação da Patrulha Otimizar o efetivo de 4 Diretorias Integradas e 4 Gerências de Controle Operacional criadas na RMR e Interior do Estado. Otimizar o efetivo das Delegacias de Polícia do Idoso, de Crimes contra a Propriedade Imaterial, de Crimes Cibernéticos e de Intolerância Esportiva. Disponibilizar efetivo para implantação das Delegacia de Polícia da 39ª Circunscrição - Aldeia, 2ª Delegacia de Polícia da 19ª Circunscrição — Muribeca, com atuação também em Marcos Freire e em Dois Carneiros e 2ª Delegacia de Polícia da 44ª Circunscrição - Ponta de Pedras. Disponibilizar efetivo para a 6ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Ipojuca, 11ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - Salgueiro 12ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - Ouricuri, 13ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Afogados daIngazeira Aporte de efetivo Inauguração da Divisão de Saúde Governador Eduardo Henrique Acioly Campos Aumentar número de delegacias especializadas de polícia 59 63 Inaugurar a Divisão de Saúde Governador Eduardo Henrique Acioly Campos 0 1 Implantar das Delegacia de Polícia da 39ª Circunscrição - Aldeia, 2ª Delegacia de Polícia da 19ª Circunscrição -Muribeca, com atuação também em Marcos Freire e em Dois Carneiros e 2ª Delegacia de Polícia da 44ª Circunscrição -0 4 Aumentar o efetivo de Policiais Militares 19.492 29.492 Cursos de Formação da PM (turmas/ano) 22 63 Implementar a instrução de manutenção na PM (turmas/ano) 0 433 Implementar Bases Móveis de Polícia Comunitária 0 101 Criar a Patrulha Rural Comunitária para atuar de forma preventiva 101 Ampliar o programa da Patrulha do Bairro (número de viaturas) 289 418 Transformar os GATIS em Tropas de Choque Ligeiro 0 32 Implantar Cinturão de segurança com criação de pelotões nas cidades limite com outros estados 74 62 Implantar a Operação Saturação 0 1 Criar novos Batalhões nas Regiões de Desenvolvimento. 30 24 Ampliar para o Ampliar a atuação das Unidades Especializadas Se concentra na RMR Agreste e Zona Mata Ampliar o batalhão de polícia rodoviária Criar o Batalhão de Polícia Ambiental 0 1 Criar o Batalhão de Policiamento de Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicleta (BPRocam) 0 1 Criar o Batalhão Especializado de policiamento do Interior (BEPI) 0 1 Criar o Batalhão de Polícia de Grandes Eventos (BPGE) 0

Implantar instalações de qualidade e recuperar a infraestrutura das unidades da PM01

Ampliar o sistema de saúde da PM (capacidade de cobertura / mês)

Ampliar o acesso e a qualidade à tecnologia de informação e comunicação

Reaparelhar a PM

<sup>(\*)</sup> Dados para serem complementados pelos órgãos da Secretaria de Defesa Social



# Nome do Projeto AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA CRIMINAL

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Defesa Social Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

### Justificativa

A população de média e baixa renda da população tem dificuldades para contar com os serviços de segurança pública e do judiciário resultado das limitações ao acesso e às informações e de apoio jurídico da defensoria pública, evidenciando uma forte desigualdade social em Pernambuco, como de resto em todo o Brasil. Esta dificuldade de acesso e cobertura legal gera insegurança e desconfiança da população no sistema judiciário e policial o que prejudica a maioria dos pernambucanos, por último, estimula a ilegalidade e soluções violentas dos conflitos sociais. Os direitos humanos e a igualdade social dependem, entre outros fatores, de acesso da maioria dos pernambucanos aos serviços de segurança e justiça.

### Alcance Estratégico

Contribuir para a redução dos índices de criminalidade do Estado de 39,1 (2013) para 22 em cem mil habitantes, em 2020, e para a melhoria da qualidade de vida da população

### Objetivo do Projeto

Ampliar o acesso a justiça criminal com redução das desigualdades sociais e da violência na sociedade

## Resultados do projeto

Ampliação do número de delegacias de plantão por cem mil habitantes

Redução do número de processos em tramitação

Aumento da produtividade dos Magistrados

Redução da taxa de congestionamento do judiciário (percentual de processos com duração superior a um ano)

# Escopo do projeto

Ampliação do quantidade de delegacia de plantão aumentando a capacidade de atendimento ao público.

Implantação de medidas de aumento da eficiência e agilidade dos processos com redução dos tempos de investigação e aumento da resolutividade da elucidação de crimes e dos processos judiciais penais

Ampliação da capacidade dos juizados especiais cíveis e criminais com o suprimento das vagas abertas para magistrados no Tribunal de Justiça e com suporte de tecnologias de informação

Ampliação e melhoraria da defensoria pública atendendo a Emenda Constitucional 80 que determina que toda Vara tenha no mínimo um Defensor Público diponível e criar mecanismos de moderação de conflitos na população (instituir e capacitar especialista em moderação de conflitos para localização nas comunidades)

Ampliar a capacidade de atendimento do Ministério Público com aumento do número de Promotores Públicos até a proporção de cinco (5) para cada cem mil habitantes

# Público alvo do projeto

População vítima da criminalidade, especialmente a população mais pobre com carência social e de informação

# Localização territorial

Distribuição de forma concentrada nas áreas de maior densidade de população de baixa renda com atuação fora dos quartéis, tanto na localização das delegacias e postos de polícia quanto nos juizados especiais e defensoria pública.

# Metas do Projeto

Indicador	Ano de Partida	2020
Ampliar o número de delegacias de plantão por cem mil habitantes	0,1	1,0
Reduzir o número de processos em tramitação	1.855.609	593.795
Aumentar a produtividade dos Magistrados	1.400	1.997
Reduzir a taxa de congestionamento do judiciário (percentual de processos com duração superior a um ano)	0,6	0,45

neduzii a taxa de congestionamento do judiciano (percentual de processos com duração superior a um ano)	0,0	0,43
Metas de Gestão		
Indicador	Ano de Partida	2020
Aumentar o número de magistrados	459	682
Ampliar número de delagacias de plantão	10	100
Ampliar o número de defensores públicos	253	450
Ampliar o número de promotores	358	440



# Nome do Projeto FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Principal Instituição responsável pela execução CODECIPE Ano de Início 2015 Ano de Término 2018

### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

### Justificativa

Em Pernambuco, os principais desastres naturais causadores de impactos humanos e materiais são as estiagens e secas e as enxurradas, que respondem por 92,4% do total de registros entre 1991 e 2012. Porém, há também episódios de inundações, alagamentos, vendavais, movimentos de massa, erosão, incêndios florestais e até granizo. No período, as estiagens e secas afetaram 5,2 milhões de pessoas em 172 municípios, sendo que 44% dos registros aconteceram nos meses de maio, junho e novembro. No mesmo período, houve registro de 427 registros de enxurradas severas entre 1991 e 2012 em 158 municípios, afetando 1,8 milhões de pessoas, além de 67 mil desabrigados e 144 mil desalojados, especialmente na capital e em Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes e Olinda. Do total de registros, também 44% deles aconteceram nos meses de maio e junho e 86% deles nos primeiros 6 meses do ano. Vale ressaltar que 49% de todos os desalojados entre 1991 e 2012 aconteceram durante um único evento, em junho de 2010.

Eventos naturais extremos, como enxurradas e estiagens, provocam anualmente a morte e o desalojamento de muitas pessoas no Estado, além de enormes danos e perdas materiais e econômicos, com impactos na habitação, especialmente, mas também na educação, saúde, infraestrutura, saneamento, agricultura e comércio, entre outros.

A Defesa Civil compreende o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou mitigar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

Essas ações compreendem a proteção contra os efeitos das contingências em situações de guerra, catástrofes decorrentes da ação da natureza e contra os efeitos adversos decorrentes de atividades ou ações da própria sociedade. Esses efeitos podem ser desabamentos, deslizamentos, enchentes, endemias e epidemias, explosões e incêndios, naufrágios, soterramentos e vendavais, entre outros, naturais ou causados pelo homem.

# Objetivo do Projeto

Minimizar os riscos d edesastres mediante a redução do grau de vulnerabilidade e incrementando a capacidade de resiliância

#### Alcance estratégico

Contribuir para a redução dos óbitos e de pessoas desabrigadas e desalojadas em decorrência de desastres naturais

### Resultados do projeto

Reduzir o número de óbitos em decorrência de desastres naturais

Reduzir o número de pessoas desabrigadas em decorrência de desastres naturais

Reduzir o número de pessoas desalojadas em decorrência de desastres naturais

Reduzir o tempo em que as vítimas de desastres naturais permanecem em situação temporária

Aumentar o percentual de municípios com instrumentos de gestão de riscos

#### Escopo do projeto

Estruturado em quatro eixos - Gestão integrada de riscos e respostas à desastres, Integração de políticas públicas relacionadas à proteção e defesa civil, Gestão do conhecimento em proteção e defesa civil, e Mobilização e promoção de uma cultura de proteção e defesa civil na busca de cidades resilientes, contempla a implementação de ações de **prevenção de desastres naturais** e **aperfeiçoar e agilizar o trabalho de atendimento às emergências**, consolidando uma rede de proteção civil com interiorização e em articulação direta com as Prefeituras e lideranças comunitárias, incluindo instalação de batalhões de Corpo de Bombeiros em mais 40 municípios do Estado (articulação com municípios através de um modelo de plano de defesa civil para utilização pelos municípios). Estruturação das atividades do Corpo de Bombeiros de forma integrada à CODECIPE, e expansão da atuação preventiva dos órgãos públicos e privados do sistema de defesa social, especialmente por meio da elaboração de protocolos de atuação em situações de emergência e gerenciamento de riscos.

Aprimoramento dos Centros Integrados de Operações da Defesa Social e implantar redes de monitoramento permanente e o aprimoramento dos meios de alerta e alarme à população, capacitar e qualificar regularmente agentes de proteção e defesa civil, voluntários profissionais da área de saúde e sociedade civil, o que pode incluir a promoção de cursos específicos nos municípios. Incluem-se também atividades de padronização das informações declaradas nos documentos de registros de desastres.

### Público alvo do projeto

Pessoas que residem em áreas de risco

# Localização territorial

Distribuição das ações nas áreas de risco mapeadas

# Metas do Projeto

Indicador	Ano de partida	2020
Número de óbitos decorrentes de desastres naturais	(*)	
Número de pessoas desabrigadas decorrentes de desastres naturais		

Numero de pessoas desabrigadas decorrentes de desastres naturais

Número de pessoas desalojadas decorrentes de desastres naturais

Reduzir o tempo em que as vítimas de desastres naturais permanecem em situação temporária

Aumentar o percentual de municípios com instrumentos de gestão de riscos

١	۷	le	ta	S	d	e	G	e	S	t	ã	o	

Indicador	Ano de partida	2020	
Criar 6 núcleos regionais da CODECIPE	0	6	
Criar planos de contingência regionais (um por núcleo)		0	6
Apoiar os municípios com capacitação para que consolidem unidades de defe	esa civil nos municípais	0	100%
Melhorar / ampliar a percepção de risco e a mudança de cultura da populaçã	Feito de forma esporádica e irregular em algumas escolas	100% das escolas	
Criar um centro integrado de monitoramento da defesa civil (SAMU, bombei	0	1	
Aumentar o número de agentes de defesa civil (30 agentes atuais e 20 engen	50	100	
Profissionalização dos agentes de defesa civil (criação de uma carreira de defe	0	100%	
Mapeamento de riscos	103	Feito em alguma áreas do Estado	100% das áreas



### Nome do Projeto MELHORIA DO SISTEMA SÓCIOEDUCATIVO

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria da Criança e da Juventude Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

#### Justificativa

Em Pernambuco, 27% da população entre 15 a 24 anos não trabalha nem estuda (2010), o que coloca esta parcela em constante vulnerabilidade social, especialmente no que diz respeito ao uso e tráfico de drogas e ao cometimento de outros atos infracionais e crimes. Por outro lado, em 2001, foram registrados 79,2 homicídios em cem mil jovens em Pernambuco. Principalmente na faixa 15 a 18 anos, na qual se define grande parte das oportunidades e das alternativas da vida adulta. A quebra desta perigosa ociosidade dos jovens depende dos avanços das políticas setoriais, notadamente a educação, (ensino fundamental final e no ensino médio), a capacitação para o trabalho e as oportunidades de emprego da economia. Considerando os adolescentes e jovens que, de alguma forma já estão envolvidos com atividades ilegais, é necessária uma atuação eficaz para sua ressocialização, através de atividades socioeducativas. O governo do estado, por meio da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE, executa as medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, no intuito de promover a ressocialização e preparação dos adolescentes /jovens para o retorno à sociedade. Em julho de 2014, a FUNASE possuía 1.596 socioeducandos nas unidades distribuídas pelo estado, a maioria delas em desacordo com as especificações normativas vigentes e sobre-povoadas, comprometendo a eficácia do trabalho socioeducativo. Hoje existem 1.010 vagas, o que indica um déficit real de 586 vagas. Nos últimos anos, houve um crescimento de 12% ao ano no número de jovens atendidos na FUNASE e com o aumento de delitos violentos. Até que se possa reverter a tendência histórica de crescimento do contingente de adolescentes e jovens autores de atos infracionais, pode-se prever que, além da adequação do número de vagas (visando o fim da superlotação nas unidades), será necessária a criação de novas vagas de internação, internação provisória e semiliberdade - enquanto os programas educacionais e de capacitação e os empregos não começam a produzir seus impactos. Ademais, o perfil etário e de atos infracionais cometidos pelos socioeducandos da FUNASE é bastante heterogêneo, o que requer uma triagem adequada para que haja sucesso no atendimento socioeducativo - o que não ocorre atualmente. Com a implementação de projetos de educação e dinamismo da economia, espera-se o aumento das oportunidades de escolarização e trabalho e, assim, a redução (em valores abolutos) do total de adolescentes e jovens em conflito com a lei. Contudo, nos primeiros cinco anos, ainda é esperado o crescimento do numero de adolescentes e jovens em conflito com a lei. Por outro lado, os dados têm mostrado que, historicamente, a elevação no rigor das medidas socioeducativas não melhora os índices de inclusão social dos esgressos do sistema socioeducativo. Assim, na perspectiva de contribuir para a redução da população da FUNASE, é importante fortalecer a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, cuja competência executiva é dos municípios. Ao estado cabe promover o fortalecimento da municipalização das medidas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida), por meio da assessoria técnica e suplementação financeira aos municípios com programas de atendimento (Lei n. 12.594/12, art.4º, VI). Atualmente existem 2.060 jovens em meio aberto grande parte deles sem a devida assistência socioeducativa dos municípios, sendo que a Secretaria da Criança e Juventude, mesmo não sendo a sua responsabilidade direta, acompanha 100 jovens em liberdade assistida.

#### Obietivos

Aumentar a qualidade e a eficácia do atendimento socioeducativo no estado, visando à ressoscialização dos adolescentes e jovens em conflito com a lei. Reduzir quantidade de jovens em risco envolvidos em atos em conflito com a lei

### Alcance estratégico

O projeto contribui para a redução dos homicídios em 100 mil jovens de 73,4 em 2015 para 57 em 2020 e para a redução do número de jovens que nem estudam e nem trabalham, de 27% hoje para 22% em 2020 de modo a reduzir de forma significativa os índices de criminalidade entre adolescentes e jovens (vitimas e autores). O projeto deve contribuir também para a integração produtiva de adolescentes e jovens na sociedade, através das escolas e do trabalho (ressocializados com oportunidades no sistema de educação e de alocação no mercado de trabalho).

### Resultados do projeto

Reduzir a reincidência de atos de jovens em conflito com a lei

Diminuir o número de óbitos nas unidades da FUNASE

# Escopo do projeto

Construção de novas unidades da FUNASE, com ampliação das vagas, recuperação e requalificação das existentes, com melhoria da qualidade das instalaçõesadequadas às norma vigentes (SINASE), aprimoramento dos métodos didáticos socioeducativos, capacitação de pessoal e garantia do respeito aos direitos humanos dos adolescentes e jovens, ampliação e aprimoramento do atendimento aos egressos da FUNASE, e reforço na implementação da gestão por resultados nas unidades da FUNASE, e Criação\_de Escola Estadual de Sócio-educação

# Público alvo do projeto

Adolescentes e jovens de 12 a 18 anos, excepcionalmente até 21 anos, em condições de vulnerabilidade e autores de atos infracionais.

# Localização territorial

Concentração das ações no território (incluindo unidades da FUNASE), de acordo com a procedência dos adolescentes atendidos historicamente pela FUNASE: Região Metropolitana-65%; Agreste Central-11%/Mata Norte-6%;Mata Sul-3%; Outras regiões-9%; Outros estados-1%., a densidade populacional na faixa etária dos beneficiários, e com alta incidência de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social - não estudam nem trabalham. Maiores indices de nem-nem estão na Mata Sul (32,1%), Mata Norte (32,1%) e Sertão central (31%) mas em números absolutos a RMR tem 170,7 mil, a Mata Sul tem 48,4 mil, o Agreste Central tem 47,8 mil e a Mata Norte tem 34,9 mil jovens que não trabalham nem estudam (atualmente a FUNASE tem unidades no Recife, em Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes, na RMR, Timbaúba, Caruaru, Garanhuns, Arcoverde, e Petrolina.

Metas do Projeto		
Indicador	Ano de partida	2020
Reduzir a reincidência de atos infracionais de jovens (%)	46	30
Eliminar o número de óbitos nas unidades da FUNASE	4	0
Metas de gestão		
Indicador	Partida	2020
Número de vagas	1.010	2.070
Unidades recuperadas	3	9
Planos operativos socioeducativos revisados e implementados	23	23
Equipes qualificadas	1.489	4.000
Municípios com atividades socioeducativas em meio aberto	24	54
Egressos das unidades da FUNASE com atenção e acompanhamento dos sistema socioeducativo (Projeto Novas Oportunidades)	100	200



Nome do Projeto EXPANSÃO E APRIMORAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO E DA RESSOCIALIZAÇÃO

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria Executiva de Ressocialização Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

#### FLEMENTOS ESTRATÉGICOS

#### Justificativa

Nos últimos anos, houve um aumento significativo no numero de presos no estado de Pernambuco, partindo de 15.777 no ano de 2006 para 29.842 em 2013 (estima-seque seja 31.851 mil neste ano), o que representa um acréscimo de 9,5% ao ano em sete anos. O Pacto pela Vida, implantado em Pernambuco em maio de 2007, além de ter aumentado a eficiência das polícias, vem com êxito, articulando com Poder Judiciário e Ministério Público melhorias no sistema de Justiça. Neste processo menos criminosos ficam impunes, mas, também, abre-se a necessidade de mais vagas nos sistema prisional. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos informa que, neste ano, são 32 mil reenducandos no sistema prisional, praticamente dobrando o número de 15.777 de 2006. Entretanto, o número de vagas no sistema prisional do estado creceu apenas 5% ao ano durante o mesmo período, caracterizando um aumento de 3.005 vagas. Em relação à população, o número de reeducandos passou de 99 por cem mil habitantes, em 1999, para 332, em 2013; assim, neste ano, Pernambuco tinha a sétima maior população carcerária em relação à população pernambucana. Atualmente, o sistema penitenciário de Pernambuco conta com apenas 10.978 vagas, provocando superlotação das unidades prisionais do Estado com um déficit de 21.180, em 2014 (em 2013 era 19.370 vagas). Além da super-lotação das unidades prisionais que, são munito ruins as condições de habitabilidade (promiscuidade, instalações, alimentação, higiente, etc.) comprometendo a qualidade de vida e os direitos humanos, criando tensão e violências e dificultando o trabalho de ressocialização. Agrega-se a este quadro a persistência de corrupção nas unidades prisionais com criminiosos reproduzindo tráfico de drogas e de armas e a violência entre os apenados.

#### Objetivo do Projeto

Promover a ressocialização dos reenducados do sistema prisional e garantir os direitos humanos através da melhoria das condições e da qualidade das instalaçõesara

### Alcance estratégico

Contribuir para a redução dos índices de criminalidade do Estado de 39,1 (2013) para 22 em cem mil habitantes, em 2020, e para a melhoria da qualidade de vida da população e dos reeducandos

### Resultados do projeto

Reduzir o número de crimes contra a vida dos reenducandos nas unidades prisionais do Estado

Reduzir índice de reincidência criminal dos egressos do sistema prisional (%)

Aumentar o percentual de ressocializados alocados em vagas no mercado de trabalho

Ampliar a educação dos reeducandos

Melhorar a saúde do reeducando nas Unidades do Sistema Prisional

#### Escopo do projeto

Construção de novos presídios e ampliação de outros de modo a aumentar o número de vagas e reduzir o déficit de vagas e a superpopulação carcerária, incluindo presídios de segurança máxima

Recuperação e requalificação dos atuais presídios com melhoria das instalações

Ampliação, recuperação e construção de salas de aula para permitir a melhoria do ensino e a atratividade dos reeducandos para os estudos (mobiliário, biblioteca, laboratório e equipamentos para ensino à distância

Ampliação das penas alternativas que modere o fluxo de apenados nas prisões (regime aberto e semi-aberto)

Aumento do contingente de agentes do sistema prisional e sua qualificação e formação em direitos humanos

Melhoria e ampliação das atividades de assistência médica para redução e e prevenção de doenças

Implantar sistema de monitoramento integrado das unidades prisionais

 $\textbf{Aprimoramento do sistema de inteligência e de monitoramento} \ dos \ presos em regime \ aberto, semi-aberto e \ liberto a de condicional de la condicional del la condicional del la condicional de la condicional del la condicional del$ 

Consolidação do sistema de gestão por resultados nos presídios

Realização de multirões periódicos articulados com o poder judiciário, para regularização do fluxo de presos e os sistemas, métodos e procedimentos de escolta, custódia e guarda das cadeias

### Público alvo do projeto

População carcerária do Estado

### Localização

Ações do projetos devem se distribuir no território de acordo com a população total, índice de criminalidade e a população carcerária com instalações de novas unidades prisionais (com destaque para a Região Metropolitana do Recife que concentra 65% dos presos do Estado)

Metas do Projeto		
Indicador	Ano de partida 2014	2020
Reduzir os crimes contra a vida (CVLI) dos reenducandos nas Unidades Prisionais do Estado (%)	15	0
Reduzir índice de reincidência criminal dos egressos do sistema prisional (%)	40	30
Reduzir em 40% o número de casos atuais de doenças infecto-contagiosas (número de casos)		
Reduzir em 40% o número de casos atuais de hanseníases (número de casos)	59	35
Reduzir em 40% o número de casos atuais de tuberculose (número de casos)	1.120	672
Deter a propagação do percentual da população com HIV (%)	3,3	3,3
Pequeno aumento dos casos de HIV registrados em termos absolutos	1.075	1.109
Aumentar o percentual de reeducandos que ocupam vagas no mercado de trabalho (%) (*)	3,5%	6%
Aumentar o número reeducandos que trabalham nas Unidades Prisionais (concessão ou empresa conveniadas)	2.189	3039
Aumentar o percentual de reeducandos que trabalham nas Unidades Prisionais	6,8%	10,8%
Aumentar o número de reeducandos que trabalham fora em regime semi-aberto	741	1400
Aumentar o percentual de reeducandos que trabalham fora em regime semi-aberto	2,3%	3,4%
Aumentar o percentual de reeducandos que estudam nas Unidades Prisionais (%)	26%	35%
Metas de Gestão		
Indicador	Ano de partida	2020
Recuperar e requalificar presídios	5 (**)	29
Aumentar vagas (***)	10.978	28.178
Implantar sistema de monitoramento integrado das unidades prisionais (percentual implantado)	0	100
Ampliar número de reeducandos monitorados (medida cautelar e regime aberto)	304	908
Ampliar o percentual de reeducandos monitorados (medida cautelar e regime aberto)	0,9	2,2
Aumentar o percentual de presos provisórios liberados com monitoramento (***)	10	30
Aumentar o número de presos provisórios liberados com monitoramento	3.216	12.443
Reduzir déficit de vagas (***)	21.180	449
Reduzir número de preso por vaga nos presídios	2,9	1,0
Reduzir número de presos por agente	22	12
Aumentar número de agentes	1.462	2.104
Recuperar e ampliar salas de aula nos presídios	106	189
Aumentar as capacitações para o servidor penitenciário (turmas com 25 alunos e carga horária de 580 horas)	5	50
Aumentar o número de unidades de saúde com qualidade nos presídios	16	29
$Aumentaro\ atendimento\ a saúde\ nas Unidades\ Prisionais\ do\ Estado\ (M\'edico,\ Odontol\'ogico,\ Enfermagem,\ Psicol\'ogico,\ Assistente$	21	23
Social e Preservativo) - equipes básicas	21	25
(*) Dado a ser confirmado (tanto no ano de partida quanto na meta para 2020) 105		
(**) A N I:f: N I : (1: ( ) 1 0045		

(\*\*) A recuperação e requalificação de cinco presídios é uma meta para 2015

(\*\*\*) Existe uma reflexão ainda não conclusiva em torno da alternativa "criação de vagas" versus "redução da demanda", ou seja, redução do número de prisioneiros provisórios encarcerados.

# ÁREA DE RESULTADO "MOBILIDADE"

A área de resultado "Mobilidade" se desdobra em três projetos complementares que convergem para a melhoria da mobilidade nas médias e grandes cidades, principalmente na Região Metropolitana do Recife. São os seguintes, os projetos de Mobilidade:





## Nome do Projeto RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E METROPOLITANO

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria das cidades Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

#### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

A mobilidade nas grandes cidades de Pernambuco, principalmente na Região Metropolitana do Recife está entre as piores do Brasil, com elevado tempo de deslocamento casa-trabalho (38 minutos em 2012) e deficientes sistemas de transporte público de massa. A baixa mobilidade das cidades gera grande perda de tempo e degrada a qualidade de vida para a população, além de reduzir a competitividade da economia pelo maior custo e tempo de deslocamento de mercadorias e pessoas. Na Região Metropolitana do Recife as pessoas gastam em média 38 minutos para se deslocar de casa para o trabalho, acima da Região Metropolitana de Porto Alegre com média de 30 minutos (melhor desempenho das metrópoles brasileiras). A desorganização urbana, especialmente com acelerado crescimento de motos, tem como consquência 958 óbitos com acidente com moto foi de 958 em (2011) o que representa 10,8 em cem mil habitantes (de um total de óbitos por acidente de trânsito de 22,2 em cem mil).

De 2010 a 2013 a frota de veículos de Pernambuco cresceu 9,6% ao ano sendo que a de automóveis cresceu cerca de 7% ao ano e a de ônibus 8,6% ao ano, acima do crescimento dos automóveis. Em 2013, Pernambuco contava com 32,7 automóveis para cada ônibus, bem abaixo de São Paulo com 61,9 automóveis para cada ônibus, lembrando que neste Estado o metro é um meio importante de transporte. O crescimento mais espetacular ocorreu com as motocicletas com aumento de 16,4% ano provocando o verdadeiro desastre humano de mortes e feridos nos trânsitos. A frota total de Pernambuco equivalia (2013) a cerca de 260 veículos por mil habitantes; automóveis por habitantes alcançou 118, motocicletas 99 e ônibus apenas 4 para cada mil habitantes. Como comparação, São Paulo tinha (no mesmo ano) 563 veículos por mil habitantes sendo que a+A19utomóveis eram 358 por mil habitantes, mais de três vezes o indicador de Pernambuco. O crescimento da frota de automóveis e motos não foi acompanhado de uma planejamento da cidade que evitasse o enorme adensamento de veículos e, como consequência, os estrangulamentos e o longo tempo de deslocamento das pessoas e das mercadorias, compromentendo a qualidade de vida e a competitividade das cidades de Pernambuco.

#### Objetivo do Projeto

Reorganizar o espaço urbano metropolitano de modo a melhorar as condições de mobilidade das pessoas e mercadorias, de modo a reduzir o tempo médio de deslocamento nas cidades.

#### Alcance estratégico

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida na metrópole e nas grandes e médias cidades de Pernambuco com melhoria das condições de mobilidade (redução do tempo médio de deslocamento das pessoas residência-trabalho de 38 minutos (2012 na RMR) para 32,2 minutos em 2020

#### Resultados do Projeto

Aumento do percentual da movimentação a pé dos cidadãos

Redução do tempo de viagem entre residência e trabalho (proximidade)

Ampliação da eficiência na logística do transporte de mercadorias.

#### Escopo do projeto

Revisar, atualizar e institucionalizar o PDTU

Revisar e atualizar os planos diretores de desenvolvimento para a Região Metropolitana de Recife e para as cidades polos (Caruaru, Salgueiro, Petrolina e Goiana)

Revisar a legislação urbanística e ambiental dos municípios de modo a priorizar a utilização dos espaços coletivos e os usos múltiplos (lei Orgânica, Plano Diretos, LUOS, etc)

Fortalecer o sistema de controle urbano das cidades

Revisar o marco regulatório do Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP

Elaborar os planos de mobilidade para a Região Metropolitana do Recife e para as cidades polos (Caruaru, Salgueiro, Petrolina e Goiana)

Fortalecer os órgãos metropolitanos de planejamento

#### Público alvo do projeto

População das cidades médias e grandes

#### Localização territorial

Cidades médias e grandes com destaque para a RMR que tem a maior densidade de transporte e a pi	or mobilidade com tempo elevado de desloca	mento das pessoas
Metas do Projeto		
Indicador	Partida	2020
Atualizar e elaborar os instrumentos de planejamento urbano e do marco regulatório do STPP:		
1. Revisar, atualizar e institucionalizar o PDTU	1.PDTU Desatualizado (2008) e sem institucionalização	1. Revisado, instituído e implantado
2. Revisar e atualizar os planos diretores de desenvolvimento para a Região Metropolitana de Recife e para as cidades polos (Caruaru, Salgueiro, Petrolina e Goiana)	2. Planos desatualizados e com baixa articulação entre os municípios	2.PDD´s em processo de revisão e integração
3. Revisar a legislação urbanística e ambiental dos municípios de modo a priorizar a utilização dos espaços coletivos e os usos múltiplos (lei Orgânica, Plano Diretos, LUOS, etc)	3. Legislação desatualizada e com baixa articulação entre os municípios	3.Legislação em processo de revisão e integração
4. Fortalecer o sistema de controle urbano das cidades	4. Sistema frágil e com baixa articulação entre os municípios	4.Sistema reestruturado, fortalecido e em processo de integração / articulação
5. Revisar o marco regulatório do Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP	5. Marco em atualização, com 2 lotes licitados e 5 em processo de contratação	5.Marco atualizado
6. Elaborar os planos de mobilidade para a Região Metropolitana do Recife e para as cidades polos (Caruaru, Salgueiro, Petrolina e Goiana)	6. Planos de mobilidade não elaborados	6. Planos de mobilidade elaborados e em processo de implantação
7. Fortalecer os órgãos metropolitanos de planejamento	7. Órgãos metropolitanos de planejamento pouco fortalecidos e com baixa integração entre os municípios	7. Órgãos metropolitanos de planejamento fortalecidos e com integração entre os municípios
Ampliar a movimentação de pessoas a pé - %	22,5 % (1997)	26%
Ampliar a velocidade média do STPP reduzindo o tempo médio de viagem	15 Km/h	25 Km/h
Metas de Gestão		
Indicador	Partida	
Revisar, atualizar e institucionalizar o PDTU	PDTU Desatualizado (2008) e sem institucionalização	
Revisar e atualizar os planos diretores de desenvolvimento para a Região Metropolitana de Recifee para as cidades polos (Caruaru, Salgueiro, Petrolina e Goiana)	Planos desatualizados e com baixa articulação entre os municípios	
Revisar a legislação urbanística e ambiental dos municípios de modo a priorizar a utilização dos espaços coletivos e os usos múltiplos (lei Orgânica, Plano Diretos, LUOS, etc)	Legislação desatualizada e com baixa articulação entre os municípios	
Fortalecer o sistema de controle urbano das cidades	Sistema frágil e com baixa articulação entre os municípios	
Revisar o marco regulatório do Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP	Marco em atualização, com 2 lotes licitados e 5 em processo de contratação	
Elaborar os planos de mobilidade para a Região Metropolitana do Recife e para as cidades polos (Caruaru, Salgueiro, Petrolina e Goiana)	Planos de mobilidade não elaborados	
107	Órgãos metropolitanos de planejamento	

Estudos concluído e modelo selecionado em

implantação



## Nome do Projeto REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE DAS CIDADES

Principal Instituição responsável pela execução Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

#### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

A mobilidade nas grandes cidades de Pernambuco, principalmente na Região Metropolitana do Recife está entre as piores do Brasil, com elevado tempo de deslocamento casa-trabalho e deficientes sistemas de transporte público de massa. A baixa mobilidade das cidades gera grande perda de tempo e degrada a qualidade de vida para a população, além de reduzir a competitividade da economia pelo maior custo e tempo de deslocamento de mercadorias e pessoas. Na Região Metropolitana do Recife as pessoas gastam em média 38 minutos para se deslocar de casa para o trabalho, acima da Região Metropolitana de Porto Alegre com média de 30 minutos (melhor desempenho das metrópoles brasileiras).

De 2010 a 2013 a frota de veículos de Pernambuco cresceu 9,6% ao ano sendo que a de automóveis cresceu cerca de 7% ao ano e a de ônibus 8,6% ao ano, acima do crescimento dos automóveis. Em 2013, Pernambuco contava com 32,7 automóveis para cada ônibus, bem abaixo de São Paulo com 61,9 automóveis para cada ônibus, lembrando que neste Estado o metro é um meio importante de transporte. O crescimento mais espetacular ocorreu com as motocicletas com aumento de 16,4% ano provocando o verdadeiro desastre humano de mortes e feridos nos trânsitos. A frota total de Pernambuco equivalia (2013) a cerca de 260 veículos por mil habitantes; automóveis por habitantes alcançou 118, motocicletas 99 e ônibus apenas 4 para cada mil habitantes. Como comparação, São Paulo tinha (no mesmo ano) 563 veículos por mil habitantes sendo que automóveis eram 358 por mil habitantes, mais de três vezes o indicador de Pernambuco. O Mapã da violência de 2013 - Acidentes de Trânsito e Motocicletas mostra que, em 2011, morreram 1.969 pessoas em Pernambuco no trânsito, crescimento de 47,4% de 2001, que representa 22,2 mortes em cem mil habitantes. Ed acordo com PDTU de 2008, o fluxo de transporte tinha 71,4% em veículos coletivos (277 mil passageiros em total de 387,8 mil) - previam para 2020 o mesmo percentual mas com aumento dos passageiros no transporte coletivo para cercad d

#### Objetivo do Projeto

Promover a expansão e a modernização do sistema estrutural de transporte público de alta capacidade e qualidade de modo a ampliar, diversificar e melhorar a qualidade do sistema de transporte coletivo das cidades.

#### Alcance estratégico

Contribuir para a melhoria da mobilidade nas cidades com redução do tempo médio de deslocamento das pessoas residência-trablaho, melhorando a qualidade de vida da população, e contribuindo para o aumento da competitividade das cidades do Estado

#### Resultados do Projeto

Ampliação do percentual de passageiros que utilizam transporte público

Redução da média de passageiros por veículo coletivo

Redução do tempo médio de espera do transporte coletivo

Ampliação do grau de satisfação do usuário do STPP

## Descrição preliminar do escopo / Declaração inicial de escopo

Modernização e expansão do Sistema Estrutural Integrado - SEI, com a implantação, ampliação e melhoria de sistemas de transporte público de passageiros de alta capacidade, contemplando a construção e implantação de:

VLTs-Veículos Leves sobre Trilho (Av.Norte)

Corredores de BRT

Corredores de BRS

Ampliação do metrô e suas conexões com outros modais

Implantação do Projeto de Navegabilidade dos Rios Capibaribe e foz do Beberibe

Implantação das II e III Perimetrais (RMR)

Construção de Estações de compartilhamento de modais

Melhoria da qualidade da infraestrutura dos sistemas (terminais, paradas, estações etc)

Implantação do Arco Metropolitano

Implantação do Plano Diretor Cicloviário da Região Metropolitana do Recife

Implantação das Vias Metropolitanas Norte e Sul

Conferir concessão da gestão da BR 101 e da BR 232

(\*) Sujeito a complementação com base em informação da CBTU

Concessão da BR 101 e da BR 232

# Público alvo do projeto

População das cidades médias e grandes que se desloca diariamente de casa para o trabalho

População das cidades médias e grandes que se desloca diariamente de casa para o trabalho		
Localização territorial		
Concentração nas cidades médias e grande, especialmente nos municípios da RMR-Região Metr	opolitana do Recife onde se registra a maior der	nanda por transporte e menor mobilidade
Metas do Projeto	<u> </u>	
Indicador	Partida	2020
Ampliar o número de passageiros que utilizam transporte público (% do total de pessoas)	25%	38%
Ampliar a velocidade média do STPP reduzindo o tempo médio de viagem	15Km/h	25 Km/h
Aumentar o grau de satisfação do usuário de transporte público	Inexistente	Grau de satisfação bom (mínimo aceitável)
Ampliar e diversificar os novos modos de transporte na RMR	Parcialmente diversificado (metrô + VLT(Cabo) + BICICLETA + ônibus)	Ampliação da matriz modal (metrô + ônibus + bicicleta + aquaviário + VLT)
Metas de Gestão	· ,	· · · · · ·
Indicador	Partida	2020
Implantar VLTs-Veículos Leves sobre Trilho (Av. Norte)	<ol> <li>Proposição preliminar apresentada ao Mcidades (VLT-Av. Norte)</li> </ol>	1. Projeto básico finalizado (VLT-Av. Norte)
Implantar corredores de BRT (complementação dos corredores N/S , L/O e Ramal da Copa; implantação corredores Agamenon Magalhães, BR-101; elaboração de estudos e projetos para implantação dos corredores: Domingos Ferreira/Barra de Jangada, Varadouro /PE 01).	2. Corredores N/S, L/O e Ramal da Copa parcialmente implantados; implantação do corredor Agamenon Magalhães a iniciar em 2015; implantação do corredor BR-101 a iniciar em 2015; a definir a contratação para elaboração de estudos e projetos para implantação dos corredores: Domingos Ferreira/Barra de Jangada, Varadouro /PE01	2. Corredores N/S, L/O e Ramal da Copa totalmente implantados; corredor Agamenon Magalhães parcialmente implantado; corredor BR-101 parcialmente implantado; a definir a estudos e projetos para implantação dos corredores: Domingos Ferreira/Barra de Jangada, Varadouro/PE01 contratados.
Implantar corredores de BRS (Avenidas Abdias de Carvalho, Imbiribeira e Beberibe)	<ol><li>Corredores parcialmente implantados</li></ol>	<ol> <li>Corredores totalmente implantados</li> </ol>
Ampliar o metrô e suas conexões com outros modais (*)		
Implantar Projeto de Navegabilidade dos Rios Capibaribe e foz do Beberibe	<ol> <li>Dragagem do Corredor Oeste parcialmente executada</li> </ol>	5. Projeto de Navegabilidade implantado e em operação
Implantar as II e III Perimetrais (RMR)	<ol><li>Parcialmente implantadas / a elaborar projetos complementares</li></ol>	6. Parcialmente implantadas com trechos complementares em execução
Construir Estações de compartilhamento de modais	7. Parcialmente implantados e em operação	7. Totalmente implantados e em operação
Melhorar a qualidade da infraestrutura dos sistemas (terminais, paradas, estações etc)	8. Parcialmente precária	8. Infraestrutura que atenda a necessidade dos usuários
Implantar o Arco Metropolitano	Anteprojeto elaborado e RDC Integrado (Regime Diferenciado de Contratação) a ser contratado pelo DNIT	RDC Integrado contratado e em implantação
Implantar sistema cicloviário da Região Metropolitana do Recife	Projetos em elaboração e cerca de 1% das ações em implantação	60% das ações previstas implantadas
Implantar Vias Metropolitanas::		
1.Norte (Fragoso)	1.Obras em execução	1. Obras totalmente concluídas
2.Sul (Lagoa Olho D´água)	2.Obras a contratar	2. Parcialmente Implantada (20%)

108

A definir a contratação de estudos



## Nome do Projeto MELHORIA DA GESTÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DAS CIDADES

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Infraestrutura Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

## Justificativa

O deslocamento de pessoas, especialmente entre a residência e o trabalho, é uma fonte de preocupação da população e um dos indicativos de qualidade de vida. A Região Metropolitana do Recife sofre com um dos piores índices de mobilidade, mas várias cidades do interior do Estado já demonstram que a situação poderá piorar, caso não se tomem medidas apropriadas em prol de uma melhor mobilidade.

Várias dessas ações passam por investimento em infraestrutura de transportes. Porém, muitas ações podem ser feitas no campo da gestão do sistema de transportes, o que resultará em ganhos de eficiência e eficácia, além de melhor qualidade nos serviços prestados à população, em um ambiente institucional e empresarial onde há interesses múltiplos e muitas vezes conflitantes. Em 2011, morreram em acidente de transito em Pernambuco 1.969 pessoas, que representa 22,2 mortos em cem mil habitantes (pouco abaixo da média do Brasil e do Nordeste, ambos com 22,5). Em todo caso, houve um crescimento de 16,7 em cem mil, em 2001, para os 22,2 de 2011

## Objetivo do Projeto

Melhorar a gestão do sistema de transporte e de trânsito nas cidades para aumento da eficiência e do conforto da circulação de pessoas e mercadorias.

## Alcance estratégico

Contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades pernambucanas com redução do tempo gasto nos deslocamentos residência-trabalho (de 38 minutos em 2013, para 30 minutos em 2020)

#### Resultados do Projeto

Reduzir o número de mortes e acidentes no trânsito

Ampliar áreas exclusivas para pedestre nas cidades

Aumentar o conforto dos passageiros no STPP (média de passageiros por veículo)

#### Escopo do projeto

Fortalecimento das instituições e órgãos de planejamento e gestão de transporte e trânsito nas cidades

Implementação de modelos eficientes de engenharia de tráfego que privilegiem o transporte coletivo de massa, a reorganização do tráfego de veículos e o ordenamento do trânsito

Estímulo à utilização de sistemas inteligentes na organização da cidade (smartcity) com gestão avançada da informática para reestruturação e controle do transporte e do trânsito

Fortalecimento do órgão metropolitano de gestão de transporte público de passageiros (integrar os municípios restantes)

Fortalecimento da EPTI para gerir o transporte entre os municípios do estado de forma integrada

## Beneficiários

Usuários atuais e futuros do sistema de transporte coletivo na Região Metropolitana de Recife e nas cidades médias do Estado.

# Localização territorial

Região Metropolitana do Recife e cidades médias do Estado

М	etas	do	Pro	ieto
---	------	----	-----	------

Indicador

Reduzir média de passageiros por veículo (conforto) – nº	7 a 8 passageiros/m2	6 passageiros/m2
Ampliar a velocidade média do STPP reduzindo o tempo médio de viagem	15Km/h	25 Km/h
Reduzir o número de mortes no trânsito – nº ou por cem mil habitantes	22,2 (2011)	21,5
Metas de Gestão		
Indicador	Partida	2020
Fortalecer as instituições e órgãos de planejamento e gestão de transporte e trânsito nas cidades	Baixa capacidadede planejamento integrado	Núcleo de integração intermodal implantado
Implementar modelos eficientes de engenharia de tráfego que privilegiem o transporte coletivo de massa, a reorganização do tráfego de veículos e o ordenamento do trânsito	Baixa integração entre os municípios	Núcleo de integração intermodal implantado
Estimular a utilização de sistemas inteligentes na organização da cidade (smartcity) com gestão avançada da informática para reestruturação e controle do transporte e do trânsito	Baixa utilização de inteligência	Utilização ampliada da inteligência
Fortalecer o órgão metropolitano de gestão de transporte, incorporando as funções relacionadas ao tráfego metropolitano (integrar os municípios restantes)	Investimentos insuficientes frente a demanda de atuação	O órgão metropolitano (CTM) fortalecido e ampliado
Fortalecer a EPTI para gerir o transporte entre os municípios do estado þ <b>4.09</b> rma integrada	Estrutura frágil e atuação tímida	EPTI fortalecida para gerir o transporte entre os municípios do estado de

Ano de partida

2020

forma integrada

# ÁREA DE RESULTADO "HABITAÇÃO, SANEAMENTO E URBANISMO"

A área de resultado "Habitação, saneamento e urbanismo" se organiza e operacionaliza através de desdobra em cinco projetos:



# Nome do Projeto AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Infraestrutura Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

A qualidade de vida de parte relevante da população pernambucana tem sido afetada pela falta de drenagem e pela deficiência no saneamento básico. Em 2010, apenas 18% dos domicílios do Estado contavam com saneamento adequado (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, simultaneamente).

A implantação do projeto da PPP-Parceira Público Privada do saneamento em Pernambuco, já em fase de execução, deve elevar para **90**% o percentual de saneamento adequado na Região Metropolitana do Recife, e, no conjunto do Estado, até 2035 deve ser alcançado um percentual de **82**% de domicílios com saneamento adequado, além da garantia de abastecimento regular de água em todos os municípios.

Além disso, é fundamental melhorar a estrutura de drenagem das cidades, a água com má qualidade é responsável por 80% das doenças que atingem as pessoas em países em desenvolvimento.

# Alcance Estratégico do Projeto

O projeto contribuirá para ampliar o percentual de domicílios com esgotamento sanitário em Pernambuco.

## Objetivo do Projeto

Ampliar a cobertura de esgotamento sanitário

## Resultados do projeto

Ampliação do número de domicílios com esgotamento sanitário adequado

Redução da incidência de doenças relacionadas ao contato com águas contaminadas

## Escopo do projeto

Implantação de redes coletoras, estações de tratamento de esgoto e conexão de habitações à rede pública, através do Programa "Cidade Saneada" na RMR e do Programa de Obras para o interior, vinculados às metas de universalização deste serviço.

## Público alvo do projeto

População residente em áreas com esgotamento sanitário inadequado ou sem esgotamento sanitário

# Localização territorial

Distribuição no território com destaque para as cidades com alta deficiência em saneamento.

## Metas de Resultado

Indicador	Partida	2020
% de domicílios com esgotamento sanitário adequado	20	42
Índice de tratamento de esgoto (%)	85	98

## **Metas Gerenciais**

Indicador	Partida	2020
Rede Coleta de Esgoto (km)	3.826	9.565

1.074

2.974

# Nome do Projeto AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO REGULAR DE ÁGUA NOS DOMICÍLIOS DO ESTADO

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Infraestrutura/COMPESA Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

A qualidade de vida de parte relevante da população de Pernambuco tem sido afetada pela deficiência no saneamento básico e nas condições de moradia. Em 2010, apenas 18% dos domicílios pernambucanos contavam com saneamento adequado (que têm abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, simultaneamente), bem abaixo da média brasileira de 61,8% dos domicílios e bem inferior à situação de São Paulo (melhor Estado do Brasil) com 89,3% dos domicílios com saneamento adequado.

Outro número que representa uma significativa oportunidade de melhoria são as perdas de água na transmissão. Dados de 2010 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades mostram que o Recife perde 64,3% da água tratada distribuída aos domicílios devido a falhas na rede de abastecimento.

Além disso, dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008 mostram quem Pernambuco é o estado com maior número de municípios que enfrentam situações de racionamento (77,3%) contra 48,9% no Ceará (2º pior) e 23,4% na média nacional. Dados do IBGE elaborados pelo Banco de Dados do Estado de Pernambuco (BDE-PE) referentes a 2012 apontam que 81,5% dos domicílios pernambucanos estão conectados à rede geral de abastecimento de água.

## Alcance Estratégico do Projeto

O projeto contribui para o aumento da expectativa de vida e a melhoria das condições de habitabilidade da população e para elevar o % de municípios com saneamento adequado em 2020

## Objetivo do Projeto

Ampliar o acesso regular dos pernambucanos à agua em condições próprias para uso

## Resultados do projeto

Ampliação do número de domicílios com abastecimento regular de água

Redução do desperdício de água tratada na distribuição

## Escopo do projeto

Ampliação dos **sistemas de tratamento, reservação e distribuição de água** para consumo humano nas cidades, recuperar as redes e tubulações antigas de distribuição de água (melhoria da eficiência e redução do desperdício), investir na **inspeção e regularização de redes clandestinas** para melhorar eficiência e reduzir o desperdício do sistema, incluindo sistemas de telemetria para monitoramento mais eficiente do nível de perdas, e realização de **campanhas de estímulo ao uso consciente da água**.

# Público alvo do projeto

População pernambucana sem abastecimento de água ou com abastecimento irregular em domicílio

# Localização territorial

Pontos telemedidos

Distribuição em todo o território com concentração nas cidades e municípios com maior escala e deficiência na oferta de água.

Partida	2020
84,67 (2012)	92
42 (2008)	85
69,4 (2012)	95
478,33 (2012)	410
Partida	2020
553.608.683	620.000.000
16.560	18.000
89	98
	84,67 (2012) 42 (2008) 69,4 (2012) 478,33 (2012) Partida 553.608.683 16.560

# Nome do Projeto MELHORIA DA ORGANIZAÇÃO E DA QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO DAS GRANDES E MÉDIAS CIDADES

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria das Cidades Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

## Justificativa

O Estado de Pernambuco tem crescido nos últimos anos a taxas acima da Região Nordeste e do Brasil em virtude dos investimentos realizados principalmente na implantação dos projetos estruturadores. Tal crescimento tem repercutido fortemente no crescimento das cidades pernambucanas, especialmente as cidades pólos das regiões de desenvolvimento e a Metrópole.

O ritmo de crescimento acelerado nas área urbanas das cidades pernambucanas tem pressionado fortemente a infraestrutura urbana e agravado a questão do bem estar das cidades, em especial das grandes e médias. Como exemplo, de acordo com o Censo 2010, em uma década o bairro de Boa Viagem no Recife ganhou 22.534 novos moradores (equivalente a população de municípios como Amaji e Tamandaré na Mata Sul), passando de 100.388, em 2000, para 122.922, em 2010. O bairro do Rosarinho, na Zona Norte da capital, cresceu numa proporção ainda maior, 56%, passando de 2.606 para 4.077. Este fenômeno do crescimento populacional é estimulado pelo maior dinamismo econômico e produz como efeito uma maior pressão na infraestrutura, organização e conservação dos espaços públicos e qualidade dos serviços.

## Alcance Estratégico do Projeto

O Projeto visa a reestruturar e requalificar o espaço urbano e metropolitano, com ações de reorganização, fortalecimento do controle urbano, ampliação da eficiência dos equipamentos urbanos e da infraestrutura básica.

## Objetivo do Projeto

Melhorar a organização e a qualidade do espaço urbano das grandes e médias cidades de Pernambuco.

## Resultados do projeto

Aumento da extensão de calçadas adequadas (km lineares)

Aumento da área verde pública por habitante

Aumento da extensão da fiação subterrânea das cidades

Aumento da extensão de calçadas acessíveis às pessoas com necessidades específicas.

Ampliação das áreas com iluminação pública adequada.

#### Escopo do projeto

Recuperar e melhorar os espaços públicos, incluindo as vias de movimentação de pessoas, em especial a recuperação e construção das calçadas e passeios públicos, investir na iluminação pública das cidades grandes e médias, e promover a implantação subterrânea das diversas fiações nas cidades, construir a ampliar as áreas de parques, praças e jardins das cidades que melhorem o ambiente de convivência social e entretenimento da população, atrelada à recuperação e ampliação da vegetação e áreas verdes, com investimento em arborização, contribuirá para tornar as cidades mais aprazíveis e, consequentemente, incentivará a ocupação dos espaços pela população, apoiar municípios para elaboração de projetos de longo prazo, macrozoneamento orientador dos padrões de uso e construção de habitações, áreas livres de uso público, de preservação histórica e ambiental, entre outros, e elaborar o Plano Urbanístico Metropolitano.

## Público alvo do projeto

População Urbana

# Localização territorial

Ação regionalizada - todas as regiões do Estado - com ênfase sobre as cidades de porte médio (com população entre 100 mil e 500 mil habitantes) e a Metrópole (Região Metropolitana do Recife)

Metas de resultado		
Indicador	Partida - 2014	2020
Quantidade de Pólos de Academias implantados e em operação	132 (acumulado)	185 (universalização)
Quantidade de espaços e equipamentos públicos urbanos requalificados	40 (espaços ou equipamentos requalificados ou em execução)	148 (80% dos municípios com espaços e equipamentos públicos urbanos requalificados)
Quantidade de centros urbanos requalificados com acessibilidade	-	23 centros urbanos requalificados com acessibilidade (municípios com mais de 50 mil hab)

# Nome do Projeto PROMOÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NAS CIDADES

Principal Instituição responsável pela execução SECID/CEHAB Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

O acelerado processo de urbanização, aliado ao desenvolvimento desordenado das cidades, estabelece um cenário marcado por múltiplas e diversas irregularidades na configuração do espaço urbano, com forte impacto nos aspectos socioambientais. A decisão por uma iniciativa de regularização fundiária de assentamentos urbanos em geral ocupados pela camada mais vulnerável da população apresenta-se como prioritário para o desenvolvimento de uma política urbana alinhada ao Estatuto da Cidade (art. 20., inciso XIV) que lhe atribui como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Pernambuco conta ainda com um número elevado da população residente em aglomerados subnormais: na RMR são 852 mil pessoas que equivalem a 23,2% da população total da metrópole, bem acima da região metropolitana de São Paulo (11%), e do Rio de Janeiro (14,4%), embora abaixo da metrópole de Salvador (26,2%).

Redefinir a estrutura fundiária das cidades com a regularização e legalização das áreas com assentamentos informais traz em seu bojo a sua urbanização com infraestrutura e acesso a serviços públicos de qualidade, estimulando a construção e melhoria habitacional para a população de baixa renda.

Sendo assim, o processo de regularização fundiária é de alta complexidade, pois deve enfrentar, não só irregularidades do título de domínio, mas todas as dimensões que qualificam a propriedade, considerados em especial os aspectos sociais, ambientais e urbanísticos. Contribuem para essa complexidade os diversos atores que estarão envolvidos, destacando-se Administrações Municipais, Câmaras de Vereadores, Cartórios de Registro de Imóveis, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, além de um indispensável e amplo processo de mobilização e conscientização comunitária.

## Alcance estratégico do Projeto

O Projeto deve contribuir para a redefinição da estrutura fundiária das cidades com regularização e legalização das áreas com assentamentos informais.

#### Objetivo do Projeto

Assegurar o direito da população à terra urbana, à moradia e aos serviços urbanos com regularização dos assentamentos ilegais e sua adequação ao modelo legal ou ideal de cidade sustentável, com apoio aos municípios para a desenvolver, agilizar e desburocratizar ações e processos de regularizações fundiárias de loteamentos e núcleos habitacionais em áreas urbanas ou de expansão urbana.

## Resultados do projeto

Áreas e moradias urbanas regularizadas.

Conscientização para o público alvo sobre cuidados e riscos associados à moradia (número de campanhas).

# Escopo do projeto

Promover a identificação, mapeamento, mobilização de agentes e comunidades para corrigir as distorções legais, urbanísticas e ambientais das áreas identificadas, regularizar parcelamentos do solo e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em áreas urbanas ou de expansão urbana, investir na oferta de serviços públicos de saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte e lazer nas áreas regularizadas, e apoiar as Prefeituras na negociação e pactuação das ações de estímulo à urbanização e regularização, formalização e legalização de assentamentos e áreas informais (e loteamentos irregulares).

## Público alvo do projeto

Moradores de núcleos habitacionais em situação de irregularidade nas áreas urbanas e de expansão urbana em municípios pernambucanos.

## Localização territorial

Núcleos habitacionais em áreas urbanas ou de expansão urbana em situação irregular

Metas de Resultado		
Indicador	Partida	2020
Número de domicílios atendidos com processo de regularização jurídico-fundiária	(*)	700.000
Número de comunidades beneficiadas com campanhas de conscientização	(*)	1.665
Metas de Gestão		
Indicador	Partida	2020
Número de agentes municipais capacitados para desenvolver iniciativas de capacitação	(*)	555
Número de municípios beneficiados com o programa	(*)	111

<sup>(\*)</sup> Dados a serem complementados

PROJETOS DE GRANDE CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE PERNAMBUCANA NA DIREÇÃO DA VISÃO DE FUTURO PERNAMBUCO 2035

## Nome do Projeto FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DAS CIDADES

Principal Instituição responsável pela execução SEPLAG/SECID Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

Vários dos grandes temas postos nas manifestações de Junho de 2013 dizem respeito à melhoria da qualidade de vida das pessoas. E a vida das pessoas, pelo menos em sua grande maioria, acontece nas cidades. Para responder a essas demandas, são necessários, entre outros, avanços na mobilidade (em 2013, o tempo médio na RMR-Região Metropolitana do Recife foi de 38 minutos, o quarto maior tempo das metrópoles brasileiras), no saneamento (em 2010, apenas 47,4% dos domicílios pernambucanos contavam com saneamento adequado, bem abaixo da média brasileira de 61,8% dos domicílios e bem inferior à situação de São Paulo, com 89,3% dos domicílios com saneamento adequado) e na qualidade das habitações, por exemplo (852 mil pessoas na RMR vivem em habitações subnormais, o que equivale a 23,2% da população total da metrópole, bem acima da Região Metropolitana de São Paulo, com 11%, e do Rio de Janeiro, com 14,4%). Apesar de algumas melhoras registradas na evolução do IFGF-Índice Firjan de Gestão Fiscal, ainda é patente a fragilidade das Prefeituras. De acordo com este índice, em 2011, Pernambuco ainda tinha 87 municípios (ou 46% do total) em nível crítico na gestão pública. Para reverter esse quadro, iniciativa essencial é dotar os municípios de instrumentos orientadores do desenvollvimento, com destaque para o Plano Diretor, que se caracteriza como ferramenta fundamental para nortear as políticas públicas municipais. No Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é citado da seguinte forma: "a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no Plano Diretor, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei" .

Para fazer acontecer mudanças que representem avanços significativos na melhoria da qualidade de vida nas cidades pernambucanas, é fundamental o fortalecimento das competências de planejamento e gestão, especialmente nos municípios metropolitanos e cidades médias do estado cujas condições embora apresentem maior dificuldade de mudança, têm forte potencial de repercussão no desenvolvimento do estado.

## Alcance estratégico do Projeto

Esse projeto visa contribuir para a melhoria da capacidade de planejamento e gestão das prefeituras – eficiência e transparência nas despesas e ampliação dos seus resultados, consolidando relações de cooperação e a sinergia com o governo estadual e com instituições privadas.

#### Objetivo do Projeto

Fortalecer o planejamento e a gestão das cidades, criando ferramentas e aumentando as capacidades institucionais de planejamento e gestão de cidades no Estado e nos Municípios.

#### Resultados do projeto

Redução dos municípios com nível crítico na gestão pública (IFGF)

Aumento do número de municípios participantes da Plataforma Cidades Sustentáveis

Aumento do número de municípios com entrega regular do Plano de Metas

## Escopo do projeto

Ampliação, qualificação e fortalecimento das instituições minicipais de planejamento e gestão urbana nos municípios da Região Metropolitana do Recife e Cidades-Polo das Regiões de Desenvolvimento (RD), considerando o contexto e as vocações das cidades e regiões.

Promoção, pelo governo do Estado, de fortalecimento do planejamento com adesão de todos os municípios à Plataforma Cidades Sustentáveis, com a provisão de suporte técnico para isto. Implantação de redes de monitoramento de riscos de eventos extremos do Estado e dos municípios e se investirá em ações para o desenvolvimento da resiliência das cidades. Implantação de um modelo de gestão e monitoramento das ações em saneamento e habitação com metas para os municípios.

## Público alvo do projeto

Gestores Municipais e Agentes de Planejamento do Estado

## Localização territorial

Todo o território de Pernambuco, com foco nas cidades-polo das RD e nos municípios metropolitanos

Metas de resultado		
Indicador	Partida	2020
Número de municípios que avançaram de patamar no IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal)	Desenvolvimento Moderado (25) Desenvolvimento regular (5)	Avanço de pelo menos 0,1 em cada município contemplado.
% dos Municípios contemplados em Situação de Dificuldade ou Crítica no IFGF	40%	0%
% dos municípios signatários da Plataforma das Cidades Sustentáveis	8	30 (100% dos municípios contemplados no Projeto)
Metas de gestão		
Indicador	Partida	2020
Gestores e Técnicos municipais participantes de Programa de Capacitação em Planejamento e Gestão Urbana	(*)	600 gestores e técnicos capacitados (20 participantes por município contemplado)
% de Municípios contemplados com Mecanismos de Gestão Participativa (pelo menos, Conselho Minicipal e Conselho de Representantes)	(*)	100% dos municípios foco
Municípios contemplados com Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano	(*)	100% dos municípios foco
Municípios contemplados com Plano Diretor de Mobilidade	(*)	100% dos municípios metropolitanos + 5 municipios
Municípios contemplados com Plano Diretor de Saneamento Básico	(*)	100% dos municípios foco que demandarem o PDSB

# ÁREA DE RESULTADO "SUSTENTABILIDADE"

A área de resultado "Sustentabilidade" conta com os seguintes projetos que convergem para a recuperação e a conservação ambiental de Pernambuco:





# Nome do Projeto PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS

Principal Instituição responsável pela execução CPRH/SEMAS Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

Pernambuco tem, do litoral ao interior, uma sucessão de paisagens intensamente diversificadas em relação a formas de uso e ocupação do espaço que não resguardam os princípios básicos do desenvolvimento sustentável, conduzindo a um processo de degradação ambiental. A degradação ocorre em particular no semiárido, que corresponde a, aproximadamente, 89% do território do Estado, incluindo a 122 municípios, cuja população, na sua maior parte, vive em áreas urbanas.

O desenvolvimento econômico não será sustentável se não forem enfrentados dois graves problemas - a escassez e poluição dos recursos hídricos e o desmatamento

Segundo a ANA o estado é, no âmbito nacional, o que apresenta a situação mais critica quanto à oferta de água e as fontes de poluição, pontuais ou difusas, são variadas, sejam por fatores da atividade agrícola (fertilizantes, pesticidas); geração de eletricidade (calor, biocidas); metalurgia (íons metálicos); química e eletrônica (disposição de resíduos, efluentes diversos, solventes); dinâmica urbana (efluentes domésticos, detergentes, esgoto, óleos); resíduos sólidos (lixívia, chorume, microorganismos); transporte (combustível, resíduos do trânsito); além de outros, incidentais .

A Mata Atlântica representa apenas 1% da cobertura florestal original no Estado e a Caatinga que é o ecossistema mais importante do ponto de vista do espaço que ocupa no Estado está ameaçado principalmente por projetos de irrigação, pecuária e extração de lenha. Em Pernambuco, a ocorrência de processos de desertificação já se verifica em cerca de 30% do seu território e um exemplo é o núcleo de desertificação de Cabrobó, com sinais extremos de degradação.

Paradoxalmente, as politicas ambientais do estado são amplas e atualizadas. Apesar dessa vantagem, a aplicação dessas políticas é precária e a lacuna da atuação mais efetiva do poder público tem contribuído para a gravidade do quadro.

# Alcance Estratégico do Projeto

O projeto contribuirá para a redução da carga orgânica e da poluição nos mananciais e ampliará as ações para reduzir o desmatamento da Mata Atlântica e da Caatinga.

## Objetivo do Projeto

Reduzir os impactos ambientais sobre os principais ecossistemas de Pernambuco e assegurar sua conservação.

## Resultados do projeto

Redução da área desmatada de Mata Atlântica e da Caatinga

Redução do lançamento de efluentes (m³/hora).

Redução das emissões atmosféricas (ton: NOx, SOx, CO2).

Aumento da proporção do uso de energias alternativas na matriz energética.

Aumento da quantidade de tecnologias implantadas apropriadas para a redução dos impactos ambientais.

## Escopo do projeto

Estímulo e apoio ao (1) manejo sustentável da Caatinga e da Mata Atlântica; (2) a reestruturação e mudança tecnológica das empresas com atividades econômicas de grande impacto ambiental, a exemplo do polo de confecções do Agreste e a indústria do gesso do Araripe, para reduzir os efluentes e resíduos que degradam o meio ambiente, reciclar e reutilizar recursos (como água); (3) estimulem a atração e implantação de atividades produtivas de baixo impacto ambiental e tecnologia avançada que reduzam a emissão de gases de efeito estufa; (4) a consolidação de sistemas integrados de transporte de baixo impacto poluente (Metrô/BRT/Sistema Cicloviário e veículos elétricos); (5) o uso de energias alternativas, a exemplo do gás natural; (6) coleta seletiva de resíduos sólidos nos municípios com centrais de triagem por região (Plano Estadual de Resíduos Sólidos); (7) a criação de aterros sanitários com modernas técnicas de reciclagem e de produção de energia.

Implantação de mecanismos de fiscalização e controle que impeçam as atividades ilegais de desmatamento e utilização inadequada dos recursos naturais.

Implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (logística reversa, reciclagem, coleta seletiva, tratamento dos resíduos, etc...)

# Público alvo do projeto

População das regiões diretamente impactadas pelos Programas

## Localização territorial

Território Estratégico de Suape.

Distribuição em todo o território com concentração em áreas de maior pressão antrópica

Metas de Resultado		
Indicador	Partida - 2014	2020
Porcentagem da cobertura de Mata Atlântica	10,50%	11,00%
Porcentagem da cobertura da Caatinga	53,4%	58%
Metas de gestão		
Indicador	Partida - 2014	2020
Implantação da Rede de Monitoramento dos Corpos Hídricos do Estado e Reservatórios de Abastecimento dentro do		4000/

mulcudor	Turduu ZOIT	2020
Implantação da Rede de Monitoramento dos Corpos Hídricos do Estado e Reservatórios de Abastecimento dentro do Programa Nacional das Águas (% monitorado)	0	100%
Aprimoramento do Programa de Balneabilidade das praias marítimas do Estado	90%	100%
Aprimoramento do Programa de Balneabilidade das praias fluviais do Estado	0	100%
Implantação do projeto da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar da RMR (% monitorado)	0	100%
Implantação do Projeto de Monitoramento e Quantificação de Dióxido de CO2) na Cidade do Recife e	0	100%



# ome do Projeto AMPLIAÇÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Principal Instituição responsável pela execução SEMAS Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

#### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

## Justificativa

O estado de Pernambuco tem 70 Unidades de Conservação, dentre as quais 20 são de uso direto (exploração sustentada e manejo ativo) e 50 são de uso indireto (proteção integral). 58 são administradas pelo governo Estadual, 09 pelo governo Federal e 03 por particulares. Na esfera estadual estão incluídas as seguintes categorias de manejo: Parque Estadual (8%); Estação Ecológica (4%); Reservas Ecológicas (76%); Áreas de Proteção Ambiental (6%) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (6%).

Dentre os principais problemas que atingem as Unidades de Conservação, destacam-se: inexistência dos planos de manejo; áreas abertas, desprovidas de cercas; e fiscalização precária ou inexistente. Além das Unidades de Conservação estabelecidas a UNESCO reconhece a importância de Fernando de Noronha, como Sítio do Patrimônio Mundial Natural e, pelo Programa o Homem e a Biosfera, reconhece remanescentes de Mata Atlântica do Estado como parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a caatinga a Reserva da Biosfera da Caatinga.

As Reservas da Biosfera são áreas de importância mundial para a conservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável, funcionando como centro de monitoramento, pesquisa, educação ambiental e gerenciamento de ecossistema. Ampliar as áreas de conservação, com mecanismos de gestão adequados — planos de manejo, monitoramento e fiscalização - será uma contribuição de importância para o desenvolvimento sustentável do estado.

## Alcance Estratégico do Projeto

Ampliar as áreas de conservação, com mecanismos de gestão adequados — planos de manejo, monitoramento e fiscalização - será uma contribuição de importância para o desenvolvimento sustentável do estado.

## Objetivo do Projeto

Preservar os ecossistemas de Mata Atlântica, marinho e da caatinga do estado de PE

## Resultados do projeto

Ampliação do número de unidades de conservação Estadual.

Criação de unidades de conservação municipal.

Ampliação do número de RPPNs - Reservas Privadas de Patrimônio Natural.

Ampliação da área de conservação marinha (km de costa).

## Escopo do projeto

Promoção e criação de mecanismos para ampliação (1) a área pública de conservação ambiental (Unidades de conservação estaduais e municipais); (2) a área de conservação marinha. Implantação de corredores de biodiversidade, integrando parques e unidades de conservação que garantam a sobrevivência de espécies endógenas e o equilíbrio dos ecossistemas.

Criação de incentivos à criação e ampliação das RPPNs - Reservas Privadas de Patrimônio Natural, a educação ambiental será fortalecida nas escolas em todos os níveis de ensino e serão promovidas campanhas de conscientização ambiental para as empresas e população em geral. Implantação de planos de manejo para todas as Unidades de Conservação e mecanismos de fiscalização e controle das Unidades.

## Público alvo do projeto

Sociedade e comunidades que habitam áreas mais impactadas pelos programas de conservação e proprietários de terras.

## Localização territorial

Distribuição em todo o território

	_		
Metas	: de l	Resu	ltado

ivietas de Resultado		
Indicador	Partida	2020
Número de unidades de conservação Estadual.	79	100
Número de unidades de conservação municipal (o Estado não cria UC municipal. Pode)	12	24
Número de RPPNs - Reservas Privadas de Patrimônio Natural.	13	25
Número de áreas de conservação marinha.	0	4
Metas de gestão		
Indicador	Partida	2020

50.000



# Nome do Projeto AMPLIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO PERNAMBUCANA

Principal Instituição responsável pela execução CPRH Ano de Início 2015 Ano de Término 020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

A Constituição Federal de 1988 cita a educação ambiental como componente essencial para a qualidade de vida no país, sendo atribuído ao Estado o dever de "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (art. 225, §1º, inciso VI), surgindo, assim, o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros de acesso à educação ambiental.

Ao lado disso, apesar de medidas governamentais, a vulnerabilidade por causas naturais e a degradação do ambiente pernambucano, submetido à pressão antrópica em diferentes áreas e por diversas fontes é um fato comprobatório que a ação executiva da gestão pública não é suficiente para promover o uso adequado dos recursos naturais e o cuidado com o ambiente.

A degradação ambiental decorrente da urbanização é mais intensa na Região Metropolitana do Recife (RMR) e no Agreste Setentrional. A ampliação dos investimentos industriais associados à expansão urbana tem gerado uma pressão antrópica na Mata Atlântica e nas áreas costeiras e marinhas, e as práticas inadequadas de uso dos recursos naturais provocam poluição e desmatamento.

O lançamento de efluentes nos cursos de água, tanto domésticos quanto industriais, provoca poluição hídrica, que compromete a qualidade de vida da população. A escassez e a poluição dos recursos hídricos são alguns dos mais graves problemas ambientais de Pernambuco. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA) o Estado de Pernambuco está entre os que têm situação crítica quanto à oferta e reservas de água, poluídas e degradadas por diferentes fontes: agricultura (fertilizantes, pesticidas), geração de eletricidade (calor, biocidas), metalurgia (íons metálicos), química e eletrônica (disposição de resíduos, efluentes diversos, solventes), urbano (efluentes domésticos, detergentes, esgoto, óleos), resíduos sólidos (lixívia, chorume, micro-organismos), e transporte (combustível, e resíduos do trânsito).

# Alcance Estratégico do Projeto

O projeto contribui para ampliar o envolvimento e a mobilização dos cidadãosna direção de uma postura voltada para a preservação ambiental. Neste sentido, a Educação para a Sustentabilidade tem papel central na construção de um novo relacionamento da sociedade pernambucana com o Meio Ambiente.

## Objetivo do Projeto

Ampliar a consciência ambiental dos pernambucanos para melhor uso dos recursos naturais e cuidado com o Meio Ambiente

#### Resultados do projeto

Ampliação das horas de educação ambiental por estudante (toda a rede)

Ampliação das horas de educação ambiental por estudante (rede pública)

Conscientização ambiental de profissionais em comunidades e empresas

## Escopo do projeto

Implantação da Educação Ambiental Formal em todos os níveis com investimento em: (i) na formação de professores em Educação Ambiental; (ii) na realização de ações educativas em instituições estaduais de ensino em todos os níveis; (iii) na incorporação e articulação das grades curriculares com temas relevantes para a educação ambiental, levando em consideração "o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino" (Lei 9795/99 §3º, inciso I).

Estímulo à ampla participação das instituições de ensino e organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental. Também estimulará a participação de empresas privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental.

Realização de campanhas de comunicação e ações educativas em escolas (nas redes privada e pública federal, estadual e municipal), comunidades e empresas.

# Público alvo do projeto

Estudantes das Redes Pública e Privada (público primário), empresas e população em Geral (público secundário)

# Localização territorial

Distribuição em todo o território de Pernambuco

Número de kits de educação ambiental produzidos

Metas do Projeto			
Indicador		Partida	2020
Número de escolas da rede estadual atendidas em ações de co	onscientização ambiental	25	50% das escolas da rede estadual
Número de professores da rede estadual capacitados como m	ultiplicadores	100	50% dos professores da rede estadual
Município litorâneos atendidos com o Projeto Verão Ambient	al	5	100% dos municípios litorâneos de PE (15)
Comunidades de Unidades de Conservação atendidas com ação	ões de educação ambiental		100% das comunidades em todas as Unidades de Conservação
Público atingido por ações do Programa Educação Ambietal co	om Arte	2.700	50.000
Metas de gestão			
Indicador	119	Partida	2020

Partida

2020



# Nome do Projeto PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DOS ECOSSISTEMAS DE PERNAMBUCO

Principal Instituição responsável pela execução CPRH/SEMAS Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

#### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

## Justificativa

O Estado de Pernambuco apresenta diferentes compartimentos regionais de relevo Planície Costeira, Tabuleiros Costeiros, Colinas da Zona da Mata, Planalto da Borborema, Depressão Sertaneja, Planalto da Bacia do Jatobá e Chapada do Araripe. Sua rede hidrográfica é caracterizada por rios de pequena extensão, com exceção apenas do São Francisco e esse perfil do relevo, associado ao clima, faz com que a maioria seja de rios temporários na maior parte de seus percursos.

A esta vulnerabilidade natural está associada o lançamento de cargas poluidoras diversas, sendo os efluentes industriais e os esgotos domésticos as mais importantes. As principais formas de degradação de ecossistemas no estado são: (1) desmatamento de margens de rios, provocando assoreamento dos cursos d'água e, em consequência, inundações das áreas ribeirinhas; (2) barramentos sucessivos em leitos de rios, em épocas de estiagens, sem atender a nenhuma política de gerenciamento do uso da água, dificultando a distribuição equitativa das águas e a perenização dos rios; (3) poluição dos rios com esgoto das cidades ribeirinhas, por falta de saneamento básico.

Além disso, o crescente decréscimo da cobertura florestal, ao mesmo tempo que contribui para intensificar os processos erosivos nas encostas com declividade acentuada e nos taludes (não vegetados) das estradas, provoca o assoreamento de rios e reservatórios e aumenta a evaporação da água do solo e dos corpos de água, podendo comprometer o abastecimento hídrico das comunidades atendidas por esses mananciais.

#### Alcance Estratégico do Projeto

Promover a redução dos impactos ambientais nos ecossitemas pernambucanos e recompor as areas degradadas melhorando a qualidade ambiental.

## Objetivo do Projeto

Recuperar as matas, solo e recursos hídricos degradados, favorecendo a restauração dos ecossistemas.

#### Resultados do projeto

Aumento das áreas de reflorestamento.

Aumento do número de áreas restauradas e remediadas.

Ampliação da área de solos recuperados nos diferentes biomas

Melhoria do índice de qualidade das águas dos rios.

Recuperação de áreas de mata ciliar

## Escopo do projeto

Implantação do Programa Estadual de Recuperação de áreas degradadas com a finalidade de promover: (1) o reflorestamento, restauração e remediação de áreas degradadas (Plano florestal e Código florestal com recomposição de parte da cobertura florestal original) nos diferentes biomas (Programa Estadual de Recuperação de Áreas Degradadas); (2) a recuperação de áreas com assoreamento e degradação do solo; (3) a recuperação dos rios degradados no Estado.

Incentivo à ampla participação das instituições de ensino e organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental. Também estimulará a participação de empresas privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental.

Realização de campanhas de comunicação e ações educativas em escolas (nas redes privada e pública federal, estadual e municipal), comunidades e empresas.

## Público alvo do projeto

Sociedade

Indicador

Comunidades que habitam as áreas recuperadas.

Empreendedores com empresas situadas em áreas recuperadas.

# Localização territorial

Distribuição no território de acordo com concentração das pressões antrópicas que degradam o meio ambiente

## Metas de Resultado

Indicador	Partida	2020
Porcentagem de Áreas restauradas ou em processo de restauração florestal	0%	30%
Porcentagem de Áreas remediadas ou em processo de remediação	0	30%
Porcentagem de Rios recuperados ou em processo de recuperação	7%	50%
Propriedades urbanas e rurais regularizadas ou em regularização	5%	100%
Metas de gestão (*)		



Nome do Projeto

PROMOÇÃO DA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS VOLTADAS PARA A VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E O MANEJO SUSTENTÁVEL

Principal Instituição responsável pela execução CPRH/SEMAS Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

O Estado de Pernambuco sofreu intenso processo de devastação de seu patrimônio natural. Hoje resta 1% de Mata Atlântica (incluindo mangues e restingas) de forma fragmentada e 50% de Caatinga.

Os diversos ciclos econômicos do Estado, bem como o desordenado processo de urbanização vêm acarretando perdas do patrimônio natural e da biodiversidade. Se a tendência de destruição continuar no ritmo atual, Pernambuco corre um sério risco de perder uma parcela significativa do seu patrimônio biológico, o que inclui não somente espécies de plantas e animais, mas os ecossistemas como um todo.

As principais variáveis de impacto sobre a biodiversidade no Estado de Pernambuco podem ser resumidas em cinco pontos: (1) a expansão da área urbana; (2) mudança da cobertura vegetal com a expansão de áreas cultivadas com lavouras ou com pastos ou para a utilização de produtos da vegetação (lenha, carvão, madeira, etc); (3) a introdução de espécies exóticas alterando as relações ecológicas entre as espécies; (4) a ação predatória do homem sobre as plantas e animais; e (5) a deposição no solo e na água de produtos químicos e tóxicos, resíduos industriais e defensivos agrícolas.

O enfrentamento dessas pressões sobre a biodiversidade passa, inevitavelmente, pela construção de alternativas tecnológicas e pela inovação,

## Alcance Estratégico do Projeto

Promover o desenvolvimento sustentável por meio da construção de alternativas inovadoras, beneficiando diretamente as atividades econômicas na Caatinga e na Mata Atlântica.

## Objetivo do Projeto

Promover a pesquisa aplicada e o desenvolvimento de tecnologias visando potencializar os usos econômicos dos recursos naturais.

## Resultados do projeto

Redução da devastação do patrimônio natural (km²)

Ampliação do número de pesquisas aplicadas em biodiversidade, dentre aquelas já desenvolvidas pelos grupos de pesquisa.

## Escopo do projeto

Implantação de mecanismos de fomento às pesquisas aplicadas sobre a biodiversidade e o potencial de usos econômicos da informação genética (Programa Estadual de Desenvolvimento da Economia Verde), envolvendo e fortalecendo os diversos centros de pesquisa. Serão construídas alternativas inovadoras de combate as diferentes formas de degradação.

Criação e implantação de ações que promovam o desenvolvimento de tecnologias que otimizem o uso dos recursos naturais e moderem os impactos negativos das atividades econômicas.

## Público alvo do projeto

Pesquisadores de Universidades e Institutos de pesquisa.

Gestores públicos.

# Localização territorial

Distribuição em todo o território com concentração nas áreas de maior densidade de instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico

M	eta	IS C	e R	esı	ılta	do

Indicador	Partida - 2014	2020
Nº de pesquisas realizadas	0	14

# Metas de gestão

Metas de gestad		
Indicador	Partida	2020
Implantação do Sistema de Informações Ambientais Georeferenciadas SIG Caburé;	70%	100%
Implantação do Centro de Controle e Monitoramento da CPRH	0	100%
Implantação do Plano de Gestão e Fomento à produção técnica e cientifica da CPRH (pesquisa realizada/pesquisas vistas)	0	100%



# Nome do Projeto APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Principal Instituição responsável pela execução SEMAS Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

O Estado de Pernambuco vem empreendendo ações na direção de responder às pressões que as atividades socioeconômicas exercem sobre a base de recursos naturais. Nesse contexto se incluia adoção de medidas de controle ambiental em diferentes níveis, tais como definição de normas legais, criação de estruturas de gestão técnico-administrativa e implementação de programas ambientais de preservação e conservação, de forma direta ou em parceria com organismos internacionais, Governo Federal, municípios e o Terceiro Setor.

O marco regulatório da gestão ambiental no Estado é significativo e abrange a regulamentação de todos os instrumentos de gestão ambiental. Em 2000, foi instituído o ICMS socioambiental, através da Lei nº 11.899, que inclui Unidade de Conservação como um componente a ser considerado quando da distribuição das cotas municipais.

Posteriormente, em 2003, o Decreto nº 25.574 regulamentou as condições e critérios adotados para a distribuição desses recursos entre os municípios que possuem Unidades de Conservação em seus territórios. O ICMS Socioambiental tornou-se vital à implementação da política de resíduos, por se tratar de uma regulação não coercitiva que vem sendo identificada como uma prática mais efetiva como indutoras de mudanças do que os mecanismos coercitivos.

Apesar de todo esse aparato – marco regulatório, estruturas de gestão e programas – a situação do estado em relação à conservação ambiental ainda é precária e tem havido graves danos aos ecossistemas e às variáveis que afetam qualidade de vida no estado.

## Alcance Estratégico do Projeto

Contribuição para a melhoria das condições sócioambientais e o desenvolvimento sustentável.

## Objetivo do Projeto

Ampliar e aprimorar os instrumentos de gestão ambiental de modo a aumentar o número de municípios que adotem alternativas de conservação dos recursos naturais, criar novas alternativas de aproveitamento de fontes energéticas e recuperar áreas degradadas

## Resultados do projeto

Ampliação do ICMS

Socioambiental

Aumento da proporção do uso de fontes alternativas de energia na matriz energética.

## Escopo do projeto

Aprimoramento e ampliação da distribuição do ICMS ambiental como estímulo aos municípios na conservação dos recursos naturais e na recuperação de áreas degradadas; (2) do aproveitamento de efluentes e dejetos domiciliares, industriais e comerciais; e (3) do aproveitamento de fontes energéticas alternativas.

Criação de mecanismos que estimulem a utilização do mercado de crédito de carbono às empresas que implementem projetos com efeito de redução da emissão de gases de efeito estufa e novos mecanismos não coercitivos para estimular tecnologias inovadoras para enfrentamento das mudanças climáticas.

Disseminação da Política Estadual de Mudanças Climáticas.

## Público alvo do projeto

População dos municípios onde sejam implantadas as mudanças; Gestores municipais; Empresas de energia e População usuária de novas fontes de energia.

## Localização territorial

Distribuição em todo o território do Estado

Metas de Resultado		
Indicador	Partida	2020
Percentual de municípios de municípios que recebe o incentivo para tratamento e destinação do resíduo	16%	100%
Metas de gestão (*)		
Indicador	Partida	2020

<sup>(\*)</sup> A ser definida e detalhada em articulação com técnicos e órgãos de gestão ambiental



## Nome do Projeto FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DO MEIO AMBIENTE

Principal Instituição responsável pela execução CPRH/SEMAS Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

O Sistema Estadual de Meio Ambiente é constituído por quatro instâncias: (1) a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, responsável pela formulação das políticas públicas de meio ambiente; (2) o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA - colegiado de caráter consultivo e deliberativo; (3) a Agência Pernambucana do Meio Ambiente – CPRH, órgão de execução; e (4) Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente – CIPOMA, também de execução.

A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) foi criada em março de 2010, visando ampliar a atenção na solução dos problemas ambientais e dar efetividade às políticas públicas ambientais do estado, instituídas em lei no final de 2010, que são setorizadas: (1) política estadual de enfrentamento às mudanças climáticas; (2) política estadual de gerenciamento costeiro; (3) política estadual de resíduos sólidos; e (4) e política estadual florestal.

O Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, diretamente vinculado ao Governador do Estado, integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente na qualidade de Órgão Superior, é formado por representantes de entidades governamentais e da sociedade civil organizada. Seus principais objetivos são: (1) deliberar, no âmbito de sua competência, sobre as diretrizes e políticas públicas garantindo o equilíbrio e a melhoria da qualidade ambiental, prevenindo a degradação do meio ambiente em todas as suas formas, impedindo ou minorando impactos ambientais negativos e implementando a recuperação do meio ambiente degradado; (2) compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente, incentivando a elaboração e a implementação das Agendas 21 estadual e locais; (3) promover integração dos órgãos e entidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente com os setores produtivos, as entidades ambientalistas e com a comunidade; (4) promover e orientar o desenvolvimento de estudos e pesquisas de tecnologias voltadas para uso racional dos recursos naturais; e (5) possibilitar, a toda a comunidade, o acesso a informações concernentes ao meio ambiente, facilitando e estimulando a conscientização pública para a preservação dos recursos naturais.

Em 2006 existiam no Conselho cinco Câmaras Técnicas permanentes focadas nos temas seguintes: Educação Ambiental, Biodiversidade e Florestas, Saneamento e Controle da Qualidade Ambiental, Agenda 21 e Pesca e Aquicultura.

Em 2012 as câmaras foram reestruturadas e ampliadas, existindo hoje sete Câmaras Técnicas: (1) Gestão e Ordenamento Territorial; (2) Biodiversidade e Qualidade Ambiental; (3) Recursos Hídricos; (4) Poluição e Controle Ambiental; (5) Educação Ambiental e Agenda 21; (6) Economia Sustentável e Empregos Verdes; e (7) Ética, Saúde Pública e Rem Estar Animal

Apesar de toda essa estrutura, adequada em relação às instâncias constituídas e sua finalidade, o sistema de gestão e controle ainda tem muitas lacunas, face aos enormes desafios e dificuldades históricas de dar efetividade às políticas, tanto no que diz respeito à fiscalização e controle, quanto à criação de mecanismos não coercitivos, mais eficazes na indução e consolidação das práticas desejáveis.

Por isso, o fortalecimento desse sistema de gestão e controle é essencial para que Pernambuco atinja os patamares desejados de sustentabilidade em relação ao seu meio ambiente.

## Alcance Estratégico do Projeto

Fortalecer o Sistema Estadual de Meio Ambiente e os órgãos de controle visando atender às novas demandas economicas do estado e preservar a qualidade do meio ambiente, garantido uma melhor qualidade de vida para sociedade.

#### Objetivo do Projeto

Aprimorar e fortalecer o Sistema Estadual de Meio Ambiente de modo a tornar efetivas as políticas públicas e atingir os patamares desejados de qualidade ambiental em Pernambuco

## Resultados do projeto

Ampliação das ações de monitoramento e controle ambiental.

Aperfeiçoamento do quadro dos órgãos de controle ambiental (número de pesquisadores especializados, mestres e doutores)

# Escopo do projeto

Desenvolvlimento e implantação de ações que aprimorem o sistema de gestão e monitoramento ambiental, inclusive a estrutura e a atuação dos órgãos de controle e fiscalização ambiental contemplando: (i) ampliação do quadro de especialistas; (ii) capacitação e qualificação dos profissionais em sintonia com as tendências tecnológicas ambientais e dos processos de controle de impactos ambientais; e (iii) melhoria de suas infraestruturas.

Os mecanismos e instituições de gestão e controle urbano e ambiental de Pernambuco e dos municípios serão fortalecidos, ampliando a agilidade e a efetividade dos processos de licenciamento ambiental

A estrutura de monitoramento e proteção à biodiversidade (Plano Estadual de Mudanças Climáticas e Plano de Proteção à Biodiversidade e de Resiliência às mudanças climáticas) será fortalecida, incluindo a construção de um banco de dados estruturado sobre a emissão de gases de efeito estufa em Pernambuco.

Criação de mecanismos que consolidem o sistema estadual de monitoramento ambiental, hidro meteorológico e de previsão e alerta precoce de desastres naturais.

O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos será fortalecido e os instrumentos da política serão implementados (SRGRH);

Criação de mecanismos de integração da atuação das instituições que lidam com o meio ambiente - CPRH, IBAMA, ITEP, etc.

Implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento costeiro e o cadastro ambiental rural.

Revisão e regulamentação da legislação de proteção de mananciais, áreas estuarinas e reservas ecológicas e a lei de parcelamento do solo da RMR

## Público alvo do projeto

Gestores públicos

## Localização territorial

Distribuição em todo território de uma rede com base na capital mas irradiação ampla para os diversos espaços, ecossistemas e municípios

Distribuição em todo territorio de uma rede com base na capital mas irradiação ampla para os diversos espaços, ecossistemas e municip	ios	
Metas de Resultado		
Indicador	Partida	2020
Numero de fiscalização (denuncias atendidas)	0	100%
Tempo de liberação da licença (atendimento dos pedidos conforme Lei Estadual) (dias)	até 270	90
Metas de gestão		
Indicador	Partida	2020
Institucionalização do CIPOMA como Batalhão, com realização de concurso	0	100%
Implantação de um Sistema de Informação de Fiscalização Integrada CIPOMA/CPRH (ferramenta de web)	0	100%
Construção da nova sede da CPRH	0	100%
Ampliação do numero de técnicos	(*)	aumentar 600
Capacitação dos técnicos (nº de novos técnicos capacitados)	(*)	600
Aprimoramento o Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental – SILIA	0	100%
Percentual do acervo documental da CPRH informatizado e digitalizado.	0	100%
(*) Dado a ser complementado		

# ÁREA DE RESULTADO "RECURSOS HÍDRICOS"

Para a área de resultado "Recursos Hídricos" foram definidos cinco projetos ampliar as reservas e favorecer a distribuição de água para o semiárido — barragens e adutoras - e para consumo humano nas cidades:





Nome do Projeto AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA REDE DE BARRAGENS			Número	38		
Principal Instituição	responsável pela execução	Secretaria de Infraestrutura	Ano de Início	2015	Ano de Término	2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

Em Pernambuco, como em todo Nordeste, a ampliação da oferta de água tem impactos socioeconômicos importantes, podendo assegurar segurança alimentar, redução da incidência de doenças e aumento da produção das atividades agropecuárias, especialmente nas áreas de baixa pluviosidade como o Semiárido, que abrange cerca 87,6% do território e 65,9% dos municípios pernambucanos. No período de 2009 a 2013, a proporção da população fora do rodízio de água se elevou, passando de 30,1% para 55,8%, resultado devido, em parte, à ampliação de barragens e açudes, que totalizam 108 reservatórios com capacidade total de 3.247.885.154m³ em 2014. No entanto, o volume disponível nos reservatórios ainda é insuficiente para atender as necessidades de consumo humano e animal e de produção agrícola e pecuária: no Semiárido, por exemplo, os 90 reservatórios existentes dispõem de apenas 14% da capacidade de armanezamento. Além disso, a construção de barragens é essencial para a contenção de águas e o controle de cheias em algumas regiões do estado como o Agreste Meridional, protegendo os municípios à jusante e, ao mesmo tempo, sendo útil para satisfazer as necessidades da produção agropecuária.

## Alcance Estratégico

O projeto contribui para a ampliação da capacidade de reserva de 3,2 bilhões de metros cúbicos de água do estado, por meio da construção de novas barragens e açudes e recuperação da infraestrutura existente, também viabilizando medidas de prevenção contra enchentes.

## Objetivo do Projeto

Elevar a oferta hídrica em todos os municípios, especialmente no Semiárido.

## Resultados do Projeto

Ampliação do número de barragens e açudes

Garantia de níveis mínimos dos reservatórios no Semiárido

Ampliação do número de dessalinizadores instalados e/ou recuperados

## Escopo do projeto

Conclusão dos projetos de barragens e açudes previstos e ampliar estoque com novas barragens ou açudes, aumentando a capacidade total dos reservatórios para consumo humano e animal e para a atividade agropecuária (especialmente no Semiárido). Realização de controle de cheias (especialmente no Agreste Meridional). Recuperação de barragens com deficiência de reserva para ampliar a oferta e completar a rede de reservatórios de água.

## Público alvo do projeto

População residente em áreas com déficit hídrico ou sujeitas a enchentes, produtores rurais com limitado acesso a estoques de água.

## Localização territorial

Áreas com déficit hídrico e riscos de enchentes.

Metas do resultado		
Indicador	Partida	2020
Aumentar a capacidade total dos reservatórios de água para abastecimento e irrigação (bilhões de m³)		4,69
Elevar a reserva de água por área territorial (m³/km²)		54,5
Assegurar % mínimo de disponibilidade hídrica nos reservatórios do Semiárido		20%
Metas de gestão		
Indicador	Partida	2020
Ampliar o número de barragens e açudes	108	123
Ampliar o número de dessalinizadores instalados e/ou recuperados	192	732
Executar as estruturas de alimentação dos reservatórios a partir dos canais da transposição (em milhões de m3)	50,00	800,00



# Nome do Projeto ÁGUA PARA CONSUMO URBANO E RURAL

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Infraestrutura Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

Em um sistema de distribuição de água para consumo humano e animal, a função da adutora é basilar. A eficiência na trasmissão de água para a rede de tratamento é influenciada por seu traçado e por seu estado de preservação. As perdas de água e interrompimento da distribuição por falhas ou deterioração nas estruturas de adução prejudicam o desempenho do abastecimento e encarecem a ampliação do sistema. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, apenas 0,17% das economias ativas de Pernambuco foi atingido por paralisações e interrupções na distribuição de água em 2012, seguido pela Paraíba (3,2%), enquanto o Ceará - com um número de economias ligadas à rede distribuição bem próximo ao observado em Pernambuco - expressou 26,4%. Esses resultados são favoráveis a Pernambuco, no entanto, o estado apresentou o maior número de reclamações ou solicitações de serviços por economias ativas no Nordeste, cerca de 2,2 reclamações/solicitações por economia/ano, enquanto Alagoas, o segundo maior, expressou 0,93 reclamações/solicitações por economia/ano. Além de assegurar um abastecimento eficiente, é necessário ampliá-lo em regiões com baixo índice pluviométrico, aumentando a oferta de água em municípios com déficit de abastecimento e disponibilidade de recursos hídricos. Portanto, é necessário ampliar e recuperar a rede de adução e garantir a entrega de um serviço satisfatório à população.

## Alcance Estratégico

O projeto busca aperfeiçoar o padrão de abastecimento existente, zerando o número de paralisações na distribuição de água em economias ativas, ampliando o fornecimento em regiões com baixos índices pluviométricos e viabilizando a captação de água através de tecnologias sociais.

#### Objetivo do Projeto

Elevar a oferta hídrica com eficiência e redução de perdas

## Resultados do Projeto

Expansão do sistema de adutoras de Pernambuco em articulação com reservatórios de água

Quadruplicação da oferta de água pelo sistema adutor

Universalização do abastecimento de água em todas as cidades do estado

Aumento do número de cisternas para viabilizar tecnologias sociais de captação

#### Escopo do projeto

Expansão do sistema de adutoras atreladas a grandes projetos de reserva de água (barragens e açudes) e recuperar o conjunto de antidas adutoras aumentando a efiência na distribuição, com redução de perdas no processo. Implantarão de sistema de adutoras integradas aos eixos de Transposição do Rio São Francisco, conduzindo água para abastecimento em municípios vizinhos. Implantará sistemas simplificados de abastecimento, complementando tecnologias sociais de abastecimento no Semiárido.

# Público alvo do projeto

População residente em áreas com déficit de abastecimento de água.

## Localização territorial

Áreas do Agreste e do Semiárido com déficit de abastecimento

Metas do resultado		
Indicador	Partida	2020
Aumentar a capacidade total dos reservatórios de água para abastecimento e irrigação (bilhões de m³)	(*)	4,69
Elevar a reserva de água por área territorial (m³/km²)	(*)	54,5
Metas de gestão		
Indicador	Partida	2020
Atendimento da demanda urbana		
1.Semiárido	30%	60%
2. Mata Norte	40%	60%
3. RMR	60%	80%
Atendimento da demanda rural		
1. Semiárido	10%	20%
2. Zona da Mata	20%	40%
3. RMR	40%	60%
Duplicação da oferta de água pelo sistema adutor do Oeste para atendimento universal	25%	100%
Universalizar atendimento de municípios através da construção de cisternas para viabilizar tecnologias sociais de captação	44.200	60.000
Construire/ou ampliar barragens de pequeno porte	560	1.100
Desassorear e limpar a bacia hidráulica de barragens   126	21	40
Instalar e/ou recuperar dessalinizadores	192	732



# Nome do Projeto REALIZAÇÃO DE DRAGAGEM E REVITALIZAÇÃO DOS RIOS URBANOS

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Infraestrutura Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

## Justificativa

A poluição de rios provoca sérias consequências não apenas para o meio ambiente, mas também para o desenvolvimento socioeconômico, uma vez que afeta a eficiência do sistema hídrico, aumenta os riscos de inundações e a incidência de doenças, inviabilizando a atividade pesqueira e o lazer. Segundo o Índice de Qualidade das Águas (IQA) do Conselho Nacional de Meio Ambiente, no ano de 2010 Pernambuco teve dois dos dez piores rios brasileiros classificados conforme o critério da qualidade dos mananciais: o Capibaribe (10° pior, com IQA 59,5) e o Ipojuca (3° pior, IQA 43,9). Esses rios cortam diversas cidades do estado, incluindo alguns municípios da Região Metropolitana, e recebem grande carga de resíduos ao longo de seus cursos. Além deles, é importante destacar a necessidade de ações no rio Una, Canal do Jordão, na bacia do rio Pina, no rio Fragoso, no rio Tejipió e no rio Jaboatão, face a crescentes demandas sociais. Neste sentido, é importante para o estado a dragagem e a revitalização de seus principais rios, especialmente os urbanos, com vistas a explorar potencialidades para consumo, navegação e atividades econômicas.

## Alcance Estratégico

O projeto procura melhorar a qualidade da água dos rios que cortam áreas urbanas do estado, através de obras de dragagem e renaturalização e de desassoreamento, tornando-as aptas para consumo e navegação.

## Objetivo do Projeto

Melhorar a qualidade das águas nos rios urbanos

## Resultados do Projeto

Renaturalização do rio Beberibe (km dragados)

Ampliação da calha do rio Una em áreas urbanas (em km)

Melhorar o IQA (Índice de Qualidade da Água) do Rio Capibaribe

Melhorar o IQA (Índice de Qualidade da Água) do Rio Ipojuca

Viabilizar navegação de passageiros pelo Rio Capibaribe (em km)

# Escopo do projeto

O projeto realizará a dragagem e a revitalização dos rios que atravessam áreas urbanas do estado, visando a proteção das águas para consumo humano e adequação do sistema hídrico ao volume de obras de saneamento, viabilizando cursos navegáveis para implantação de transporte fluvial na Região Metropolitana do Recife e renaturalizando leitos e matas ciliares em área propicias à conservação ambiental, contribuindo assim para a sustentabilidade hídrica das bacias.

# Público alvo do projeto

População urbana residente em áreas de influência de cursos fluviais

# Localização territorial

Áreas urbanas contíguas aos rios Capibaribe, Beberibe e Ipojuca.

Metas do resultado		
Indicador	Partida	2020
Aumentar a capacidade total dos reservatórios de água para abastecimento e irrigação (bilhões de m3)	(*)	4,69
Elevar a reserva de água por área territorial (m³/km²)	(*)	54,5
Metas de gestão		
Indicador	Partida	2020
Renaturalização do rio Beberibe (km dragados)	8,0	12,0
Ampliação da calha do rio Una em áreas urbanas (em km)	5,0	13,0
Melhorar o IQA (Índice de Qualidade da Água) do Rio Capibaribe	59,5	80,0
Melhorar o IQA (Índice de Qualidade da Água) do Rio Ipojuca	43,9	70,0
Viabilizar navegação de passageiros pelo Rio Capibaribe (em km)	0	13,9
Viabilizar projetos de recuperação de matas ciliares e nascentes (número de projetos)	0	100
(*) Dado a ser complementado em articulação com técnicos e órgãos do governo		



# Nome do Projeto AMPLIAÇÃO DA ÁREA IRRIGADA DO ESTADO

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária Ano de Início 2015 Ano de Término 2018

#### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

## Justificativa

A produção agropecuária perdeu participação no valor adicionado bruto (VAB) do estado (5,5% em 2003 e 3,5% em 2011), desempenho associado à crise de culturas agrícolas tradicionais e às perdas no rebanho no Semiárido, devido à longa estiagem dos últimos anos e, ainda, às dificuldades do setor sucroalcooleiro. Por outro lado, a expansão da agricultura irrigada no Sertão do São Francisco vem sustentando a participação do setor agropecuário na economia de Pernambuco, sobretudo pela orientação exportadora da cadeia vitivinicultora do pólo Petrolina/Juazeiro, que apresenta patamares de produtividade e competitividade elevados em relação às demais culturas do estado.

As técnicas de irrigação associadas à drenagem, ao regularizar a quantidade de água necessária para o plantio, potencializam o aumento da produtividade agrícola, indispensável para atender o aumento da demanda por alimentos, bem como promover a competitividade do agronegócio. Dados da FAO (2009) e da ANA (2006), apresentados no Plano Plurianual 2012-2015 (Mais Brasi), apontam que, em 2004, 18% da área colhida no mundo era irrigada e produziram 44% do total de alimentos; no Brasil essa relação foi de 5% para 16%.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, Pernambuco é o terceiro estado do Nordeste em participação de sua área irrigada no total das áreas irrigadas da região (15,3%), ficando atrás de Alagoas (19,6%) e Bahia (31,3%). Para aumentar a produtividade agrícola e elevar a oferta de alimentos em um ambiente de produção competitiva tanto do agronegócio quanto da agricultura de base familiar, é necessário ampliar a área de agricultura irrigada de Pernambuco.

#### Alcance Estratégico

O projeto contribui para a ampliação da área irrigada do estado e consequente retomada de participação da agropecuária no VAB estadual através de melhorias produtivas.

## Objetivo do Projeto

Elevar o nível da produtividade agrícola, através do abastecimento para produção

# Resultados do Projeto

Aumento da participação de áreas irrigadas no total de áreas cultivadas do estado (em mil hectares)

Ampliação da distribuição de kits de irrigação (vínculo com agric. Familiar)

## Escopo do projeto

Ampliação e regularização do açude de Entremontes (atualmente com capacidade para 339 milhões de metros cúbicos), alimentado pela Transposição do São Francisco, com potencial de irrigação de 8 mil hectares; e ampliação e regularização do açude Poço da Cruz, em Ibimirim, atualmente com capacidade para 504 milhões de metros cúbicos. Construção do Canal do Alto Sertão, com potencial para irrigação de 20 mil hectares, abrindo nova fronteira agrícola no Estado; e o Canal "Águas Altas" descendo da saída do Eixo Norte da Transposição na Paraíba com potencial para 12 mil hectares de irrigação. Implantação do projeto "Água do Norte" com construção de barragens nos rios da Zona da Mata para irrigação da cana e produção de forragem. Fomento à ampliação da produção irrigada no Semiárido, melhorando a eficiência e produtividade da economia desse território, com modelos de irrigação que dialoguem com a diversidade do semiárido e considerem tanto o agronegócio quanto a agricultura de base familiar. Distribuição de kits para irrigação (motobombas, cabeçal de filtragem, sistema de irrigação e injetor de fertilizante), com capacitação para os beneficiários e acompanhamento de equipes técnicas para instalação e início das operações.

# Público alvo do projeto

Estabelecimentos agropecuários, tanto do agronegócio quanto da agricultura de base familiar

## Localização territorial

Áreas de produção agropecuária do Semiárido e na Mata Norte

Metas do resultado		
Indicador	Partida	2020
Aumentar a capacidade total dos reservatórios de água para abastecimento e irrigação (bilhões de m3)		4,69
Elevar a reserva de água por área territorial (m³/km²)		54,5
Metas de gestão		
Indicador	Partida	2020
Aumentar participação de áreas irrigadas no total de áreas cultivadas do estado (em mil hectares)	50	100
Ampliar a distribuição de kits de irrigação (vínculo com agric. Familiar)	1.000	5.000



## Nome do Projeto FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Infraestrutura Ano de Início 2015 Ano de Término 2018

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

## Justificativa

No Brasil, as secas da região Nordeste e as enchentes em bacias hidrográficas ainda implicam muitas incertezas quanto aos impactos das mudanças climáticas e a gestão dos recursos hídricos. Mesmo com a evolução dos estudos meteorológicos, dos sistemas de geoprocessamento e das tecnologias de monitoramento dos mananciais, que permitiram avanços importantes na prevenção de desastres naturais ligados à precipitação e ao nível das águas, garantir a disponibilidade, a quantidade e a qualidade necessária de água para a população ainda é um desafio para o desenvolvimento sustentável. No âmbito institucional, um importante avanço ocorreu com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, que instituiu os Planos de Recursos Hídricos, a outorga do direito de uso, a cobrança pelo uso, o enquadramento dos corpos d'água e os sistemas de informações como os instrumentos de gestão dos recursos. Em Pernambuco, o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH/PE), instituído em 1997, é composto pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com seus órgãos gestor e executores, Comitês de Bacias Hidrográfias (COBH's) e Conselhos Gestores de Reservatórios (Consu's), além de representantes do poder público, da sociedade civil e de organizações de usuários relacionados aos recursos hídricos. Após a criação da Agência Pernambucana de Águas e Climas (APAC) em 2010, para execução do Plano de Recursos Hídricos do estado, o SIGRH/PE vem aumentado a eficiência no controle das águas e na climatologia da região, articulando inclusive outros órgãos de gestão do meio ambiente (CPRH) e da tecnologia (Itep) para a sistematização de informações. No entanto, é necessário fortalecer o SIGRH, consolidar os instrumentos de gestão ambiental e aprimorar as capacidades planejamento, monitoramento e regulação para atender as demandas pelo uso de recursos hídricos no estado.

#### Alcance Estratégico

O projeto apoia o aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH/PE), reforçando a articulação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas e Conselhos Gestores de Reservatórios e promovendo a participação de representantes do poder público, da sociedade civil e de usuários.

## Objetivo do Projeto

Consolidar a rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas e de previsão de eventos extremos (secas e cheias), no âmbito do sistema de gestão dos recursos hídricos,

## Resultados do Projeto

Universalização do monitoramento de reservatórios com capacidade superior a 5 milhões de m3 (em %)

Universalização do monitoramento contra enchentes em rios suscetíveis ao fenônemo (em %)

Aumento do percentual de poços principais da RMR monitorados

Aumento do número de estações remotas de monitoramento pluviométrico

## Escopo do projeto

Fortalecimento das capacidades de planejamento, monitoramento, gestão e regulação dos recursos hídricos do estado, consolidando a articulação dos instrumentos de gestão ambiental, tecnológica e de recursos hídricos e integrando ações de entes federados e sociedade civil na Política estadual. Para o desenvolvimento e fortalecimento institucional da gestão integrada, o projeto apoiará a consolidação dos COBH's e CONSU's existentes; fomentará a instalação de novos comitês, com elaboração dos planos diretores das respectivas bacias, e de novos conselhos, com estímulo à capacitação continuada dos técnicos desses órgãos gestores. No âmbito da implementação de instrumentos para o monitoramento das águas e a previsão de chuvas, o projeto irá ampliar e melhorar a rede de estações de monitoramento da qualidade das águas (CPRH); fortalecer a APAC na governança da água e na gestão dos riscos e desastres naturais e no controle e regulação do uso da água, incluindo a ampliação e melhoria da rede de previsões climáticas e informações pluviométricas; o estudo, enquadramento e fiscalização do uso de recursos hídricos e o monitoramento da capacidade de acumulação dos reservatórios; e a ampliação dos eixos de atuação do Itep, com inserção de novas tecnologias para aumentar a eficiência da gestão integrada dos recursos hídricos e promover a disseminação das informações do SIGRH/PE.

## Público alvo do projeto

Usuários de recursos hídricos e populações potencialmente afetadas pelo índice (baixo ou elevado) de precipitação pluviométrica

## Localização territorial

Estado de Pernambuco

Metas do resultado		
Indicador	Partida	2020
Aumentar a capacidade total dos reservatórios de água para abastecimento e irrigação (bilhões de m³)		4,69
Elevar a reserva de água por área territorial (m³/km²)		54,5

Metas de gestão		
Indicador	Ano de Partida	2020
Universalizar o monitoramento de reservatórios com capacidade superior a 5 milhões de m3 (em %)	50%	100%
Universalizar o monitoramento contra enchentes em rios suscetíveis ao fenônemo (em %)	50%	100%
Aumentar o percentual de poços principais da RMR monitorados	3%	30%
Aumentar o número de estações remotas de monitoramento pluviométrico	150	500

# ÁREA DE RESULTADO "INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES"

A área de resultado "Inclusão social e igualdade de oportunidades" se operacionaliza através de um grande projeto intitulado "Promoção da inclusão social e produtiva e da redução da pobreza".



# INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

## INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

PROJETOS DE GRANDE CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE PERNAMBUCANA NA DIREÇÃO DA VISÃO DE FUTURO PERNAMBUCO 2035

## Nome do Projeto PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA E DA REDUÇÃO DA POBREZA

Instituição responsável pela coordenação SEDSDH/Secretaria da Mulher Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

A pobreza e a desigualdade social no estado de Pernambuco continuam elevadas, embora, nos últimos anos, tenha-se avançado na inclusão social e produtiva e na redução da pobreza. Entre 2000 e 2010, o Índice de Gini que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda das pessoas (renda domiciliar per capita), passou de 0,660 para 0,620, respectivamente, ou seja, uma melhora de apenas 6%. Na média nacional, a desigualdade foi igual a 0,60 (2010) sendo que o estado menos desigual do Brasil, Santa Catarina, tem um índice de Gini de apenas 0,49. Além disso, Pernambuco tem cerca de 27,2% da população abaixo da linha de pobreza, quase nove vezes acima do índice de Santa Catarina, menor do Brasil, com 3,65% da população com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140. Em comparação com os outros estados brasileiros, Pernambuco é o 11º em pior situação. Uma das fontes primárias da desigualdade social e da pobreza reside nas diferenças de oportunidade de educação, de formação cidadã, qualificação profissional e rendimentos entre os grupos sociais. Neste sentido, para exemplificar a situação de vulnerabilidade da população jovem tem-se que 18,9% dos pernambucanos de 15 a 24 anos nem estudam, nem trabalham (grupo chamado de" nem-nem"), e viviam em domicílios com renda per capita de até 1/2 salário mínimo em 2010. Entre os estados do Brasil, Pernambuco ficou na 5ª pior colocação, muito longe do estado de Santa Catarina que também apresentou a melhor posição com apenas 3,75% de "nem-nem" em domicílios vulneráveis (domicílio com renda per capita de até 1/2 salário mínimo), segundo classificação do PNUD no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Em Pernambuco, outra fonte de reprodução de desigualdade e exclusão social é o elevado percentual de trabalhadores com baixo nível de escolaridade e que vivem na informalidade. Em 2010, quase 46% das pessoas ocupadas com mais de 18 anos tinham apenas o ensino fundamental incompleto e trabalhavam sem garantias sociais (informalidade), conformando um passivo comprometedor da qualidade dos bens e serviços produzidos no estado. Este elevado percentual colocou Pernambuco no 7º pior estado do Brasil, o Distrito Federal, com melhor posição, tinha cerca de 18,7% de trabalhadores neste situação.

Dessa forma, é preciso avançar nos programas de inclusão social e inserção produtiva atrelados a programas sociais de distribuição de renda com critérios de seleção e manutenção mais eficientes, bem como no fortalecimento de mecanismos de qualificação profissional e formação cidadã, favorecendo à população de uma maneira geral, mas em especial ao grupo com maior dificuldade de inserção produtiva. Esse caminho deve fornecer subsídios para uma disputa de oportunidades mais igualitária, garantindo que aqueles em situação de maior dificuldade e/ou de maior vulnerábilidade e de baixa renda possam alcançar mercado de trabalho descente, reduzindo as desigualdades sociais e a pobreza da população pernambucana.

## Alcance Estratégico

Reduzir o Índice de Gini (que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda das pessoas - renda domiciliar per capita) de 0,62 em 2010 para 0,53 em 2020, com redução da participação relativa da população abaixo da linha da probreza (população com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140, em 2010) de 27,2% em 2010 para 16,6% em 2020

# Objetivo

Ampliar a inclusão social, a vida cidadã e a inserção produtiva para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza no Estado de Pernambuco

# **Principais Resultados**

Diminuição das desigualdades sociais (Índice de Gini)

Redução do percentual da população abaixo da linha da probreza (população com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 137 ou 1/4 do salário mínimo, em 2010)

Diminuição do percentual de jovens que nem estudam, nem trabalham

Diminuição da taxa de desocupação da população jovem (18 a 29 anos)

Diminuição da taxa de desocupação das mulheres

Diminuição da desigualdade dos níveis de renda entre homens e mulheres

## Escopo

Ampliação e fortalecimento dos programas sociais, como o Bolsa Família, Mãe Coruja Pernambucana, Chapéu de Palha, entre outros, com o aumento do cadastramento de famílias elegíveis através do mecanismo de busca ativa e outros mecanismos, e otimização do processo de monitoramento do cumprimento das condicionalidades e promovendo aos grupos beneficiários programas cursos de qualificação profissional, de formação cidadã com apoio à identificação e direcionamento para oportunidades profissionais e/ou estímulo ao empreendedorismo, especialmente em atividades que gerem renda futura ou tragam benefícios para a sociedade e à própria comunidade. Além disso, deve fortalecer as estruturas governamentais de desenvolvimento social para além da pura assistência social.

Aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos de qualificação profissional, formação cidadã, empregabilidade e inserção produtiva para toda a população, mas especialmente para aquelas pessoas com dificuldade de inserção social e produtiva, como desempregados, reeducandos e egressos do sistema penal, mulheres vítimas de violência doméstica e egressas do sistema de abrigamento, jovens (18 a 29 anos), deficientes físicos, mulheres e beneficiários de programas sociais através de estratégias específicas de atendimento do público alvo, identificação e direcionamento para oportunidades profissionais.

Apoio e fomento ao empreendedorismo, à economia solidária, ao empreendedor autônomo, às organizações sociais não governamentais, às organizações associativas e cooperativas, na economia criativa e em outras atividades econômicas sustentavéis e de apoio a essas atividades, compatíveis com as cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais no qual se encontram homens e mulheres trabalhadores. Apoiando também a formalização de pessoas autônomas e empreendedoras de uma forma geral, com capacitação, assistência técnica e acesso ao microcrédito.

Apoio a inclusão produtiva de famílias de baixa renda e das organizações produtivas familiares do meio rural (estimulando a permanência da população nos espaços rurais com destaque para as novas gerações) através de estratégias de capacitação técnica e cidadã, educação empreendedora, formalização das atividades informais, acesso ao crédito e a assistência técnica

Criação de uma "Universidade Popular" para oferta de cursos diversos tratando de questões básicas e atuais de interesse das pessoas adultas, independentemente de seu nível de escolaridade, com duração de dois a seis meses para formação da população e movimentos sociais, com engajamento das organizações não governamentais, órgãos de governo e Universidades.



# INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Nome do Projeto	PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIA	AL E PRODUTIVA E DA REDUÇÃO DA POBREZA

Instituição responsável pela coordenação SEDSDH/Secretaria da Mulher Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

#### Público alvo

População de baixa renda (população com renda per capita de até 1/2 salário mínimo) e com dificuldade de inserção social e produtiva

# Localização territorial

Distribuição concentrada nas áreas com maior índice de pobreza

Distribulção concentrada nas áreas com maior muice de pobreza			
Metas de Resultado			
Indicador		Partida (2010)	2020
Diminuir as desigualdades sociais (Índice de Gini)		0,62	0,53
Reduzir o percentual da população abaixo da linha da probreza (populaç ou inferior a R\$ 137 ou 1/4 do salário mínimo, em 2010)	ão com renda domiciliar per capita igual	27,2%	16,6%
Diminuir o percentual de jovens que nem estudam, nem trabalham		27,0%	13%
Diminuir a taxa de desocupação da população jovem (18 a 29 anos)		22,3%	13%
Diminuir a taxa de desocupação das mulheres	14,3%	10%	
Diminuição da desigualdade dos níveis de renda entre homens e mulher	es	30% (*)	25%
Metas Gerenciais			
ndicador		Partida	2020
nserir no CadÚnico de Pernambuco 100% famílias que estão em situação capita de R\$70 em 2010)	o de extrema pobreza (renda familiar per	74% (2010)	100%
Dobrar o número de município com ações de inclusão social e produtiva pobreza e vulnerabilidade, inscritas no CadÚnico (Pernambuco no Batent		46 (2014)	92
Melhorar o índice de Desenvolvimento do CRAS nos municípios pernamb	oucanos (média estadual)	6,5 (2013)	8
Universalizar o CREAS para todos os municípios de Pernambuco		125	184
mplantar o Centro POP (Centro para atendimento da população de rua) jue possuem mais de 100 mil habitantes	6	15	
Jniversalizar o Programa Mãe Coruja para todos os municípios do Estado	105 (2014)	184	
Ampliar o nº de capacitações realizadas pelo SINE-PE	31.000 (2013)	40.000	
ampliar o nº de vagas captadas pelo SINE-PE	50.000 (2013)	75.000	
Ampliar o nº colocados no SINE-PE (número de trabalhadores que conse stravés da Agência do Trabalho/SINE-PE)	15.500 (2013)	25.000	
Elevar o percentual de reeducandos do sistema prisional que realizam cu	ırso de capacitações	5,1% (2013)	20%
ampliar organização produtiva e a rede de cooperação de catadores/as o	de materiais reciclaveis e reutilizaveis	2 (2014)	15
mpliar os micro empreendedoresindividuais no MEI no Estado		140 mil (2014)	250 mil
mplementar instrumento de gestão financeira nos OPF		40%	100%
ncentivar as atividades associativas da agricultura familiar a partir do ap	oio aos projetos produtivos	50 (2014)	300
ampliar o percentual de comunidades de populações tradicionais (indíge projetos produtivos implantados	enas, pescadores e quilombolas) com	5% (2014)	50%
poio projetos produtivos rurais de grupos de jovens		0 (2014)	50
ampliar o percentual de agricultores e agricultoras familiares acessando	mercados institucionais (PAA e PNAE)	10% (2014)	50%
ampliar o número de famílias com acesso à assistência técnica e extensã	o rural	100.000	200.000
ampliar a participação das mulheres nos projetos produtivos rurais		30%	50%
mpliar o número de mulheres rurais participantes de cursos de formaçã Programa Chapéu de Palha Mulher	ão cidadã e produtiva, nos moldes do	5% (*)	20%
Ampliar o número de mulheres urbanas participantes de cursos de forma Programa Mulheres da Paz	ação cidadã e produtiva, nos moldes do	1% (*)	10%
Ampliar o número de mulheres e homens em atividades de formação cio Programa Bolsa Família	dadã e produtiva dependentes do	0% (*)	10%

<sup>(\*)</sup> Dados provisórios a serem confirmados em levantamento adicional

# ÁREA DE RESULTADO "CIVILIDADE, TOLERÂNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL"

A área de resultado "Civilidade, tolerância e participação social" se operacionaliza através de um único projeto intitulado "Participação social, garantia de direitos e promoção da cidadania".



# Nome do Projeto PARTICIPAÇÃO SOCIAL, GARANTIA DE DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Instituições responsáveis pela coordenação SEDSDH, SECMULHER e Secretaria da Juventude Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

O estado de Pernambuco padece de grandes tensões sociais, convive com várias desigualdades (especilamente de classe, raça e gênero) e conflitos que se manifestam através da intolerância e da violência com a diversidade (social, racial, religiosa e de gênero) seja nas escolas, espaços públicos, de trabalho ou de lazer. Apesar da repulsa da sociedade e da punição por parte do Estado, verifica-se cotidianamente violação de direitos, discriminação e violência contra a criança e contra a mulher, mas também contra pessoas com deficiência, idosos, segmento LGBT, afrodescendentes, comunidades tradicionais, entre outros.

Neste processo, é importante que ampliar a participação da sociedade civil nas esferas de tomada de decisão, na execução e no controle das políticas públicas como uma forma de garantir direitos e praticar a cidadania. A partir da participação social e do entendimento das organizações sociais, a comunidade pode se aproximar dos debates públicos, elaborar novas ideias, definir demandas, participar do processo de planejamento, execução, fiscalizações e controle da aplicação das políticas públicas, integrando os diálogos sobre os temas mais relevantes para o exercicio da cidadania, a inclusão social e redução das desigualdades sociais.

Nas sociedades mais desenvolvidas, o exercício da cidadania e a participação social são elementos espontâneos e expressivos, presente nos processos de decisões que refletem na vida coletiva. Mas em ambientes de muita desigualdade e baixos níveis de educação, com ainda apresenta Pernambuco, é necessário promover e estimular a participação da sociedade, além de intervir mais explicitamente nas questões de intolerância ao próximo e garantia de direitos.

Neste sentido, é fundamental investir em programas de inclusão social e garantia de direitos, em ações de prevenção de toda forma de violência e na formação da uma consciência social de direitos humanos, estimulando a cultura de tolerência, solidariedade e respeito ao próximo.

## Alcance Estratégico do Projeto

Ampliar a civilidade, a tolerância e participação social através programas de inclusão social e garantia de direitos, em ações de prevenção de toda forma de violência e na formação da uma consciência social de direitos humanos, estimulando a cultura de solidariedade e respeito ao próximo, reduzindo por exemplo, a taxa de homicídio de jovens negros de 109 para 47 por cem mil habiatntes.

#### Obietivo do Proieto

Melhorar a qualidade das relações interpessoais de toda a população pernambucana, especialmente de segmentos mais vulneráveis da sociedade, com participação social, garantia de direitos, redução da intolerância e dos conflitos

## Resultados do projeto

Redução da violência contra a pessoa idosa (60 anos ou mais)

Redução da violência contra a população LGBT (número de homicídio notificados em relação à população LGBT)

Redução da violência contra as mulheres (estupro e tentativa de estupro em cem mil habitantes)

Redução da violência contra a população negra (taxa de homicídio de jovens negros)

Redução da violência contra a criança (de 0 a 14 anos)

## Escopo do projeto

Implantação um Sistema Integrado de gestão e monitoramento das questões relacionadas a garantias de direitos, promoção da igualdade e cidadania, com a implantação de um sistema integrado de informação das várias secretarias e órgãos que trabalham com estas questões;

Estruturação de um Sistema Estadual de Proteção à Pessoa e Promoção dos Direitos Humanos e fortalecimento dos programas de proteção da pessoa ameçada;

Reforço das ações para a prevenção da violência e discriminação social, econômica, racial, religiosa, segmentos LGBT e outros segmentos da sociedade, inclusive com ampliação das campanhas públicas para a formação da uma consciência social de direitos humanos, estimulando a cultura de tolerência, solidariedade e respeito ao próximo, inclusive comaAmpliação de programas de mediação de conflitos;

Implantação dos programas CAIPT - Centro de Apoio aos Indígenas e Povos Tradicionais e CRER - Centro de Referencia e Enfrentamento ao Racismo para o fortalecimento das ações voltadas para a cultura de pertencimento e de acesso à políticas públicas de povos indígenas e comunidade tradicionais (assentados, ribeirinhos, ciganos, quilombolas etc);

Reforco das ações para o fortalecimento socio-político das mulheres:

Ampliação das ações de inclusão social e garantia de direitos para pessoas com deficiência;

Ampliação das ações de promoção da qualidade vida da pessoa idosa, inclusive com a criação de uma secretaria executiva da pessoa idosa Reforço as políticas voltadas para eliminar o abuso sexual e o trabalho infantil

Fortalecimento de programas para a inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade, que tem os seus direitos violeados e vinculos familiares fragilizados, especialmente aquelas que vivem na rua e focando nas crianças e jovens em ações integradas de apoio familiar, conscientização, com unidades de acolhimento. cadastro e monitoramento:

Fortalecimento de programas que atuam na prevenção do uso de drogas, no tratamento e apoio aos usuários de drogas e seus familiares;

Apoio a iniciativas de entidades da sociedade civil e dos movimentos sociais voltadas para a defesa dos direitos humanos, atendimento, assessoria e defesa de direitos

Ampliação des espaços e mecanismos de participação da sociedade nos processos decisórios com o fortalecimento dos colegiados, conselhos, comitês e instâncias de negociação e de compartilhamento de decisões nos níveis municipais e estadual, aproveitando inclusive o uso de novas tecnologias de comunicação.

Ampliação de espaços e atividades para prática de exercícios, esporte, lazer e convivência social, fora do ambiente escolar.

PROJETOS DE GRANDE CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE PERNAMBUCANA NA DIREÇÃO DA VISÃO DE FUTURO PERNAMBUCO 2035

# Nome do Projeto PARTICIPAÇÃO SOCIAL, GARANTIA DE DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Instituições responsáveis pela coordenação SEDSDH, SECMULHER e Secretaria da Juventude Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## Público alvo do projeto

Cidadãos e cidadãs pernambucanos

## Localização territorial

Distribuição em todo o território de Pernambuco de acordo com as necessidades

Metas de Resultado		
Indicador	Partida	2020
Reduzir a violência contra a pessoa idosa (60 anos ou mais)	127 a cada 100 mil idosos (2012)	84 a cada 100 mil idosos
Reduzir a violência contra a população LGBT (número de homicídio notificados em relação à população LGBT )	27 homicídios (2012)	18 homicídios
Reduzir a violência contra as mulheres (estupro e tentativa de estupro em cem mil habitantes)	24,8 a cada 100 mil mulheres (2012)	19 a cada 100 mil mulheres
Reduzir a violência contra a população negra (taxa de óbitos por agressão de jovens negros ent 15 a 24 anos em cem mil habitantes)	re 109 (2012)	47
Reduzir a violência contra a criança (de 0 a 14 anos)	13,7 a cada 100 mil crianças (2012)	9,1
Metas de gestão		
Indicador	Partida	2020
Ampliar o número de pessoas atendidas pelas instituições de promoção da justiça e garantia direitos humanos	220 mil (2013)	350 mil
Ampliar as atividades de formação para a promoção da justiça e dos direitos humanos, prevenção e mediação de conflitos, apoio e proteção para os segmentos mais vulneráveis da população	47,6 mil (2013)	60 mil
Implantar Centro de Referência de Direitos Humanos nos municípios	0 (2014)	24
Ampliar o número de municípios com organismos específicos e conselhos municipais de Direito Humanos	os 7 (2014)	24
Ampliar a proteção das pessoas ameaçadas (ampliar o número de pessoas ameaçadas sob proteção da poder público)	1.375 (2013)	1.800
Ampliar os programas e ações para a prevenção da violência e discriminação social, econômica, racial, religiosa, segmentos LGBT e outros segmentos da sociedade	704 (2013)	1500
Ampliar os núcleo de mediação de conflitos no Estado	14 (2014)	50
Implantar Centro de Referência de Atendimento à Mulher	15 (2014)	30
Ampliar o Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência nas Escolas de Referências do Ensino Médio (EREM)	60 (2014)	300
Completar a implantação dos 07 módulos do SeiMulheres	1 (2014)	7
Ampliar o acesso da pessoa com deficiência (para atividades de saúde e lazer) pelo sistema público de atendimento (Beneficiários do PE CONDUZ)	5 mil procedimentos/ mês (2013)	7 mil procedimentos/ mês
Ampliar o atendimento de pessoas em situação de rua	3.460 (2014)	4.500
Ampliar o atendimento aos dependentes químicos e seus familiares	66.388 (2013)	80.000

# ÁREA DE RESULTADO "INSTITUIÇÕES DE QUALIDADE"

A área de resultado "Instituições de qualidade" se operacionaliza através de sete projetos de diferentes segmentos e instâncias institucionais com complementaridade:





## Nome do Projeto MELHORIA DA ACESSIBILIDADE E DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Principal Instituição responsável pela execução SAD-Secretaria de Administração Ano de Início - 2015 Ano de Término - 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

Nos últimos anos, Pernambuco vem apresentando melhoria nas suas instituições públicas, particularmente no Governo estadual, com a estruturação de um sistema de mérito na administração pública e a introdução de novos métodos de gestão focados em resultado. Com mais eficiência gerencial, o governo do Estado aumentou também a capacidade de investimento público no Estado com elevação da receita e melhoria no gasto. No entanto, há algumas fragilidades gerenciais e institucionais na acessibilidade e qualidade dos serviços de atendimento ao cidadão, especialmente nos municípios que não acompanharam a reestruturação organizacional do governo e das instituições estaduais. Os cidadãos têm dificuldades de acessar os serviços públicos o que leva à baixa confiança da população nas estruturas governamentais.

## Alcance Estratégico

Ampliar o desempenho das instituições públicas de atendimento ao cidadão, principalmente dos municípios

## Objetivo do Projeto

Expandir as redes e melhorar a qualidade do atendimento nos pontos de prestação de serviços públicos combinando qualificação do pessoal, adoção de modernas tecnologias de comunicação, modernização da infraestrutura e de avaliação dos serviços pelo cidadão;

## Resultados do Projeto

Ampliação do acesso da população a serviços públicos essenciais de qualidade

Ampliação da produtividade nos serviços de atendimento ao cidadão

Elevação da eficiência nos serviços de atendimento ao cidadão (agilidade e diversidade nos serviços oferecidos pelo Expresso Cidadão

## Escopo do projeto

- 1. Mapeamento e revisão dos processos e dos métodos de acesso e atendimento de serviços ao cidadão para diminuir as rotinas e etapas, as necessidas de pessoal e de recursos, facilitando o acesso aos serviços no Expresso Cidadão. Para isso deverão ser feitas alterações na legislação vigente.
- 2. Implantação de um sistema de gerenciamento do atendimento para dar suporte ao monitoramento dos atendimentos de boa parte dos serviços prestados no expresso cidadão (inclui número de atendimentos diários, tempo de espera, tempo no atendimento etc.).
- 3. Utilização de um sistema informatizado integrado de serviços no Expresso Cidadão contendo um conjuto de serviços que possam ser realizado por um único atendente, considerando as limitações legais e contratuais vigentes com os parceiros.
- 4. Expansão da rede de atendimento presencial e diversificar os serviços nos pontos de prestação de serviços, principalmente através de parcerias com as prefeituras dos municípios e instituições privadas
- 5. Aprimoramento do Expresso Cidadão Virtual: i) simplificar o acesso e as etapas no atendimento ao cidadão no Expresso Cidadão Virtual, ii) diversificação dos serviços disponíveis, iii) Divulgação do sistema on line; iv) desenvolver aplicativo para IOS
- 6. Disponibilização de quiosque de autoatendimento nas unidades presenciais
- 7. Ampliação substancial da prestação de serviços eletrônicos (e-gov) e outras formas de atendimento a distância aos cidadãos (ampliar a abrangência do governo eletrônico para o atendimento de qualidade às necessidades cotidianas do cidadão no que se refere aos serviços públicos);
- 8. Qualificação sistemática do pessoal de atendimento da instituições estaduais e municipais e estabelecer o modelo de gestão por resultado que estabeleça metas e premiação remunerada para incentivar a melhora nos serviços de atendimento e ampliar o compromisso da equipe
- 9. Implantação de um modelo de atendimento intinerante do Expresso Cidadão para alcançar municípios e populações mais distantes da capital e das principais redes de atendimento
- 10. Aprimoramento dos instrumentos de avaliação das instituições públicas (acesso e atendimento), incluindo pesquisa sistemática junto ao usuário para avaliar o grau de acessibilidade e satisfação com o atendimento das instituições públicas estaduais e municipais, por entidades externas ao Governo, com base na disponibilização de informações públicas a estas instituições (com criação de um índice de confiança e satisfação);

## Público alvo do projeto

Cidadãos pernambucanos

## Localização territorial

Distribuição em todo território pernambucano com destaque para os municípios com menor desempenho institucional

Metas de Resultado		
Indicador	Partida (2014)	2020
Ampliar o atendimento de serviços ao cidadão (atendimento presencial nas unidades físicas e atendimento na internet - número de usuários)	3,5 milhões	7 milhões
Aumentar a produtividade do atendimento (atendimentos por funcionário) - %	11	20
Metas Gerenciais		
Indicador	Partida (2014)	2020
Aumentar as unidades de atendimento presencial do Expresso Cidadção	8	13
Aumentar o número de acessos (usuários) no Expresso Cidadão Virtual	1 milhão	3 milhões
Ampliar o atendimento presencial no Expresso Cidadão	2,5 milhão	4 milhões
Ampliar os órgão parceiros prestadores de serviços no Expresso Cidadão (nas unidades presenciais)	25	30
Ampliar a utilização de quiosque de autoatendimento	0	13
Ampliar os tipos de serviços disponíveis no Expresso Cidadão Virtual	357	400

PROJETOS DE GRANDE CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE PERNAMBUCANA NA DIREÇÃO DA VISÃO DE FUTURO PERNAMBUCO 2035

Nome do Projeto	APRIMORAMENTO DA CAPA PERNAMBUCANA	Número	48			
Principal Instituição responsável pela execução		Secretaria de Planejamento e Gestão	Ano de Início	2015	Ano de Término	2020
	4					

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

Nos últimos anos, Pernambuco vem apresentando significativos avanços na gestão pública, particularmente no âmbito estadual, com a estruturação e desenvolvimento de um modelo de gestão com foco em resultados que adota mecanismos modernos de planejamento e monitoramento, com aplicação, entre outros, do princípio da meritocracia. Com mais eficiência gerencial, o governo do Estado amplia sua capacidade de investimento, eleva sua receita e melhora o seu padrão de gastos públicos.

O Modelo de Gestão por Resultados implantado pelo Governo do Estado e coordenado pela Secretaria de Planejamento e Gestão é caracterizado pelo enfoque profissionalizado dado às atividades de planejamento, monitoramento e avaliação, sendo apontado como principal indutor do sucesso obtido por relevantes Programas de Governo, dentre eles, apenas a título de exemplo, o Pacto Pela Vida, em que se obtiveram resultados expressivos na redução do CVLI (o número de homicídios em cem mil habitantes caiu de 58,8 em 2001 para 38,6 em 2011), num ambiente de aumento destes indicadores em todos os outros estados do Nordeste.

Portanto, considerando os resultados exitosos e a certeza de que é preciso avançar no aperfeiçoamento do Modelo para que esses efeitos positivos se multipliquem, será necessário caminhar na direção da institucionalização de uma Cultura de Gestão Estratégica, atingindo todas as Secretarias e ampliando seus níveis de autonomia no estabelecimento de práticas e rotinas de planejamento e monitoramento, liberando a SEPLAG para assumir atividades mais voltadas para a coordenação do Modelo e inovação dos seus mecanismos. Para isso, é fundamental a estabilidade e a capacitação de um quadro identificado com a gestão e a realização de investimento significativo no desenvolvimento dos servidores públicos em todos nos níveis e instâncias, com difusão de novos processos e ferramentas de gestão pública e consolidar mecanismos de avaliação e premiação por mérito, com base em resultados.

Melhorar a capacidade de entrega de resultados pelo Governo do Estado de Pernambuco e disseminação da cultura estratégica voltada para resultados é essencial para o aproveitamento da grande oportunidade representada pela iniciativa de ter um Planejamento Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo - Pernambuco 2035 - que estende a Visão de Futuro do Estado para além do costumeiro horizonte de quatro anos dos planos plurianuais.

# Alcance Estratégico do Projeto

O projeto contribui para aumentar a capacidade de aproveitamento e potencialização dos investimentos do governo estadual e para aumentar a confiança dos pernambucanos nas instituições do Estado.

#### Objetivo do Projeto

Aumentar a capacidade de entrega de resultados pelo Governo do Estado de Pernambuco

## Resultados do Projeto

Ampliação do percentual de Secretarias com o modelo de monitoramento implantado e sistematizado.

Aumento do percentual de Serviços Públicos avaliados pelo cidadão

Aumento do grau de satisfação da população com as Políticas Públicas

Aumento das horas de capacitação gerencial por gestor público

	_			
Projetos semelhantes e relevantes	iá avietantes am avacu	reža na Gaverna	Municípios I	netituições ou Empresse
FIUJELUS SEILIEILIAILLES E LEIEVAILLES	la eviscellies elli evecn	içao no Governo,	Mullicipios, I	Hatituicoes ou Ellipiesas

	•			•		
Desenvolver e implementar planos de	capacitação permanente pa	a os atores	envolvidos co	m o mode	lo de gestão	SEPLAG
Elaboração e implementação de polític	a inovadora de formação co	ntinuada				SEPLAG
Monitoramento realizado pela secreta	ria executiva de gestão estra	tégica / SEP	LAG			SEPLAG

# Escopo do projeto

Para ampliar a capacidade de entrega de resultados do Governo de Pernambuco, o projeto investirá primordialmente: (a) na melhoria contínua da formulação e avaliação da execução das políticas e entrega de serviços públicos e no desenvolvimento de metodologias e de processos de planejamento e monitoramento; (b) no aperfeiçoamento permanente dos quadros e das práticas de gestão e (c) no aumento da transparência e da participação cidadã nas decisões e monitoramento de políticas e serviços.

. No que se refere à melhoria contínua da formulação e avaliação da execução de políticas e processos de planejamento: (i) a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado será fortalecida e (ii) o acompanhamento do Pernambuco 2035 será desdobrado para todas as Regiões de Desenvolvimento do Estado (RD).

Em relação aos serviços oferecidos pelo Estado: (i) serão mapeados os custos de provisão para identificação de atividades em que haja indicação para utilização de contratação, concessão ou adoção de mecanismos de parceria público-privada; (ii) serão conduzidas iniciativas para inovar no desenho ou reestruturação de organizações e na racionalização dos seus processos; (iii) o conceito e as práticas do Modelo de Gestão por Resultados, notadamente o sistema de monitoramento de resultados serão expandidos para grande parte das Secretarias e Órgãos do Estado, com mecanismos de integração das ações (a exemplo dos Pactos pela Vida, pela Educação e pela Saúde) e (iv) serão estruturados os núcleos de planejamento, orçamento e gestão em todas as Secretarias.

Com relação à transparência e participação cidadã, será ampliada a abertura e transparência dos dados (accountability), serão multiplicados canais de interação e participação com a sociedade civil na formulação e monitoramento das políticas públicas e da qualidade da oferta de serviços públicos estaduais.

A profissionalização do serviço público será acentuada com: (i) investimento na atração e retenção de talentos; (ii) estabelecimento de critérios de competência e mérito para a ocupação de funções estratégicas; (iii) estruturação de carreiras atrativas na gestão estadual; (iv) investimento no desenvolvimento profissional em todos nos níveis e instâncias, com difusão de novos processos e ferramentas de gestão pública e (v) realização de um processo de desenvolvimento gerencial sistemático e de alta qualidade para os gestores públicos estaduais.

Também será desenvolvido e gerido o processo de inovação no âmbito da gestão pública, realizando a prospecção de soluções inovadoras adotadas com sucesso pela administração pública no Brasil ou no exterior; criando "laboratórios de ideias", para fomentar a inovação e conectar ações entre as várias áreas e setores do governo e estabelecendo parcerias dentro e fora do governo (inclusive com a academia) para experimentação e desenvolvimento de soluções inovadoras.

## Público alvo do projeto

Principais Executivos, gestores e servidores do Governo do Estado de Pernambuco

## Localização territorial

Concentração na capital, onde se localiza a maioria das instituições e órgãos do governo com descentralização para as unidades de gestão e operação nas regiões de desenvolvimento.

Metas de Resultado		
Indicador	Partida - 2014	2020
% de Secretarias de Estado com Monitoramento de Resultados implantado e sistematizado	13	70
Nota de Pernambuco no Ranking de Transparência do Contas Abertas	8,14	9,50
Metas de Gestão		
Indicador	Partida - 2014	2020
% gestores públicos DAS e DAS-1 (incluindo Governador e Vice) participantes de processos sistemáticos de Desenvolvimento Gerencial		80
% gestores públicos de DAS-2 a DAS-5 e FGS-1 a FGS-4 participantes de processos sistemáticos de Desenvolvimento Gerencial		60
% de Serviços Públicos Diretos (em que há atendimento ao público) avaliados pelo cidadão		80
% de Secretarias de Estado com Núcleos de Planejamento, Orçamento e Gestão Implantado	0	100
Número de reuniões de acompanhamento do PE 2035 / Número de reuniões previstas		95



# Nome do Projeto MELHORIA DO DESEMPENHO E DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Planejamento e Gestão Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

#### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

Em 2012, os municípios de Pernambuco apresentaram uma dependência média de transferências de 89,7% da receita corrente municipal. Em 2010, cerca de 73,7% dos municípios arrecadavam menos de 5% da receita total municipal, e apenas 8,4% tinham receita própria superior a 10% da receita total. Apesar de algumas melhoras, registradas na evolução do IFGF-Índice Firjan de Gestão Fiscal, ainda é patente a fragilidade das prefeituras. De acordo com este índice, em 2011, Pernambuco ainda tinha 87 municípios (ou 46% do total) em nível crítico na gestão pública.

Ao mesmo tempo, valem algumas premissas: (1) qualquer projeto para o desenvolvimento sustentável de Pernambuco, passa crucialmente pela melhoria da gestão dos municípios; (2) a melhoria da eficiência da gestão municipal irá impactar diretamente nos resultados das políticas públicas municipais, estaduais e federais; e (3) essa eficiência pode ser reforçada se construída em sintonia com o Modelo de Gestão já implantado no Governo do Estado.

## Alcance Estratégico do Projeto

O projeto contribui para a potencialização da capacidade de investimento do Estado, para o aumento da arrecadação e da eficiência dos gastos municipais e para o aumento do índice de confiança dos pernambucanos nas instituições do Estado.

## Objetivo do Projeto

Melhorar os indicadores de desempenho, de eficiência e a profissionalização da gestão municipal dos municípios de Pernambuco

#### Resultados do Projeto

Ampliação da arrecadação e captação de recursos pelos Municípios

Aumento do número de horas de capacitação técnica para servidores públicos municipais

Ampliação da captação de recursos federais pelos municípios

Ampliação da captação de recursos estaduais pelos municípios

Ampliação da captação de recursos internacionais pelos municípios.

Ampliação do número de municípios com monitoramento implantado e sistematizado

## Escopo do projeto

Para a melhoria do desempenho e da eficiência da gestão municipal, o projeto irá investir na construção de ferramentas e no apoio técnico aos municípios para a ampliação da capacidade de arrecadação municipal e para o aumento da qualidade e eficiência da gestão municipal.

O projeto contemplará o estímulo e apoio a iniciativas de reestruturação, modernização e de fortalecimento da gestão pública municipal, mediante uma ação estruturada e cooperativa em etapas progressivas de (i) capacitação; (ii) apoio para o recrutamento de recursos humanos especializados; (iii) assistência técnica (inclusive para elaboração de projetos de captação de recursos e prestação de contas) e (iv) transferência de boas práticas de gestão pública para as administrações municipais, levando em conta os diferentes portes, estágios de desenvolvimento e oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, considerando o contexto dos municípios.

O projeto contemplará o apoio à profissionalização da gestão dos municípios, com a estruturação de quadros técnicos e modernização dos sistemas de controle e gestão e contemplará o aperfeiçoamento do Prêmio Pernambucano de Gestão Municipal (atualmente promovido pela AMUPE com patrocínio do SEBRAE).

## Público alvo do projeto

Gestores Municipais (primário)

## Localização territorial

Distribuição nos municípios do Estado de acordo com o porte e as necessidades de qualificação da gestão

Indicador	Partida	2020
% de Projetos aprovados elaborados pelos municípios para Captação de Recursos		70
% de Municípios em Situação de Dificuldade ou Crítica no IFGF	93,7 (2011)	85

# Metas de Gestão

Metas de Gestau		
Indicador	Partida	2020
% de Municípios com Modelo de Gestão implantado		20
Horas de capacitação para gestores públicos municipais (por ano)		6400

36

PROJETOS DE GRANDE CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE PERNAMBUCANA NA DIREÇÃO DA VISÃO DE FUTURO PERNAMBUCO 2035

Nome do Projeto DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA COMPARTILHADA, TRANSPARENTE, DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E COM VISÃO DE LONGO PRAZO

Principal Instituição responsável pela execução Secretaria de Planejamento e Gestão Ano de Início 2015 Ano de Término 2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

## Justificativa

A governança é o sistema pelo qual as instituições são dirigidas e monitoradas. Em uma democracia, o sistema deve garantir os espaços de interlocução e orientar o modo de relacionamento entre o Estado e os atores que o cercam, como a população e as instituições públicas, privadas e do setor social, bem como promover o acesso livre e facilitado às informações públicas.

A qualidade de um sistema de governança deve inspirar mais confiança nas instituições na medida em que orienta o desenvolvimento das ações de modo participativo, transparente, com acesso às prestações de contas, além de atender à legislação e às normas vigentes e considerar fundamentalmente a perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Os espaços de acompanhamento da gestão, definidos no sistema de governança, devem facilitar o compartilhamento de informações, a participação e o acompanhamento da execução das políticas públicas direcionadas pelo Governador do Estado, permitindo qualificar a gestão e aperfeiçoar o desempenho do Governo.

## Alcance Estratégico do Projeto

O projeto contribui para ampliar a crença nas instituições, reforçar a participação da sociedade na formulação e no acompanhamento da implantação das políticas públicas e garantir mais transparência da gestão pública.

## Resultados do Projeto

Aumento da transparência da gestão pública e aperfeiçoamento do sistema de prestação de contas (acessos ao portal da transparência).

Aumento do protagonismo da sociedade civil na discussão dos projetos e no acompanhamento das ações do Governo (funcionamento efetivo das instâncias de representação da sociedade).

Implantação de políticas públicas estratégicas, para além dos mandatos dos governantes, considerando a perspectiva do desenvolvimento sustentável (número e valor de projetos com horizonte maior que 5 anos).

## Escopo do projeto

Ampliação da transparência da gestão pública e aperfeiçoamento do sistema de prestação de contas, utilizando ferramentas online de prestação de contas unificada e ampliada a transparência no gasto público do estado e de todos os municípios, com acesso fácil e possibilidade de organização, filtragem, agregação e detalhamento de informações (Instituição do Gabinete Digital). Fortalecimento e intensificação da atuação dos órgãos de fiscalização, como o Tribunal de Contas e Ministério Público, e órgãos de controle internos, como a Controladoria.

Criação de mecanismos de maior protagonismo da população na discussão dos projetos e no acompanhamento das ações do Governo, os mecanismos de cooperação, pactuação e contratualização entre os diversos atores relevantes no processo de desenvolvimento de Pernambuco serão fortalecidos. Aperfeiçoamento e dinamização do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social como espaço de monitoramento e acompanhamento das metas de desenvolvimento e de compartilhamento e discussão de sugestões e reivindicações da sociedade civil, com fortalecimento da Secretaria Executiva. Como propõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), será instituído o Conselho de Gestão Fiscal no âmbito do governo Estadual. Formulação de uma visão de futuro compartilhada pelas administrações públicas estadual, municipais e entidades federais sediadas no Estado e das instituições privadas e do terceiro setor, tendo o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo – Pernambuco 2035 como referência básica de participação, cooperação e formalização de compromissos.

# Público alvo

Gestores Públicos e Sociedade Civil

# Localização territorial

Todo o território pernambucano; foco nas cidades-polo das RDs

Reuniões de Acompanhamento (bimestrais) das Metas do PE 2035 Realizadas |

2020
10.000
70
80
2020
6
6
18

184

municípios

# Nome do Projeto INTENSIFICAÇÃO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Principal Instituição responsável pela execução SEPLAG-Secretaria de Planejamento e Gestão Ano de Início - 2015 Ano de Término - 2020

#### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

No atual modelo de organização compartilhada do poder público entre a União, os Estado e municípios, é de suma importância a repartição de competências e recursos entre as esferas de governo e os aspectos formais e informais que estruturam as relações intergovernamentais, sobretudo na prestação de serviços sociais, dentro do processo de descentralização e municipalização de políticas públicas proposto pela Constituição de 1988. Destaca-se as críticas feitas a ausência de um papel mais ativo por parte dos governos estaduais na coordenação regional do processo de descentralização e a reduzida capacidade técnica e financeira da maioria dos municípios (que não possuem escala suficiente para a prestação de serviços públicos e dependem das transferências de recursos intergovernamentais) para atender as crescentes necessidades sociais e desenvolver soluções para os problemas locais. Por isso, se faz necessário desenvolver um projeto que intensifique a cooperação entre os entes federados, na busca pela maior eficiência e eficácia da gestão pública.

## Alcance Estratégico

Ampliar as ações conjuntas entre os entes federados

## Objetivo do Projeto

Aprimorar mecanismos de cooperação sistemática entre os entes federados

#### Principais Resultados

Aumento do numero de projetos que envolvam mais de um ente federado

Ampliação de iniciativas do Governo Estadual em ações partilhadas com os municípios

Aumento da oferta de cursos de formação de gestores públicos com disciplinas sobre gestão compartilhada e planejamento estratégico

## Escopo do projeto

Ampliação e fortalecimento os consórcios municipais.

Aprimoramento dos mecanismos de incentivo à melhoria do desempenho dos municípios com repasse de recursos vinculados a projeto de curto prazo (por exemplo: Fundo Estadual de Participação dos Municípios - FEM), incluindo a capacitação obrigatória dos municípios, assistência técnica por parte do Governo Estadual e suas secretarias, elaboração de um banco de projetos no qual os melhores projetos se tornem modelos para os municípios e outras entidades e transferência de boas práticas de gestão pública para as administrações municipais, levando em conta os diferentes portes e estágios de desenvolvimento dos municípios. O que significa também a difusão de métodos e tecnologias para os municípios nas áreas de educação, saúde, segurança, saneamento, mobilidade, desenvolvimento local e habitação, como também os casos de sucesso de políticas públicas nessas áreas;

Criação de centros de referência regional adequados à consolidação e disseminação das experiências, incluindo a criação de espaços e eventos de interação que mobilizem os gestores municipais, estaduais e federais para promover a referida difusão dos métodos e tecnologias; Implantação de um sistema estadual de convêncios com informações atualizadas e integradas sobre a cooperação do Governo do Estado com cada município visando aumentar a eficiência da destinação estratégica dos recursos estaduais e facilitar a interlocução dos municípios com o Estado (SICONV Estadual);

# Público alvo do projeto

Entes federados

## Localização territorial

Distribuição em todo o território com destaque para os municípios

Capacitar todos os gestores municipais (curso de capacitação oferecido pela SEPLAG)

#### Metas Gerais de Resultado **Partida** Indicador 2020 Ampliação das ações nos consórcios de municípios (12 ações para o tratamento do resíduos sólidos + 25 (2014) 36 12 ações para a iluminação pública + 1 ação para compra de medicamento) **Metas Gerenciais** Indicador Partida 2020 Ampliar a taxa de projetos executados no tempo certo pelo municípios (Exemplo do FEM: 183 de 451 40,5% (2013) 60% projetos) R\$240 milhões R\$240 milhões (a Manter o volume de recursos repassados aos municípios para elaboração de projetos de curto prazo (FEM) (2014)preços de 2014) Realizar cinco programas de capacitação e treinamento para todos os municípios (1 por ano) - pela SEPLAG 0 (2014) 5 até 2020 94 (2014)



# Nome do Projeto MELHORIA DO DESEMPENHO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

Principal Instituição responsável pela execução Assembleia Legislativa do Estado Ano de Ínicio - 2015 Ano de Término - 2020

#### **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

#### Justificativa

A importância do Poder Legislativo estadual vai desde a sua relação com o poder executivo, especialmente através da apreciação e aprovação do Plano Plurianual, da apreciação dos Planos Setoriais, e/ou da fixação de metas específicas através das Leis de Diretrizes Orçamentárias, passando pela elaboração de leis até a importância da democracia representativa. A Constituição de 1988 também estabelece outros mecanismo para a ampliação da co-participação do Poder Legislativo nos processos de formulação e avaliação de políticas públicas, dentre as quais merecem destaque: o poder de convocar autoridades, requisitar informação e realizar audiências públicas; os poderes especiais de investigação das comissões parlamentares de inquérito; as prerrogativas de acompanhamento e de fiscalização dos gastos públicos; a efetiva faculdade de emendar as proposições sobre planos e matérias orçamentárias, com a possibilidade de modificar, suprimir ou instituir programações específicas; o controle sobre certos atos do Executivo; a ampliação, como prerrogativa constitucional, do âmbito de atuação das Comissões (SANCHES, 1996).

No que se refere a atuação do poder legislativo estadual, um estudo realizado em 2008 por Karina dos Santos, ao analisar a eficiência do poder legislativo do Estado de Pernambuco na apresentação e tramitação de proposições de 1999 a 2008, mostra "que 94,68% dos projetos apresentados pelo Poder Executivo, nas três últimas legislaturas do Poder Legislativo pernambucano, foram apreciados e aprovados pela Casa Parlamentar, e que a média de proposições de origem parlamentar, apreciadas e aprovadas, no mesmo período, chegou apenas ao total de 34,14%". Apesar de, segundo a autora, o número de projetos apresentados não ser tão discrepante. Concluindo, assim, que tem havido uma priorização na aprovação de leis resultantes de proposições oriundas do Poder Executivo, deixando-se de lado as proposições advindas de demandas da sociedade civil organizada. O papel da fiscalização do Poder Legislativo é de suma importância para o desenvolvimento do Estado, mas também é importante para as gerações futuras o aprimoramento e a implementações de novos mecanismo e ações de participação social que fortalecam a democracia representativa do Estado e do país.

## Alcance Estratégico

O projeto contribui para ampliar e melhorar atuação do poder legislativo na defesa dos interesses da sociedade, através da melhor qualidade da elaboração das leis, maior cerelidade nos processos legislativos, ampliação das ações de osculta e intereção com a sociedade e de mediação de conflitos, de tensão e de reivindicação da socieade e poder executivo; eficiência e na fiscalização da aplicação dos recursos do poder executivo.

## Objetivo do Projeto

Melhorar o desempenho e eficiência do Poder Legislativo estadual,

## Resultados do Projeto

Aumento da eficiência na alocação dos recursos e ampliar a capacidade de monitoramento e avaliação do desempenho

Elevação do percentual de emendas parlamentares aos Projetos de Lei do Poder Executivo

Elevação do percentual de recursos de emendas parlamentares voltados para áreas de educação, saúde, infraestrutura e segurança pública contemplados not total de recursos na LOA

Ampliação da participação da sociedade na elaboração das leis estaduais e na avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento de Pernambuco através de audiências publicas

Melhoria e ampliação da capacidade de ficalização junto ao poder executivo e de medição e representatividade dos interesses da socidade junto ao poder executivo

## Escopo do projeto

Modernização do processo legislativo com aprimoramento na gestão de pessoas (ampliação do número de capacitações), a ênfase no planejamento estratégico, a adequação de infraestrutura (ampliação e modernizção das instalações físicas, incluindo o funcionamento de um novo prédio) e a comunicação com a sociedade de Pernambuco. Incentivo à produção de legislação de qualidade, em sintonia com os interesses da sociedade, bem como, o aprimoramento da fiscalização dos órgãos e entidades da administração pública estadual. Consolidação da Assembleia Legislativa como ponto de convergência dos poderes públicos e da sociedade na discussão das estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado. Estímulo e apoio ao aprimoramento do exercício da representação política e a participação da sociedade na elaboração das leis estaduais e na avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento de Pernambuco, além de inovação dos processos legislativos mediante a incorporação das melhores práticas e novas tecnologias de informação e comunicação e assegurar a transparência dos atos, dos processos e do desempenho político e gerencial do legislativo pernambucano.

# Público alvo do projeto

Assembléia Legislativa, corpor de parlamentares e população pernambucana em geral

## Localização territorial

Atuação para todo o estado

Metas de resultado		
Indicador	Partida	2020
Percentual de emendas parlamentar aos Projetos de Lei do Poder Executivo	7,1%	15,0%
Percentual monetário de emendas parlamentar ao Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA nas áreas de educação, saúde e infraestrutura	39,9%	50,0%
Número de audiências públicas ao ano	81	100
Metas de gestão		
Indicador	Partida	2020
Relação entre tempo de resposta e solicitação de informações via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC ©	30 dias	20 dias
Percentual de Servidores efetivos Capacitados ao ano. (d)	20,0%	60,0%



# Nome do Projeto AMPLIAÇÃO DA RESOLUTIVIDADE E DA PRODUTIVIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

Principal Instituição responsável pela execução

Ano de Início

2015

Ano de Término

2020

## **ELEMENTOS ESTRATÉGICOS**

## Justificativa / Alcance Estratégico do Projeto

No Estado Democrático de Direito como o Brasil, a garantia do exercício pleno da cidadania e dos direitos individuais, coletivos e sociais sugere um Poder Judiciário eficiente e eficaz com a garantia do acesso universal à justiça por todos os cidadão. Por isso, deve-se buscar continuamente melhorar a agilidade, resolutividade e a produtividade do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual. A função do Poder Judiciário é garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Para isso, tem autonomia administrativa e financeira garantidas pela Constituição Federal. Mas compete a cada estado federativo a organização do Poder Judiciário. O sistema jurisdicional brasileiro e, portanto o estadual também, é marcado por um excesso de formalismo e burocracia, especialmente processual, que priorizam a forma em detrimento do fim. Esses excessos, conjugado com a legislação processual imposta, contribuem para o emperramento da máquina judiciária.

No Judiciário pernambucano o índice de congestionamento dos processos foi de 82,6%, acima de Santa Catarina com 72,4%, do Ceará, como 67,35, e principalmente do Distrito Federal com 55,85%. Instituições qualificadas e sólidas são fundamentais para o desenvolvimento para a construção de relações de confiança na sociedade e nos agentes econômicos. A segurança jurídica e a simplicidade burocrática dependem principalmente das condições nacionais mas podem ser melhoradas pelo aumento da eficiência das instituições pernambucanas. Perante o Poder Judiciário, o Ministério Público é responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade e pela fiel observância da Constituição, e todas as leis vigentes no país.

#### Alcance Estratégico

Maior grau de cerelidade nos processos sob responsabilidade do Poder Judiciário e Ministério Público Estadual, com redução considerável do índice de consgestionamento, resultando numa maior nível de confiança da sociedade e dos agentes econômicos.

## Objetivo do Projeto

Dar celeridade e maior efetividade ao Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual

#### Resultados do Projeto

Reduzir o índice de congestionamento dos processos no Tribunal de Justiça

Aumentar a produtividade do Judiciário: número de processos por servidor e magistrado

Diminuir o tempo de duração dos processos

# Escopo do projeto

Informatização de todos os processos judiciais e administrativos, estruturação da rede de unidades judiciárias com capilaridade no território garantindo atendimento a 100% dos municípios; criação de novas varas e/ou Tribunais especiais para atendimento de demandas judiciais emergentes decorrentes das mudanças socioeconômicas no Estado e sua distribuição no território, fortalecimento das instâncias e câmaras de conciliação, mediação e arbitragem. Expansão da rede de atendimento nos pontos de prestação de serviços públicos combinando qualificação do pessoal, adoção de modernas tecnologias de comunicação, modernização da infraestrutura e avaliação pelo cidadão, fortalecimento e qualificação das Defensorias Públicas, implantação da Justiça Comunitária e Justiça Itinerante de modo a ampliar a acessibilidade da população à Justiça; ampliar os canais de comunicação com a sociedade e o acesso ao site da Transparência com ferramentas on-line de prestação de contas unificada à sociedade. Ampliação das oportunidades de atendimento do cidadão à distância, melhoria da qualidade do gasto e aumento da eficiência do Poder Judiciário e do Ministério Público, modernização da infraestrutura dos juizados com integração no sistema judiciário do Estado. Implantação de processos e ferramentas de monitoramento e controle da gestão por resultados (metas e indicadores), definição de mecanismos meritocráticos de incentivos ao desempenho dos magistrados, dos procuradores, dos servidores técnicos e administrativos e do corpo gerencial do Judiciário e do Ministério Público, e promoção de alto nível de capacitação e desempenho ao corpo gerencial, técnico e administrativo do Poder Judiciário e do Ministério Público

## Público alvo do projeto

Magistrados e Servidores lotados no Tribunal de Justiça Estadual de Pernambuco

# Localização territorial

Índice de Virtualização dos Processos Novos

Distribuição em todo o território com destaque para as comarcas de menor desempenho

Metas do resultado					
Indicador		Partida	2020		
Reduzir a taxa de congestionamento do judiciário (percentual de processos com duração superior a um ano)		80%	60%		
Metas do Projeto					
Indicador		Ano de Partida (2014)	2020		
Produtividade do Magistrado		1.400	1.997		
Índice de Agilidade no Julgamento (2º Grau, 1º Grau, Turmas Recursais e Juizados)	2º grau	43%	80%		
	1º grau	20%	55%		
	Turmas Recursais	67%	90%		
	Juiz ad43	47%	80%		

30%

100%

# **CRÉDITOS**

- 1. Governo do Estado de Pernambuco
- 2. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
- 3. MBC-Movimento Brasil Competitivo
- 4. Consórcio "Pernambuco do Amanhã" formado pelas empresas:
  - MACROPLAN | Prospectiva, Estratégia & Gestão
  - CEPLAN | Consultoria Econômica e Planejamento
  - TGI | Consultoria em Gestão



PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE LONGO PRAZO

www.pernambuco2035.com.br

Realização





Consultoria Técnica

Consórcio Pernambuco do Amanhã





